

**Mulheres no Campo de Marte:
um estudo sobre o *habitus* de gênero
na oficialidade do Exército Brasileiro**



Reitor

Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor

Pe. Álvaro Mendonça Pimentel SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

Júlio César Gomes

**Mulheres no Campo de Marte:
um estudo sobre o *habitus* de gênero
na oficialidade do Exército Brasileiro**



© Editora PUC-Rio
Rua Marquês de S. Vicente, 225, Casa Editora PUC-Rio
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22451-900
Tel.: (21) 3527-1760/1838
edpucrio@puc-rio.br
www.puc-rio.br/editorapucurio

Conselho Gestor da Editora PUC-Rio

Augusto Sampaio
Danilo Marcondes
Felipe Gomberg
Hilton Augusto Koch
José Ricardo Bergmann
Júlio Cesar Valladão Diniz
Luiz Alencar Reis da Silva Mello
Luiz Roberto Cunha
Miguel Pereira
Sergio Bruni

Conselho Editorial da Coleção Sociologia das Forças Armadas

Eurico de Lima Figueiredo
José Murilo de Carvalho
Maria Celina D'Araújo

Revisão de texto

Cristina da Costa Pereira

Projeto gráfico de capa e miolo

José Antonio de Oliveira

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Este livro não será comercializado.

Gomes, Júlio César

Mulheres no Campo de Marte : um estudo sobre o habitus de gênero na oficialidade do Exército Brasileiro / Júlio César Gomes. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2018.

160 p. ; 23 cm

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-8006-240-3

1. Mulheres militares. 2. Papel sexual. 3. Homens militares. 4. Brasil. Exército –
Oficiais. I. Título.

CDD: 355.4082

Para Euza, minha mulher,
e minhas filhas, Priscila e Isabela



Agradecimentos

Aos Professores do Curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Ângela Paiva, Eduardo Raposo, Roberto DaMatta, Werneck Vianna, Marcelo Burgos, Maria Alice, Maria Celina D'Araújo, Maria Isabel, Ricardo Ismael, Santuza Cambraia (*in memoriam*), Sarah Teles, Sônia Giacomini e Valder Sinder.

Aos meus amigos e colegas, Everton, Denis, Sarita, Débora, Adrianne, Camila, Vanusa e Ana Roxo pela amizade, pelo exemplo e grande incentivo.

À Capes, à PUC-Rio e ao CEP, pelo auxílio e apoio.

Aos meus estimados alunos que buscam constantemente compreender minhas limitações como mestre.

A meus pais e a minhas irmãs que estão sempre comigo.

A Nilza pelo trabalho do dia a dia, que muito colaborou neste estudo.



Respirei fundo e escutei o velho e orgulhoso som do meu coração. Eu sou, eu sou, eu sou.
Sylvia Plath

Não é razoável condenar as mulheres ou rir delas, se elas querem mais do que os costumes
definiram como sendo o necessário para o seu sexo.
Charlotte Brontë

Ah, como cansa querer ser marginal
Todos os dias.
Descansem anjos meus. Tudo vem a tempo
No seu tempo. Também é bom ser simples.
É bom não ter nada. Dormir sem desejar
Não ser poeta. Ser mãe. Se não puder, ser pai.
Hilda Hilst



Sumário

- 13 Prefácio
- 15 Introdução
- 21 PARTE I – A mulher e as instituições militares
- 23 Capítulo 1
O que são as instituições militares
- 35 Capítulo 2
O Exército Brasileiro: para além do Estado-Nação e da conscrição universal
- 53 Capítulo 3
Um breve histórico da inserção da mulher no Exército Brasileiro
- 57 PARTE II – *Habitus* de gênero de homens e mulheres militares
- 59 Capítulo 4
Quem são os homens e as mulheres militares
- 73 Capítulo 5
Como pensam os homens e as mulheres militares
- 95 Capítulo 6
Entrevistando homens militares
- 141 Conclusão
- 147 Considerações finais
- 149 Referências bibliográficas
- 155 Anexo



Prefácio

FOI COM MUITO PRAZER QUE ACEITEI O CONVITE PARA ESCREVER ALGUMAS LINHAS DE apresentação do livro de Julio César Gomes, originalmente uma tese de doutorado, apresentada em 2014 ao PPGCIS-PUC-Rio, cuja realização tive a oportunidade de acompanhar como coorientadora.

O tema abordado neste livro é, sem dúvida, muito atual e de grande relevância sob várias perspectivas, entre as quais gostaria de sublinhar duas que mais se destacam na análise empreendida pelo autor. A primeira refere-se ao fato de que a presença de mulheres nas Forças Armadas é, indubitavelmente, parte daquilo que entendemos como democratização da sociedade brasileira e, como tal, se é um tema que por si só merece ser estudado e problematizado, ganha ainda maior relevância quando é tomado também como uma chave para avançarmos na compreensão dos entraves ou empecilhos que em nossa sociedade obstaculizam ou bloqueiam movimentos ou processos de democratização.

A segunda perspectiva convida a uma outra ordem de reflexões, mais especificamente voltadas às especificidades das instituições militares, que conduz a uma interrogação sobre como o processo atual de inclusão de mulheres no oficialato brasileiro pode ser revelador de aspectos ainda pouco explorados do *ethos* das instituições militares. Em outras palavras: como a análise do processo de incorporação de mulheres desnuda pretensões democratizantes numa instituição que, em relação a suas tradições e normas, é e permanece estruturada hierarquicamente, e fortemente resistente aos impulsos democratizantes que irromperam em nossa sociedade nos anos 1980? Acredito que nessa discussão reside a maior contribuição do livro, ao identificar e examinar tensões e contradições no funcionamento cotidiano da instituição em suas mais variadas atividades e rituais. O olhar, de dentro, de quem conhece profundamente as rotinas, os lugares e os papéis demarcados, descortina um universo de práticas quase sempre impenetrável à análise das ciências sociais, e, em consequência, preservado da crítica social e política.

Como enfatiza o autor, se a presença feminina nas forças armadas, sobretudo em quadros de caráter técnico, não é algo novo, somente recentemente, em 2012, é que se assiste à implementação de políticas de ação afirmativa que, ainda que indefinidas quanto às condições de acesso na linha bélica, propõem a inserção de mulheres como combatentes. Como integrar mulheres numa instituição tradicionalmente masculina – com seus conhecidos rituais de afirmação e de construção de masculinidade centrada na figura viril do combatente – e que avulta como tal justamente através da/pela exclusão de mulheres? Quais são os arranjos, tensões e movimentos em que se envolvem homens e mulheres, parafraseando Elias (2000), que animam as interações entre os *estabelecidos* e as *recém-chegadas*, e que

Mulheres no Campo de Marte

suscitam não somente a edificação de novas trincheiras masculinas junto à preservação das antigas, mas também lances ou estratégias de resistência?

A trajetória acadêmica e intelectual do autor como que prenunciam o sucesso da reflexão empreendida, merecendo menção especial o esforço para tomar a distância exigida pela ciência social e estranhar um mundo familiar a esse militar de carreira, que, formado inicialmente em Ciências Militares pela Aman, posteriormente graduou-se em Educação Física, Pedagogia e Ciências Econômicas, obtendo o mestrado em Memória Social e chegando finalmente ao doutorado em Ciências Sociais.

Destaque-se também o fato de que este livro se debruça sobre um material inédito sobre o oficialato brasileiro, parte de um *survey* que reuniu vários tipos de dados sobre os oficiais, entre eles seu *habitus* de gênero e diversos aspectos do seu *habitus* social, relativos à percepção do poder e da moral sexual que com eles se imbricam.

Sonia Maria Giacomini

Introdução

A guerra é um problema dos homens?

MARTE, O DEUS ROMANO DA GUERRA, E PATRONO DE MUITAS CIDADES ITALIANAS, COMO Alba Longa, e de muitas tribos da Antiguidade, como os sabinos e os etruscos, protegia os guerreiros corajosos e a paz pública.

Um dos locais destinados ao culto do Deus da guerra era o Campo de Marte. Originalmente, um simples altar de sacrifício, era situado fora do *Pomerium* – o coração sagrado da cidade, onde ninguém era autorizado a portar armas.

O Campo de Marte funcionava como uma espécie de sentinela, que velava a urbe... Esse aspecto expressa a atitude em relação à guerra que era típica dos antigos romanos: manter a guerra a uma distância prudente, mas estando sempre prontos a enfrentá-la.

A guerra era, então, um assunto dos homens, apesar da atitude relativamente menos excludente da sociedade romana em relação às mulheres.

O guerreiro romano encarnava então o ideal militar-viril, um modelo de gênero oriundo da tradição judaico-cristã, e que vai ser gradualmente desconstruído ao longo do século XX, não sem paradoxos e contradições.

Falar de gênero hoje nos obriga a investigar o que se passa no Campo de Marte: este espaço tradicionalmente tão masculino, estrangeiro às mulheres, mantidas sempre no recesso da vida doméstica, familiar e conjugal.

O que significa, para os homens e mulheres militares, a presença das mulheres na caserna? É uma questão que se impõe em tempos de emancipação feminina, ainda em busca de espaços de participação social e política, da conquista das mesmas oportunidades que os homens.

Isto porque, mesmo depois que as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, no âmbito das sociedades ocidentais, um processo histórico que já dura um século, ainda incompleto, estiveram praticamente ausentes da caserna. Quando elas entraram, foi apenas em alguns segmentos, nas funções técnicas, muito distantes do que verdadeiramente dignifica o soldado na perspectiva da cultura militar: o combate.

Esta situação não se coaduna com a mentalidade democrática que vigora atualmente, no âmbito da sociedade e do Estado brasileiro, onde são defendidos os direitos políticos e sociais das minorias, tais como os negros e os homossexuais, o que se materializa em inúmeras políticas compensatórias e de ação afirmativa em curso, com resultados diversos.

É o que se nota também na opinião pública, expressa na mídia, que divulga regularmente notícias e pesquisas sobre o tema, como nesta reportagem da Revista *Veja*, de 28 de setembro de 2014, uma publicação de circulação nacional, que mostra o quantitativo de

mulheres nas Forças Armadas do País, restrito a apenas 7% do efetivo. No artigo, é enfatizado o fato de que o aumento do efetivo feminino ocorreu somente na base da hierarquia, uma vez que, em 2001, eram 6.619 do sexo feminino com as patentes de 1º e 2º tenentes, cabos, soldados e sargentos, e hoje, são 20.584. Por outro lado, conclui o artigo, no universo de oficiais gerais, no alto comando das Forças Armadas, passou-se de zero em 2001 para somente uma mulher, em 2014, o que é irrisório.

Ou seja, é em nome dos valores democráticos e igualitários em que muitos acreditam que as instituições militares estão sendo pressionadas no sentido de garantir o acesso de mais mulheres e em todos os segmentos.

Foi o que fez a Lei nº12.705, de 8 de agosto de 2012, quando determinou que as mulheres fossem inseridas nas Forças Armadas, como combatentes, o que no Exército só vai acontecer a partir de 2018.

É aí que se começa a romper, de maneira mais efetiva, na cultura brasileira, com o modelo militar-viril, como resultado das ações de uma política afirmativa, como já foi dito, mas também devido a uma tendência de integração das Forças Armadas à sociedade brasileira, introduzida a partir da Abertura, em 1985, quando o papel das Forças Armadas foi gradualmente redimensionado, passando da proteção dos poderes constituídos para a garantia dos poderes constitucionais.

Nesse contexto, é inevitável que se levantem alguns questionamentos:

De onde provém a resistência das instituições militares à inserção das mulheres? Quais os aspectos que marcam a oposição entre homens e mulheres no espaço militar?

Como aconteceu o processo de inserção das mulheres no Exército Brasileiro (EB) nos quadros técnicos?

Como os discursos de gênero dos militares foram impactados a partir da incorporação feminina aos quartéis?

A presença feminina nos quartéis teria interferido no processo de democratização interna do EB? Teria introduzido alguma alteração nos padrões de hierarquia e disciplina?

E finalmente: como os oficiais do EB percebem hoje a presença feminina?

Nessa perspectiva, este estudo deve contribuir para uma antecipação dos resultados das políticas de ação afirmativa no âmbito das instituições militares, pois identifica pontos de estrangulamento, desvios e formas específicas de apropriação dessas políticas que incluem, mas ultrapassam as meras injunções das demandas de cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas.

Além disso, este trabalho investigou um aspecto ainda não devidamente explorado pelos pesquisadores do campo militar: a contribuição da mulher militar no processo de diluição das fronteiras entre a corporação militar e a sociedade civil brasileira, no contexto de isolamento relativo das instituições militares, após o Golpe de 1964.

Campo social e *habitus* de gênero nas instituições militares

O que significa ser mulher ou homem atualmente, nas instituições militares, que, milenarmente, pertenceram somente aos homens? Ser soldado obedece a algum imperativo de ordem biológica?

Introdução

O gênero que é construído e reconstruído nas instituições militares ultrapassa as identidades fixas, de base biológica, de feminino e masculino, envolvendo as marcas definidoras da sociedade e da cultura.

Segundo Strathern (2006: 45), o masculino contém o feminino e vice-versa, sem haver nada ambíguo em ambos os gêneros; um é uma versão do outro numa “forma diferente”.

Nessa maneira de ver, os termos de gênero são categorias, ao mesmo tempo, vazias e transbordantes, imbuídas dos significados mutáveis, polissêmicos, emprestados pelos grupos e instituições sociais: “Vazias porque não têm significado transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas” (Scott, 1995: 28).

Os termos de gênero se entrelaçam às relações de poder e resistência das instituições militares, às suas práticas de hierarquia e disciplina, uma vez que “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (Scott, 1995: 23). Permeiam e influenciam também as suas arenas de conflito e de negociação, pois as instituições militares não são estáticas, imutáveis.

E o gênero está presente em tudo: nas formas de exercício da chefia e de liderança, nos modos de emprego de quadros, armas e serviços, no tipo de difusão da tecnologia nas práticas institucionais, enfim, no próprio *ethos* da instituição militar.

O gênero, que não é um substantivo, mas um verbo, que se constrói na linguagem, nomeando e interpelando os indivíduos, pois é por meio do discurso que as pessoas se descrevem, expressam o que são, e modelam a sua identidade sexual, a consciência de si próprias e de seu papel sexual.

O próprio corpo é algo que é modelado pela linguagem, que existe para si e para os outros a partir de um verbo, que inscreve aí a sua marca, instaurando gostos, aspirações, rotinas corporais e mentais inconscientes, modos próprios de pensar e de agir: “o corpo feito *habitus*” (Bourdieu, 1989: 65).

Nas instituições militares, por exemplo, o *habitus* se manifesta nos usos do corpo: nas maneiras de vestir, falar, marchar, emitir ordens, de lidar com os subordinados.

O corpo militar feito *habitus* é também ocupado por formas determinadas de construção de gênero, que se transformam sem cessar, em resposta a dinâmicas internas e externas à instituição militar, e a injunções do campo militar, que é atravessado por relações de força, definidas em função da posição dos atores institucionais e dos recursos simbólicos de que eles dispõem, seu capital simbólico.

Sobre o método

O que caracteriza o *habitus* de gênero dos oficiais do EB? Neste estudo, foram enfocadas apenas algumas dimensões do *habitus* de gênero: os esquemas de percepção e apreciação dos papéis sexuais de homens e mulheres civis e militares, tal como se mostram no discurso dos sujeitos. Ou seja, não foram enfocadas as formas de ação social de gênero.

Os esquemas de percepção e apreciação de gênero englobam aqui diversos aspectos: os valores em estado prático; a avaliação moral reflexiva; as posturas corporais e gestos; as classificações dos objetos da realidade social.

Esses aspectos do *habitus* de gênero foram caracterizados por meio de um conjunto de temas: a autoimagem corporal; a imagem corporal de homem e de mulher; a moral sexual;

os papéis masculinos e femininos, na sociedade brasileira; a atuação do homem e da mulher militar nas diversas formas de emprego militar; a inserção da mulher no EB.

O *habitus* de gênero é compreendido aqui em um sentido amplo, envolvendo também outros aspectos do *habitus*, como a percepção política, para melhor esclarecê-lo, uma vez que o *habitus* de gênero não é um fator isolado, integrando-se a outros aspectos da vida social.

Por esta razão, foram abordados alguns temas relativos ao modo de exercício do poder militar e civil na sociedade brasileira: sentimento patriótico, eventos recentes da política nacional, imagem do EB e dos militares, dentre outros.

A coleta de dados foi realizada por meio de um *survey* e de entrevistas não estruturadas.

A construção do *survey* sobre o perfil do oficial do EB integra um longo caminho percorrido por docentes da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) e do Centro de Estudos de Pessoal (CEP), do EB.

O primeiro passo ocorreu em 2009, com o início do Programa Pró-Defesa, estabelecido pelo Ministério da Defesa, que determinou as condições de atuação conjunta da PUC-Rio e do CEP.

O tema do Programa era a Sociologia das Forças Armadas.

Após a celebração do convênio do Pró-Defesa, foram realizadas reuniões para determinar o objeto da pesquisa e elaborar os instrumentos de coleta de dados.

Foi criado também um Grupo de Pesquisa na Capes denominado Núcleo de Estudos Militares Brasileiros (NESIMB).

Depois de uma série de debates sobre a questão militar no Brasil, foi constatado que há pouco conhecimento sobre quem são os oficiais do Exército Brasileiro (EB), como eles vivem e qual é a sua visão de mundo.

Desta forma, no primeiro semestre de 2010, iniciou-se o processo de construção do *survey* sobre o perfil do oficial do EB, que terminou em junho de 2013.

Os dados coletados se referem a aspectos objetivos da profissão militar, tais como o sexo e a origem regional, mas também ao *habitus* social, incluindo aspectos da percepção política, e ao *habitus* de gênero.

Além do *survey*, foram realizadas entrevistas não estruturadas com homens militares combatentes, da linha bélica de alguns quadros, armas e serviços que representam, respectivamente, as atividades técnicas e operacionais: Infantaria, Cavalaria, Intendência e Material Bélico.

A Infantaria e a Cavalaria são armas de combate, utilizadas nas manobras, nas operações no contexto da guerra convencional, não convencional, segurança pública, defesa civil e garantia da lei e da ordem.

A Logística inclui o serviço de Intendência e o quadro de Material Bélico, que atuam em atividades de apoio ao combate, inserindo-se, enquanto Sistema Operacional de Logística, junto aos outros Sistemas Operacionais: o Apoio de Fogo; a Mobilidade, Contramobilidade e Proteção; o Comando e Controle; a Defesa Antiaérea.

A Intendência atua na parte de suprimentos e transportes e o Material Bélico realiza manutenção em equipamentos militares (viaturas e armamento).

Enquanto a Cavalaria e a Infantaria são armas de caráter operacional, relacionadas diretamente com a atividade-fim, a Logística é de caráter técnico, de apoio ao combate.

Introdução

Foram entrevistados 14 militares: quatro militares de Cavalaria (três capitães e um tenente); quatro militares de Infantaria (dois capitães e dois tenentes); três militares de Intendência (um capitão e dois tenentes); três militares de Material Bélico (um major e dois capitães).

Os resultados da pesquisa foram contextualizados e analisados em duas partes.

Na parte 1, são abordadas as relações entre a mulher e as instituições militares a partir de sucintas reconstituições históricas.

No capítulo 1 e 2, foram analisadas as características específicas das instituições militares, e as suas formas sucessivas de organização.

No capítulo 3, foi estabelecido um histórico da inserção das mulheres nas Forças Armadas do País, enfocando o EB.

Na parte 2, foi caracterizado o *habitus* de gênero de homens e mulheres militares.

No capítulo 4, tentou-se esclarecer quem são os homens e mulheres militares a partir de dados do *survey*. Foram descritos os aspectos objetivos da profissão militar, tais como o nível de instrução e a origem regional.

No capítulo 5, tentou-se esclarecer como pensam os homens e mulheres militares – o seu *habitus* de gênero – a partir dos dados do *survey*.

No capítulo 6, foram analisadas as entrevistas sobre o *habitus* de gênero de homens militares – oficiais combatentes, da linha bélica.

Na conclusão, foram estabelecidas analogias e comparações entre os dados qualitativos e quantitativos, situando-se a contribuição deste estudo para a pesquisa de gênero e para o campo dos Estudos Militares no País.



PARTE I

A mulher e as instituições militares

“Eu quero ser tudo que sou capaz de me tornar.”

Katherine Mansfield



Capítulo 1

O que são as instituições militares

Os pilares da hierarquia e da disciplina

AS INSTITUIÇÕES MILITARES SÃO NORTEADAS POR VALORES ÉTICOS, tais como hierarquia, disciplina, dever, honra, lealdade e serviço à Pátria, e mostram-se tradicionalmente conservadoras, rígidas e relativamente fechadas a influências exógenas. Elas se diferenciam em três aspectos críticos, associados aos deveres profissionais: a ideia de vocação, mais do que a profissão; a necessidade do “herói”, além do técnico ou administrador; e o sentido da missão, em vez de contrato.

No Estatuto dos Militares, o capítulo dedicado à hierarquia e à disciplina deixa claro o substancial papel desempenhado por esses dois aspectos para as organizações militares. O artigo 14 diz que: “(...) a hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico”. O artigo também define hierarquia como “a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas”, e disciplina como “a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, normas e disposições.

A observância de rígidos padrões morais e disciplinares e a submissão sistemática a um não menos rigoroso processo de avaliação do desempenho técnico-profissional são exigências tradicionalmente impostas aos recursos humanos a serviço das Forças Armadas. Ambas têm aplicação prática imediata como condicionantes fundamentais da própria permanência nas fileiras e da consequente ascensão na hierarquia militar.

As instituições militares possuem ainda uma identidade institucional marcante, nas quais a disciplina e a hierarquia são os valores fundamentais a serem internalizados pelos sujeitos que delas fazem parte. Para manter uma formação homogênea, que partilhe a mesma visão de mundo, deve-se “exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos à subordinação. [Isto remete] à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina” (Foucault, 2005: 163).

A homogeneização dos indivíduos pela disciplina incide sobre os comportamentos, sentimentos, imagens de si e sobre os usos do corpo.

O corpo passa a ser concebido como um resultado da disciplina: “o soldado tornou-se algo que se fabrica” (Foucault, 2005: 125). As subjetividades pessoais terminam por ser modeladas, submetidas a um padrão estabelecido pela disciplina, que engloba “técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas” (Foucault, 2005: 162).

A disciplina corrige então as posturas, forma hábitos que se tornam automáticos, de um corpo que se torna alvo de um processo sistemático de treinamento, em razão do que se

transforma, fica mais ágil, obediente e com as forças multiplicadas. A disciplina trabalha o corpo em seus pormenores, em sua mecânica, movimentos, gestos, atitude e rapidez.

Esta disciplina é utilizada no adestramento de escolas monásticas e de todos os exércitos de massa, desde as formas mais elementares de monopólio estatal da violência. Mas, a partir do século XVIII, tornou-se a fórmula geral da dominação contemporânea de uma arte do corpo humano que visa não somente a um aumento de suas habilidades, mas também a um enquadramento minucioso do corpo humano “numa maquinaria de poder que o esquadrinha, desarticula e o recompõe” (Foucault, 2005: 127). Este enquadramento quer dizer potencialização, mas também subsunção, pois a disciplina amplifica as possibilidades de movimento e diminui as forças do corpo em termos políticos de obediência:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (...). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. (Foucault, 2005: 127)

O corpo é então reinventado no âmbito de uma nova anatomia política, que se irradia nos espaços sociais de caráter formativo, que realizam a educação informal e formal: escolas, prisões e organizações militares. Surgem então as minúcias dos regulamentos, o olhar detalhista das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo (Foucault, 2005: 129).

Tudo isto a serviço de novas racionalidades administrativas e econômicas, técnicas e religiosas.

Instaura-se o controle da hora, por meio do quadriculamento cerrado do tempo, de um tempo mensurado, milimetrado; e, também, o quadriculamento do gesto, no treinamento sistemático do adestramento, da decomposição dos movimentos:

(...) a colocação em série das atividades sucessivas permite todo um investimento de duração pelo poder: possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação; de correção; de castigo; de eliminação) a cada momento do tempo. (Foucault, 2005: 145)

Nos quartéis, foram criados dispositivos disciplinares para conter a manifestação das pulsões de morte, da libido, das individualidades. Impediram-se a pilhagem, os conflitos, as deserções, os desperdícios e as orgias. Foi estabelecida a clausura, o quadriculamento do espaço: “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, o indivíduo” (Foucault, 2005: 131). Evitavam-se a aglomeração e a desordem.

Daí os dispositivos disciplinares: a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora.

Para ordenar, torna-se necessário criar um sistema de hierarquias, onde fiquem evidentes as funções e tarefas concernentes a cada elemento da organização.

A vigilância hierárquica está ainda na interposição de personagens com a função de orientar e controlar comportamentos e modos de ser dos indivíduos, pois a “disciplina faz funcionar um poder relacional que se autossustente por seus próprios mecanismos

e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados” (Foucault, 2005: 159).

A vigilância hierárquica se manifesta também nos dispositivos arquitetônicos em formato de *panopticon*, capazes de esquadriñar plenamente o espaço e de localizar o indivíduo, a partir de uma torre ou pátio central.

A sanção normalizadora, por sua vez, surge por meio do uso de punições e recompensas. Está nas advertências em público de caráter humilhante, nos castigos físicos. Está nas recompensas, na concessão pública de medalhas de honra ao mérito, de distintivos, na determinação de funções específicas com algum prestígio:

Na oficina, na escola, no exército, funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (ausências, interrupções das tarefas), das atividades (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). (Foucault, 2005: 159)

A ação de punir reproduz o modelo reduzido de um tribunal em que o objetivo não é eliminar a pessoa do infrator. É preciso recuperá-lo, corrigi-lo, situando-o ao longo de uma escala de mérito ou demérito, de um modo que uma penalidade perpétua “atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares, compara, diferencia, hierarquiza, homogênea, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (Foucault, 2005:163).

A disciplina é utilizada para modelar corpos/mentes, por meio do detalhamento e controle dos movimentos, de sua racionalização. Esta ciência do movimento está prescrita em normas e manuais, que respaldam a punição ou recompensa na medida do grau de docilização dos sujeitos.

Utilizando estes dispositivos disciplinares, as instituições militares funcionam cotidianamente como espaços educativos que “encenam” constantemente estes valores através de rituais próprios, que fabricam e refabricam os sujeitos que delas fazem parte. Tudo para constituir e consolidar uma identidade militar, que se distingue significativamente de uma identidade pessoal “civil”.

A identidade militar é resultado de uma docilização de corpos e mentes na vida cotidiana das instituições militares, das suas práticas, do que se diz sobre cada indivíduo, sobre o que deve ser, a partir de determinados parâmetros.

Isto porque o processo de docilização de corpos e mentes produz verdades sobre os sujeitos e o mundo...

A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que o poder induz e que o reproduzem.

A verdade no contexto militar se aproxima então do dogma da religião. Emanada das autoridades, e é imposta aos subordinados, pois “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (1979: 25).

A docilização dos corpos realizada nas instituições militares não é um fenômeno excêntrico, isolado das dinâmicas mais amplas que influenciam a vida social. Ao contrário, tem a

ver com modos típicos de encarar e de lidar com o corpo que se relacionam com os padrões coletivos de gestão dos sentimentos, emoções, com a vida privada, com as relações sociais num sentido mais amplo, a partir do século XVII, que edificaram

(...) uma parede invisível de emoções que parece hoje se erguer entre um corpo humano e outro, repelindo e separando o que é frequentemente perceptível à mera aproximação de alguma coisa que esteve em contato com a boca ou as mãos de outra pessoa, e que se manifesta à mera vista de muitas funções corporais de outrem. (Elias, s/d: 82)

Nesta perspectiva, a docilização dos corpos como resultado da disciplina em instituições militares é, na verdade, uma manifestação de uma tendência histórica que estrutura o Estado Democrático de Direito, que estabelece vários campos, divididos por tensões, por relações desiguais de força.

São estes campos sociais que formatam a experiência humana, são eles que trabalham para conter os instintos da pessoa, que eram expressos de modo espontâneo mesmo fora do âmbito da vida privada.

Esse processo civilizatório está ligado ao estabelecimento gradual de uma sociedade unificada a partir do Estado, que determinou um modelo específico de costumes e um padrão emocional e de gestão do corpo, que se refletiu também nas práticas de socialização e de educação formal militar.

No caso francês, foi o Estado absolutista do Antigo Regime (séculos XVII-XVIII) e a sociedade da Corte que estabeleceram padrões culturais para a gestão do tempo, da vida emocional, do corpo das pessoas.

Foi sob a influência da tradição da Corte, que surgiu e se desenvolveu a burguesia francesa. Foi assim que foi formado o seu comportamento social, marcado pelo controle das emoções, mesmo depois de destruído o Antigo Regime.

Isto porque, como já foi dito, graças ao estreito contato entre círculos aristocráticos e a classe média, uma parte significativa das maneiras cortesãs permaneceu muito tempo depois da Revolução Francesa (1789).

Estes padrões culturais de gestão dos afetos e do corpo, próprios da modernidade, que são considerados eternos, foram, na verdade, desenvolvidos gradualmente com a estruturação do Estado e com as descobertas científicas. São, na verdade, uma parte de um processo que instaura a civilização, que consiste numa estrutura particular de relações humanas e de formas de comportamento.

O processo civilizatório teria influenciado a vida cotidiana, as maneiras à mesa, as funções corporais e a sexualidade, tanto em espaços públicos quanto nos privados. Construiu também modos específicos de se relacionar com o corpo e com a autoimagem corporal.

Estes aspectos foram disseminados em espaços educativos formais e informais, nos códigos de conduta, e resultaram em coerção social, na compulsão das pessoas de policiar o próprio comportamento.

É, então, através da internalização destes códigos sociais que se estabeleceram hábitos que formatam as maneiras de sentir e ver o mundo e de gerir o próprio corpo em conso-

nância com o *ethos* predominante da vida social. Daí o surgimento de um “embaraço” ou vergonha em face do desvio da conduta ao mesmo tempo em que se exigiu uma maior moderação no uso da linguagem para evitar a franqueza, que passa a ser considerada rude, e a expressão das emoções e pulsões, pois a linguagem é “uma das formas assumidas pela vida social ou mental” (Elias, s/d: 121).

As demonstrações da libido e das pulsões de morte através de atos de natureza abertamente sexual ou da violência física passam a ser consideradas repugnantes ou de mau gosto porque as “pessoas, no curso do processo civilizatório, procuram suprimir em si mesmas todas as características que julgam animais” (Elias, s/d: 128).

Em relação às experiências sexuais, instalou-se o que se chama de “conspiração do silêncio”, ao mesmo tempo em que foram diferenciados adultos e crianças em espaços educativos como as escolas em regime de internato.

Foram “inventadas” as categorias sociais de infância e adolescência, percebidas agora como idades da vida de extrema fragilidade moral, devendo ser protegidas através do isolamento social e da vigilância constante (Ariès, 1981).

As instituições militares modernas manifestaram, de modo mais intenso, este movimento social mais amplo de irradiação de controle e regulação dos corpos e mentes, *das mentes através dos corpos* (grifo nosso).

Esta tendência impactou os modelos de treinamento militar e a vida cotidiana na caserna, e as formas de realização da atividade militar em que “a crueldade e a alegria com a destruição e tormento de outrem, tal como a prova de superioridade física, foram colocadas sob um controle social cada vez mais forte, amparado pela organização estatal” (Elias, s/d: 191).

Esta regulação das pulsões de morte no âmbito da atividade militar apareceu também na elaboração de códigos militares que estabeleciam condições e práticas específicas de confronto com o inimigo e com as populações civis dos territórios ocupados, o que atingiu o apogeu nas guerras do século XIX.

Também na vida privada, as formas de administração dos conflitos pessoais assumiram a fisionomia galante e cavalheiresca dos duelos, com o intuito de regular as querelas relacionadas ao sentimento de honra.

Em ambos os casos, foram estabelecidos padrões de sublimação das pulsões de morte e condutas que estabeleciam a disciplina formal dos instintos em comportamentos elegantes, que buscavam se basear nos valores de coragem, honra pessoal e respeito por si e pelo adversário.

É preciso frisar este aspecto, de que este padrão cultural que cerceia os atos de violência física se estabeleceu em razão da criação e fortalecimento do Estado. Foi ele que pôde obrigar as pessoas a controlarem, inclusive, de modo voluntário, os seus instintos e emoções. Esta também é a perspectiva de Max Weber quando considera que, nas instituições militares, a disciplina foi o resultado de “uma maior concentração dos meios de guerra nas mãos do senhor bélico” (Weber, 1982: 181).

Segundo Weber, a contenção dos instintos é realizada por meio da disciplina, que gera a submissão do corpo a hábitos, ou seja, a um exercício de atos em que se repetem as atividades pessoais e profissionais, e que se concretiza em um tipo de treinamento que estabelece padrões de movimentos, de formas de execução de ações.

A ordem unida e suas práticas de adestramento são dispositivos disciplinares que servem para modelar os corpos por meio de códigos de execução de movimentos. São eles que submetem o indivíduo ao comando, que preparam os agrupamentos de homens para formação cerrada firme, em que os soldados, a comando, atiravam com método para obter um ataque bem-sucedido. Em que os soldados realizavam a progressão no terreno de forma predeterminada: uma forma de emprego militar que se opunha frontalmente ao caos e à desordem, próprios do combate medieval.

Por isto, um dos dispositivos disciplinares mais utilizados em instituições militares ainda hoje é a formatura,¹ com o objetivo de uniformizar os movimentos, por meio da ordem unida, uma estratégia de treinamento que prepara o soldado para atuar em conjunto, na chamada formação cerrada para o combate.

É o que será descrito a seguir.

As formaturas: o tempo e o espaço imóveis

É interessante evocar a tese de Mauss (1974: 137) segundo a qual o corpo é a primeira coisa que um ser humano deve aprender a controlar segundo determinados padrões culturais. Assim sendo, cada sociedade vai desenvolver e implementar as suas formas de controle dos corpos e das subjetividades dos sujeitos com o intuito de uniformizar características psicológicas e comportamentos.

Para disciplinar o corpo do militar, são necessárias técnicas de adestramento que são ensinadas nos quartéis com o objetivo de prepará-los para o emprego militar.

Isto é feito por meio dos principais rituais militares: as formaturas.

São elas que encenam periodicamente o *ethos* militar centrado na hierarquia e na disciplina.

A formatura é um campo fértil para a doutrinação e a modelagem dos corpos, tornando-os dóceis, disciplinados e hierarquizados.

Todos os detalhes para uma formatura são preparados com antecedência.

Isto porque existe a máxima militar de que uma formatura deve ser sempre perfeita, visto que, para um observador, qualquer movimento de um militar fora do ritmo é facilmente percebido. Assim, o erro não pode ser admitido.

Neste sentido, Foucault se baseia em La Salle sobre como a mística dos rituais se repete no cotidiano. Ambos se baseiam na disciplina do minúsculo, na intenção de regular as mínimas coisas do espaço e do tempo, as posturas corporais, enfim todos os vetores da vida cotidiana, assim como os pormenores dos rituais públicos.²

1 A formatura militar é uma solenidade realizada nas organizações militares.

2 “Como é perigoso negligenciar as pequenas coisas. É um pensamento bem consolador para uma alma como a minha, pouco indicada para as grandes ações, pensar que a fidelidade às pequenas coisas pode, por um progresso insensível, elevar-nos à mais eminente santidade: porque as pequenas coisas nos dispõem às grandes... Pequenas coisas, meu Deus, infelizmente dirá alguém, que podemos fazer de grande para Vós, criaturas fracas e mortais que somos. Pequenas coisas: se as grandes se apresentassem, praticá-las-íamos? Não as creríamos acima de nossas forças? Pequenas coisas: e se Deus as aceita e quer recebê-las como grandes? Pequenas coisas; acaso já as experimentamos? Acaso as julgamos pela experiência? Pequenas coisas; somos então culpados, se vendo-as como tais, as recusamos? Pequenas coisas; são elas, entretanto que, com o tempo, formaram grandes santos! Sim, pequenas coisas; mas

A formatura instaura uma relação determinada com o tempo e o espaço.

A formatura é marcada por um tempo incondicional, a metáfora da temporalidade para os militares, em um sentido mais amplo. Como um bloco monolítico, os soldados marcham, no mesmo tempo, em cadência.

A lógica da formatura, do tempo em uníssono, do tempo institucional, repete-se na vida cotidiana.

A rotina do militar deve ser totalmente ocupada pelas suas atividades. É fundamental a disponibilidade incondicional dos militares para o serviço, mesmo que não exista serviço. Desviar-se de sua principal “missão”, ou seja, da disponibilidade incondicional, deve ser evitado a todo custo.

Deste modo, a vida do militar deve estar atrelada unicamente a sua profissão, como um “sacerdócio”.

Neste aspecto, a formatura desempenha um papel fundamental na vida militar, pois ocupa uma grande parte do seu tempo.

Existe um horário que deve ser seguido de forma rígida. O soldado “em forma” espera a presença da autoridade que irá presidir a formatura. O tempo de espera depende da importância do evento: quanto mais graduada for a autoridade que comanda, maior será a possibilidade de espera para início da mesma.

A autoridade não se atrasa e o atraso dos soldados é inconcebível, visto que, nos dias de formatura, o militar deve chegar mais cedo e o militar atrasado não pode entrar mais em forma, ficando sua ausência consignada na “tirada de faltas” realizada pelo militar mais antigo.

Evidencia-se aqui um tipo de gestão do tempo submetido a um intenso controle institucional.³

O tempo de duração de uma formatura varia também conforme o número de atividades que serão desenvolvidas nessas atividades, pois uma formatura de rotina inclui as seguintes etapas:

- Apresentação da tropa ao comandante;
- Hasteamento da bandeira;
- Canto de uma canção militar;
- Palavras do comandante;
- Desfile da tropa em continência ao comandante.

grandes móveis, grandes sentimentos, grande fervor, grande ardor, e em consequência grandes méritos, grandes tesouros, grandes recompensas” (Foucault, 2005: 129).

³ “Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (‘atitudes incorretas’, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora” (Foucault, 2005: 159-160).

O tempo de uma formatura começa com a espera pela autoridade e finaliza no desfile, variando, normalmente, entre 40 minutos e uma hora de duração. Quando a formatura apresenta outras atividades, além das existentes na formatura de rotina, este tempo pode ser ampliado.

Assim sendo, uma formatura como a realizada para a entrega de medalhas, ou para o compromisso de oficial ao primeiro posto, demanda um tempo maior. Do mesmo modo, a formatura que celebra a troca de um comando, dependendo da personalidade do comandante, podendo até ultrapassar duas horas de duração.

Outro aspecto importante é a quantidade de formaturas existentes em uma organização militar, uma vez que a frequência das formaturas pode variar: uma ou duas vezes por semana; formaturas diárias ou mensais.

Cabe ressaltar, ainda, que enquanto a formatura geral é destinada ao comandante da organização militar, as outras formaturas são realizadas pelos escalões subordinados, e visam repassar as ordens aos militares sob o seu comando.

Estas formaturas normalmente ocorrem todos os dias e podem acontecer até três vezes num mesmo dia, ou seja, no início do expediente da manhã, no início do expediente da tarde e no fim das atividades. O tempo total dessas formaturas varia de acordo com o comandante do grupo, podendo ocupar mais de uma hora por dia.

Constata-se aqui o quanto a formatura tem um papel primordial ao ocupar, com sua doutrinação, um grande tempo da vida do militar.

Mas se o tempo destinado às atividades militares deve ser irrestrito e incondicional, o espaço exige a imobilidade: o deslocamento só pode ocorrer seguindo as ordens emitidas pelas autoridades.

Os movimentos, quando ocorrem, devem obedecer aos comandos de voz das autoridades, aos toques de corneta, à batida rítmica da banda de música.

Neste sentido, tudo é estático. A única força em movimento é a do comandante, para quem “o corpo singular torna-se um elemento, que se pode colocar, mover, articular com outros (...) o homem de tropa é antes de tudo um fragmento de espaço móvel, antes de ser uma coragem ou uma honra” (Foucault, 2005: 148).

Dessa forma, a marcha deve ser treinada para automatizar os movimentos. E cada exército possui seu ritmo, sendo os traços da cultura organizacional deste exército um componente fundamental no processo da construção de uma marcha.

Isto porque os hábitos variam em conformidade com as sociedades, as formas de educação, as necessidades, os modismos. E cada cultura instrumentaliza o corpo ao seu modo, sendo as técnicas difundidas pela educação formal e informal. E, neste ponto, só são transmitidas as técnicas eficazes.

Cabe dizer que a técnica do corpo, segundo Mauss (1974: 138), é tradicional e eficaz. Tradicional porque segue os parâmetros estabelecidos culturalmente dentro de um grupo de indivíduos. E eficaz porque o objetivo proposto é alcançado.

Neste aspecto, para atingir a eficácia, luta-se pelos detalhes, pois o detalhe prepara o corpo para os grandes movimentos.

Assim sendo, o local onde ocorrem as formaturas é normalmente um pátio ou um campo — um espaço de poder, e de controle. Daí, o comandante comunica suas ordens a uma

tropa imóvel, que deve reverenciar os símbolos nacionais e a presença de seu comandante. Este, no centro do dispositivo, pode ver sua tropa na totalidade, assumindo o papel de pivô de um genuíno panóptico:

O aparelho disciplinar perfeito capacitaria, com um único olhar, tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem. (Foucault, 2005: 156)

O local da formatura é, portanto, um espaço revestido de certa sacralidade, mesmo que tenha outras finalidades na rotina do quartel, pois quando é preparado para uma formatura, transforma-se, “transfigura-se” para a adequada execução dos rituais militares.

Mutações da hierarquia e da disciplina nas instituições militares

A hierarquia e a disciplina – pilares das instituições militares – são valores quase sempre “naturalizados” pelos atores institucionais.

Os militares não estabelecem conscientemente as relações entre estes valores em que acreditam e as dinâmicas da instituição militar, que é marcada pela diversidade e historicidade, apesar de parecer uniforme, homogênea, imutável: “fria”, na expressão de Lévi-Strauss.

Na verdade, as formas de exercício da hierarquia e disciplina dependem da cultura militar,⁴ que não é uma realidade homogênea e estática.

Ao contrário, a cultura militar se diferencia nos quadros, armas e serviços, que se subdivide em subculturas que estabelecem padrões distintos de sensibilidades, visão de mundo e ação social.⁵

Assim sendo, os quadros, armas e serviços apresentam padrões culturais diferenciados, modos de gerir a hierarquia e a disciplina, que se relacionam com as formas convencionais e atuais de atuação militar.⁶

4 A “cultura militar” é um conjunto de códigos de conduta, valores, ritos e artefatos elaborados e transmitidos em instituições militares, que apresenta padrões de comportamento e valores próprios, diferenciados dos padrões da sociedade onde se insere.

5 As subculturas próprias dos quadros, armas e serviços são abordadas no trabalho pioneiro, na área de Estudos Militares, de Celso Castro (1990).

6 “O gênero é, portanto, um meio de recodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os (as) historiadores procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles ou elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (Scott, 1995: 23).

A cultura militar diferencia-se ainda em conformidade com a cultura organizacional⁷ e com as tradições específicas das organizações militares.

A cultura militar varia também em razão das configurações culturais mais amplas da sociedade luso-brasileira e da cultura política nacional.

Na cultura política brasileira, foi sempre enfatizado o protagonismo de uma elite dirigente na condução do País.

Ou seja, a cultura política brasileira se caracteriza pelo voluntarismo da sua elite dirigente, dos intelectuais ou tecnocratas que se colocaram, desde o século XIX, no momento da constituição da vida política brasileira, a serviço do conhecimento científico da realidade nacional, e da formação da sociedade e da nação.

A convicção do protagonismo político dos intelectuais também foi defendida pelo castilhismo e pelo getulismo, e pelo positivismo à Benjamin Constant, que influenciou profundamente a Escola Militar da Praia Vermelha no final do século XIX e início do século XX.

Sob a influência de uma concepção política elitista típica da cultura brasileira, e de uma atitude de protagonismo político acentuada no estamento militar a partir da Guerra do Paraguai, quando os militares se distinguem da elite política e social civil, o EB passou a atuar como uma instituição central na definição dos rumos políticos do país, desenvolvendo projetos acerca da segurança e do desenvolvimento nacionais.

Deste modo, houve intervenções e interferências dos militares na vida política e civil no tenentismo dos anos 1920, no industrialismo dos anos 1930 e 1940, no nacionalismo dos anos 1950, e no anticomunismo dos anos 1960.

Tal protagonismo militar se apoiou diretamente numa cultura militar que considerava os militares mais preparados do que os civis para o exercício de funções que necessitassem de risco, disciplina, prazos e responsabilidade: “uma cultura que diz serem eles superiores aos civis do ponto de vista moral, cívico e patriótico. Seriam uma reserva moral, um “pronto-socorro” político, um “cordão sanitário”(D’Araújo, 2000: 2).

Deste modo, ao longo do século XX, o Exército interveio na vida política nacional assumindo, muitas vezes, o controle do aparato estatal.

Este envolvimento dos militares na política influenciou os padrões de hierarquia e de disciplina.

Este fato é demonstrado no pós-1964, quando um movimento significativo, desencadeado dentro da Instituição Militar, coibiu os excessos da politização interna, em proveito da “linha-dura”.

Esta vertente assumiu o comando da corporação militar após 1967, quando foi contido o voluntarismo político do baixo clero militar em proveito dos escalões superiores e do Alto-Comando dos serviços de Inteligência (D’Araújo, 2000: 3).

A partir daí, teria havido um “endurecimento” disciplinar nas instituições militares e nas escolas militares de formação, responsáveis pelo processo de socialização militar, um fenômeno que vai ser detalhado mais adiante.

7 “Entende-se ‘cultura organizacional’ como um sistema de valores expressos através de artefatos, mitos, rituais, hábitos e crenças comuns aos membros de uma organização, estruturado dinamicamente a partir do jogo dos atores, vinculando-se, de algum modo, à cultura nacional e local” (Souza Pires e Macedo, 2006: 81-105).

Capítulo 1 · O que são as instituições militares

Estes fatos demonstram o quanto as formas de exercício da hierarquia e a disciplina são influenciadas direta e indiretamente pela conjuntura e pelo evento histórico, podendo a inserção das mulheres na organização militar alterar as formas de funcionamento da hierarquia e da disciplina no sentido de uma suavização ou de um endurecimento dos dispositivos disciplinares, uma vez que o gênero está entrelaçado a outros aspectos da vida social, sendo também marcado por eles.



Capítulo 2

O Exército Brasileiro: para além do Estado-Nação e da conscrição universal

Organização do Estado, transformações na Força Terrestre e os padrões de gênero

O EB SE TRANSFORMOU EM RAZÃO DA EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA E DAS DIFERENTES formas de organização do Estado brasileiro.

Por exemplo, nas fases em que predominava a descentralização política e administrativa, estabelecia-se uma forma de organização militar que se apoiava no poder local dos proprietários de terra.

Da mesma maneira, o Exército a serviço do Estado-Nação (Anderson, 1999: 156-159) – uma instância central de comando e controle – foi uma invenção recente no País, depois que foram enfraquecidas as elites fundiárias das províncias e municipalidades em favor da criação de um corpo de soldados profissionais.

Estes militares passaram a ser preparados por meio de um tipo de escolarização que funciona em regime de internato, com um cotidiano de caserna. O objetivo era então garantir padrões mais rígidos de obediência à hierarquia e ao comando, por meio de hábitos construídos através das práticas disciplinares.

A associação entre a forma centralizada de poder político e a disciplina foi realizada devido à necessidade de colocar em ação uma massa considerável de homens, a fim de otimizar o poder do ataque físico e psíquico, o que foi possível somente quando agenciada por um centro de poder.

Ou seja, para coordenar e manejar grandes grupamentos de homens, era necessário que houvesse, portanto, uma organização estatal forte.

Do mesmo modo, uma disciplina mais frágil acompanha qualquer tipo de estrutura militar descentralizada, seja do tipo prebendário ou feudal, como a cavalaria medieval. Neste caso, a descentralização política e econômica marcha habitualmente lado a lado com o enfraquecimento da disciplina, com o combate entre indivíduos e não entre grupos, e com grande importância conferida ao heroísmo pessoal (Weber, 1982: 177).

O Exército a serviço do Estado-Nação caracteriza-se ainda por se distinguir claramente da sociedade, e por se firmar sobre um padrão cultural masculino e branco, no que tange aos quadros do oficialato.

Este tipo de Exército não exige que os militares saibam lidar com diferenças sociais, culturais, raciais ou de gênero. Realiza uma atividade militar que se desenrola somente em um universo estritamente militar, no âmbito das organizações militares ou no teatro de operações onde só se enfrentam os militares das nações em conflito. Neste contexto, os militares estabelecem pouco contato com os civis ou com militares de outros Exércitos, atuando a partir de parâmetros táticos e estratégicos da guerra convencional.⁸

⁸ A guerra convencional coincide com a chamada guerra de primeira e segunda geração. Utilizava o combate linear, por formações cerradas, ordem unida e batalhas em campo aberto. Funcionava com

No Brasil, o Exército a serviço do Estado-Nação substituiu aos poucos, ao longo do século XIX, uma forma de organização militar apoiada em um oficialato de origem aristocrática, no sentido de estabelecer um modelo militar baseado na conscrição universal, acesso democrático e progressão racional-legal da carreira, por antiguidade e por mérito, regulado por um complexo aparato legal.⁹

No Brasil, este Exército se desenvolveu lentamente ao longo do século XIX, impulsionado pelos movimentos emancipatórios da Independência (1822), rebeliões provinciais e, principalmente, pela Guerra do Paraguai (1865-1870).

E as formas sucessivas de organização do EB manifestaram padrões distintos de gênero, que afetaram o modo de se perceber e aceitar a presença feminina nas instituições militares.

Os modelos de gênero do EB se transformaram, sobretudo, na passagem do modelo democrático do Exército a serviço do Estado-Nação ao Exército contemporâneo, mais plural, que prioriza as novas hipóteses de emprego, das operações de segurança, das missões de paz, que exigem o contato dos militares com as diferenças sociais e culturais através das relações de parceria com Exércitos de outros países, com populações civis, com órgãos civis, com a imprensa.

Este aspecto, somado à influência da difusão crescente do ideário democrático na sociedade civil e no Estado, induziu o Exército contemporâneo a permitir a inserção maior das mulheres, em diversos quadros, armas e serviços, e não somente no suporte técnico ao combate, transformando profundamente os seus padrões de gênero.

A seguir, foi realizada uma reconstrução analítica da história do EB, sem pretensões de uma reconstituição histórica minuciosa, com o intuito de pôr em evidência os fatores que contribuíram para transformar a Força Terrestre no País e a construir seus diferentes padrões de gênero, até chegar à determinação que exige a inserção das mulheres na linha bélica, como combatentes.

O Exército Brasileiro no Brasil-Colônia

No início do Período Colonial (1500-1822) – o EB não existia como tal. Havia somente iniciativas isoladas de Defesa e segurança em torno a atividades econômicas, as feitorias, que eram fortificações comandadas pelo concessionário das terras, que realizavam também as atividades administrativas e militares.

Após as feitorias, foram estabelecidas as capitanias hereditárias, que trouxeram mudança nas relações entre civis e militares no que concerne às ações de defesa. Ao donatário, que recebia a concessão de terras, era outorgado o título de governador e capitão-mor, enquanto os colonos que se estabeleciam em suas terras eram obrigados a prestar serviços de natureza feudal, inclusive o tributo de sangue, que consistia em atividades de defesa e segurança.

Devido à precariedade destas ações de defesa, a cargo exclusivamente do poder privado, que servia para repelir os ataques de índios e de nações estrangeiras, foi enviado, em 1548,

uma forma de comando e controle centralizado que limitava o exercício da tomada de decisão pelos praças, oficiais subalternos e intermediários, tornando desnecessária uma compreensão maior dos cenários de conflito. Era marcada também pelo relativo baixo nível tecnológico.

9 O Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG) e o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), dentre outros.

um representante real, responsável pelas fortificações, que recebeu o título de governador e capitão-geral. Esta autoridade combinava responsabilidades administrativas e militares, e os postos militares em geral incluíram designações e funções administrativas, tais como capitão-mor, capitão-geral e comandante de armas.

As principais atribuições de defesa e segurança foram discriminadas no Regimento do Governador-Geral (1548), que era simultaneamente uma carta política e uma diretriz militar, determinando ordens de subjugação de tribos rebeldes, construção de fortalezas e normas de recrutamento e serviço militar.

Esse aspecto evidencia o quanto a administração do País apresentava características essencialmente militares, constituindo-se como um corpo originário das Ordenações Afonsinas.¹⁰ Dessa forma, as provisões militares de regulamentação estabeleceram as ordenanças, que compuseram um conjunto de disposições locais associadas ao governo municipal, incorporando o tributo de sangue, o que incluía homens dos 18 aos 60 anos. Neste processo de administração, as atividades militares eram controladas pelos capitães-mores e por outros “homens bons”, que eram oriundos da nobreza fundiária, que detinha grandes extensões de terra.

Além das ordenanças, que foram introduzidas com o governo-geral, existiam também as milícias, que executavam o serviço de guarda das cidades, utilizando a conscrição e o serviço em tempo integral, sob o controle dos governadores-gerais.

Além disso, em 1548, foi introduzido o exército regular, que atuava sobretudo nas cidades, a serviço do rei, sobrepondo-se às ordenanças e às milícias. Apesar disso, predominavam ainda as unidades locais dispersas, desconectadas entre si, com composição e características distintas.

As unidades de ordenanças eram consideradas, nessa forma de organização militar, como forças auxiliares do Exército regular.

Desse modo, a organização militar da Colônia apresentava uma estrutura diversificada e pouco coesa. Justapunha-se um Exército profissional a serviço da Coroa, formas locais, privadas, não estatais e de gerenciamento da Defesa.

Esta forma de organização militar só foi transformada gradualmente ao longo do século XIX com o desenvolvimento de um Exército nacional:

as regulares, tropas vindas do Reino, como aquelas que acompanharam Tomé de Sousa e outros governadores-gerais (...) o semirregular, constituído pelas forças dos Serviços de Ordenanças (...) mas irregulares do ponto de vista de que não eram compostas de soldados, mas de moradores, povoadores, sesmeiros, que deixavam os seus trabalhos para acudir às necessidades militares, quando se apresentava a necessidade (...) e irregulares, aquelas que se organizavam à base da iniciativa de povoadores, moradores ou colonizadores, à margem da legislação e, portanto, da vontade das autoridades metropolitanas ou locais, para atender à necessidade dos próprios interessados, do tipo da bandeira. (Sodré, 1979: 24)

10 Ordenações Afonsinas, ou Código Afonsino, são uma das primeiras coletâneas de leis da era moderna, promulgadas durante o Reinado de Dom Afonso V. Elas esclarecem aspectos relativos à aplicação do direito canônico e romano no Reino de Portugal. Sua aplicação não foi uniforme em Portugal, vigorando até a promulgação das suas sucessoras, as Ordenações Manuelinas.

Ao longo do Período Colonial, isto é, a partir do final do século XVII e início do século XVIII, as milícias tornaram-se a forma predominante de organização militar, devido à urbanização desencadeada pelo início do Ciclo da Mineração, o que ampliou progressivamente os poderes e as atribuições militares dos capitães-gerais.

A expansão das milícias foi realizada no sentido de cooptar a elite local por meio de regimentos especiais da nobreza e dos privilegiados, o que lhes proporcionou foros de nobreza e privilégios legais especiais.

No final do Período Colonial, constata-se a tendência, nas tropas, do monopólio das patentes do oficialato pelos portugueses, o que gerava conflitos no interior da corporação militar e a atitude generalizada de ojeriza e descrédito da Força Terrestre por parte da população civil.

O Exército Brasileiro (EB) no século XIX

Durante o Primeiro Reinado (1822-1831), houve diversas tentativas, não muito bem-sucedidas, no sentido da centralização do monopólio da força, visando a se contrapor à influência da oligarquia e dos setores médios nas organizações militares, que tinham sido reforçados até então sob o influxo do prebendalismo público. Aí, a gratificação e as tarefas públicas eram atribuídas ao detentor de um cargo concebido como dono de um direito pessoal.

Para tal, em 1822, D. Pedro criou uma Guarda Cívica, que se extinguiu duas semanas depois, não ficando claro se pretendiam com ela absorver as antigas ordenanças e milícias, subordinando-as a um Exército regular. No lugar dela, vingou a contratação de militares mercenários para preencher os claros do Exército regular. Nesse sentido, D. Pedro teve que enfrentar as concepções antimilitaristas do corpo legislativo que, sob a influência liberal, e dos interesses locais, considerava o Exército profissional como uma ameaça à liberdade e ao bem-estar das elites políticas e do povo.

Ao contrário do Exército nacional, era o modelo da milícia regional, sob o controle dos capitães-gerais, herdada do Período Colonial, o modo adequado de organização militar para a elite dirigente, um fato que dificultou, ao longo do século XIX, a estruturação de um Exército nacional, forçosamente conectado a um processo gradual de centralização política e administrativa do Estado brasileiro, que se desenrolou somente a partir de 1840, com a Lei de Interpretação.

Em razão desses obstáculos, não houve alteração significativa durante o Primeiro Reinado, nem na composição, nem na forma de emprego dos militares, constituído de milicianos, patriotas e voluntários sem definições sociais, ou de marginais à sociedade escravocrata, que mantinham padrões mínimos de treinamento militar e à custa de um sistema disciplinar extremamente rígido.

O problema da precariedade dos padrões disciplinares e técnicos da atividade militar não foi resolvido imediatamente nem por medidas pontuais, como a criação de uma unidade militar modelo, de mercenários — o Batalhão dos Estrangeiros — nem pela criação do Batalhão do Imperador, em 1823, nem pelo Decreto de 1824, que estabeleceu que os corpos de tropa do Exército deveriam apresentar uma organização mais uniforme no emprego da força e nos efetivos.

De fato, o Primeiro Reinado manteve as linhas mestras da organização militar do Período Colonial, criando instituições administrativas profundamente centralizadoras, mas

que, ao mesmo tempo, limitavam o nível de influência do governo central sobre a Força Terrestre:

O Exército destinava-se a defender as fronteiras e nelas estacionar; as milícias incumbiam-se de manter a ordem pública nas comarcas, dentro de cujos limites permaneceriam, sendo eletivos e temporários os seus oficiais, à exceção de majores e ajudantes; as guardas policiais eram encarregadas de fornecer a segurança dos indivíduos, perseguindo e prendendo os criminosos. Só em casos de rebelião ou invasão estrangeira poderia o governo desviar tais tropas de seu mister privativo, submetendo ao exame da Assembleia Geral, porém, as circunstâncias determinantes. (Sodré, 1979: 89)

No Período Regencial (1830-1840), sob a influência liberal e antimilitarista, persistiram os problemas da falta de profissionalismo e de uma socialização militar castrense adequada no corpo de tropa e na Academia Militar, sendo dissolvidos os batalhões mercenários e reduzidos os recursos orçamentários para as Forças Armadas.

A persistência das formas privatistas de organização militar, vinculadas ao poder local, da elite fundiária e das municipalidades, intensificou-se no Período Regencial devido ao processo de descentralização política e administrativa desencadeada pelo Ato Adicional de 1831, que atribuiu poderes mais amplos aos presidentes das províncias, que passaram a ter uma maior ascendência sobre os governos municipais. O sistema transformou então cada presidente de província em um caudilho, atribuindo-se amplas prerrogativas às forças militares sediadas em suas províncias. Deste modo, eram neutralizadas as forças do Exército enquanto as elites locais influenciavam nas promoções de oficiais do Exército que serviam em unidades sediadas nas províncias.

O resultado do triunfo irrestrito de organização militar privatista foi a criação da Guarda Nacional em 18 de agosto de 1831, vista pela elite dirigente como uma proteção ao trono brasileiro, em oposição a um Exército ainda identificado com D. Pedro I, que era visto como uma fonte de perturbações e insubordinações ante os poderes constituídos. Em contrapartida, a Guarda Nacional era percebida como uma incorporação da própria Nação e da própria ordem legal. A sua criação ensejou a extinção das ordenanças e milícias.

Na verdade, a Guarda Nacional se vinculava a outro polo do poder político brasileiro, o potentado local – os senhores de terras e escravos. Este era influente no aparato estatal, “forjando o instrumento militar de que necessitava, e empreendendo a neutralização das Forças Armadas regulares, que seriam relegadas a segundo plano, as de terra, particularmente” (Sodré, 1979: 117).

A Guarda Nacional se relacionava de modo particular com a dinâmica de centralização e descentralização política, própria do Estado brasileiro, que se impôs ao longo do século XIX, na medida em que inseriu a elite política em seus quadros de oficiais e submeteu-se à supervisão por agências do governo central. Era uma corporação administrada a nível local e o preenchimento de claros de oficiais devia ser realizado por indicação dos potentados rurais. Desse modo, os aristocratas rurais que serviam na Guarda Nacional continuaram a gozar de foros militares e da proteção legal oficial, usando uniformes e participando de

paradas, sendo-lhes dada a precedência sobre o Exército em cerimônias públicas, além de prioridade no recebimento de recursos.¹¹

A Guarda Nacional fornecia destacamentos para fora dos municípios, em defesa das praças, costas e fronteiras, em escoltas de remessa de dinheiro, condução de presos, socorro aos municípios conflagrados em caso de incursão de malfeitores, e atuava como força auxiliar do Exército.

A criação e o fortalecimento da Guarda Nacional contribuíram para o enfraquecimento material e político do Exército, que não possuía condições de garantir o recebimento regular de soldos e suprimentos, e que, ao contrário da Guarda Nacional, não possuía alistamento obrigatório, sendo percebido o serviço militar como castigo e desdouro a ser evitado pelos indivíduos oriundos dos estratos sociais superiores.

A centralização gradual da organização política brasileira contribuiu para a estruturação de um Exército nacional, detentor do monopólio do uso da força, que destruiu gradualmente as formas privatistas de organização militar, geridas pelos potentados locais, que tinham sido herdadas do Período Colonial.

No Brasil, o início da constituição do Exército nacional ocorreu com as rebeliões deflagradas durante o Período Regencial, quando o então major Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, com base no aproveitamento de forças da Guarda Nacional, desencadeou uma reorganização do Exército profissional, que foi reduzido a um efetivo de 400 oficiais para compor o Batalhão Sagrado.

Esta medida foi associada, em 1850, à incorporação da Guarda Nacional ao poder central, de quem passam a depender o comandante e a oficialidade, bem como a organização do alistamento. O poder central passou a enfeixar em suas mãos a polícia e a guarda cívica.

Por esta razão, em 1873, a Guarda Nacional foi proibida por lei de executar funções administrativas. Tornou-se uma atividade meramente recreativa e de socialização das elites dirigentes, uma forma de honraria social, enquanto o Exército se fortalecia com a promulgação da Lei de Conscrição Universal em 1874.

O Exército nacional fortaleceu-se aos poucos, e aperfeiçoou a preparação profissional do oficialato por meio de várias reformas de ensino. Para tal, foi criada, em 1855, uma escola apartada da formação civil dos engenheiros, a chamada Escola de Aplicação, e em 1859, a escola de formação de pessoal de Cavalaria e Infantaria.

Paralelamente, ao longo da segunda metade do século XIX, foi aumentada a carga horária de disciplinas da área profissional e estabelecidas rotinas da caserna nas escolas militares.

Outro aspecto próprio do Exército nacional que se difundiu também foi a organização da progressão da carreira militar, o que foi sendo concretizado gradualmente ao longo do século XIX.

11 “Não é preciso demorado exame para verificar como, em todos os seus detalhes, a Guarda Nacional representava uma criação específica do regime dominado pela classe senhorial. Sua subordinação às Câmaras Municipais, aos juízes de paz, às listas eleitorais, denuncia características nítidas de classe, uma vez que tais elementos eram representantes diretos dos senhores de terras. Ao lado das forças de linha, assim, criava-se um instrumento militar específico dos grandes proprietários, destinado, pela confiança que merecia deles, a neutralizar, em qualquer eventualidade, as tendências da tropa regular” (Sodré, 1979: 120).

No início do século XIX, a maior parte dos militares era oriunda dos estratos médios ou eram estrangeiros. As praças, por sua vez, eram provenientes do corpo de tropa e podiam atingir o oficialato somente na Infantaria e na Cavalaria. Ao longo do século XIX, o Exército democratiza o acesso à carreira militar — um aspecto típico do Exército nacional. Este aspecto distanciou gradualmente os oficiais das origens aristocráticas, como era até o século XVIII.

Além disso, é estabelecida a normatização legal da carreira militar e as promoções nos quadros de oficiais passaram a ser feitas por antiguidade e merecimento, sendo controladas por comissões de promoção que foram gradualmente substituindo os presidentes das províncias neste encargo.

Estes aspectos foram acentuados após a Guerra do Paraguai (1865-1870), quando ocorreu o declínio definitivo da Guarda Nacional, por ter se demonstrado incapaz de atender às demandas de um conflito armado de grandes proporções, em termos de logística e adestramento militar.

Durante a guerra, as transformações do Exército foram graduais. A princípio, foram estabelecidas formas de organização militar caudilhescas, baseadas na lealdade pessoal, uma vez que os militares ainda viviam do terreno, sem a cauda logística, à semelhança das rebeliões platinas do Período Regencial.¹²

Para tal, foi criado o corpo de Voluntários da Pátria (1865), estruturado com a predominância dos estratos médios, mais afeitos às atividades burocráticas e profissões liberais, embora tenha sido permitida a inserção de elementos oriundos das camadas populares.

A conscrição em massa de soldados no corpo dos Voluntários da Pátria, assim como a incorporação dos efetivos da Guarda Nacional, para fazer frente ao conflito, favoreceu, pela primeira vez, a experiência, por parte dos militares, das diferenças étnicas e culturais, pois aproximou, no teatro de operações, indivíduos oriundos das diversas regiões brasileiras que até então eram relativamente isoladas, devido à precariedade dos transportes e dos meios de comunicação. Esse aspecto foi também favorecido pela inserção de ameríndios e negros na corporação militar.

Esse aspecto sincrético foi típico do EB, tributário de uma sociedade mestiça. Por esta razão, pode-se dizer que o EB aproximou-se precocemente do *ethos* do Exército contemporâneo, cujas características principais são precisamente o pluralismo cultural e a relativa aceitação das diferenças sociais e culturais.¹³

12 “Quando a guerra chegou a um impasse em torno de Humaitá, ficando claro que a derrota de Humaitá requeria esforço concentrado e organizado, foi que se passou a uma organização mais profissional do Exército. Isso ocorreu basicamente a partir do comando de Caxias, em 1867, isto é, decorrido um ano e meio de hostilidade (...) Caxias gastou grande parte do tempo, no início de seu comando, buscando organizar o EB, dando-lhe melhores condições de combate, administração mais eficaz e restaurando a disciplina. Além de cuidar do abastecimento de armas e munições, garantir o fornecimento de reforços, homogeneizar o fardamento e adequá-lo às estações do ano, ele ainda buscou melhorar as condições de higiene e de saúde do acampamento” (Salles, 1990: 123).

13 Na sociedade contemporânea, reconhece-se a existência das diferenças étnicas, sexuais, religiosas e de gênero, resultando, no caso das Forças Armadas, em um tipo de atuação militar que enfatiza as habilidades de negociação com as diferenças sociais e culturais na própria corporação militar, com outras forças militares e auxiliares e com a população civil. A este respeito, ver: Moskos, C. C.;

Após a Guerra do Paraguai, o Exército estava relativamente organizado, normatizado e não poderia mais ser reconduzido a um papel secundário na vida política e cultural do País. Estabeleceu-se, então, uma cisão dos militares com a elite política cuja base econômica era a propriedade fundiária, que se alicerçava em valores e referências culturais influenciadas pelo legado jesuítico e por uma cultura humanística, produzida nas escolas de medicina e direito.

Os militares se distinguiam desta elite, pois pertenciam aos estratos médios e compartilhavam uma formação intelectual cuja base eram as matemáticas e a engenharia.¹⁴

Essas diferenças culturais, oriundas em parte, de diferenças educacionais, refletiram-se na atuação política dos militares, gerando os fatores que despontaram na chamada Questão Militar, e que auxiliou a derrubada da Monarquia no País:

Após a Guerra do Paraguai, começou a formar-se uma contra-elite militar, com características distintas da elite civil, tanto em termos sociais como ideológicos. Mas ela permaneceu marginal até o fim. Seu estudo tem interesse pelo que nos diz sobre as razões da cisão entre a burocracia civil e a militar e sobre a incapacidade das elites políticas e do sistema político por elas criado de absorver o tipo de demanda e de liderança que despontava nas fileiras militares. (Carvalho, 2003: 55)

Mas a oposição entre militares não era somente com a elite política, mas com a sociedade brasileira, que não reconhecia o valor militar experimentado nos campos de batalha e o sacrifício dos militares pelo País, já que a guerra nunca foi popular. Mantinha-se aí uma linha de fratura entre a instituição militar e o povo brasileiro, que já existia desde o início da estruturação do Exército, com a Independência.

O Exército Brasileiro na primeira metade do século XX

Em uma situação de ostracismo considerado imerecido, que se prolongou na sequência, de um grupo profissional com um tipo de preparação profissional consistente, manifestou-se entre os militares uma vocação messiânica, que favoreceu a interferência frequente do Exército na vida política nacional, desde a Proclamação da República (1889).

A visão messiânica estabeleceu como missão dos militares a condução dos destinos do povo brasileiro, por meio das ações do governo, sem necessariamente passar pelos mecanismos da representação política.

Williams, J. A.; Segal, D. R. *The Postmodern military: armed forces after the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 273-275.

14 Esta formação intelectual moderna marcou os currículos militares desde a criação da Academia Real Militar, em 1810, que representou a inserção da modernidade numa sociedade tradicional, apoiada nas relações de escravatura e servidão, com escasso fator tecnológico, ensino elitista, humanístico, medieval. No Brasil, portanto, a Escola Militar foi a instituição destinada a desenvolver características “modernas” em uma sociedade predominantemente tradicional – rural, patriarcal e hierarquizada – e que assim permaneceria até bem depois de instituída a República. Dentre estas características, duas se destacam: a supervalorização do princípio do mérito e a predominância, entre os alunos, de uma mentalidade “cientificista”.

Devido à convicção de ter uma missão em relação à Nação, ao fortalecimento do Estado e à pressão da evolução da arte da guerra, o Exército buscou modernizar-se por meio de reformas sucessivas na organização militar e no sistema de ensino.

Esta modernização se aprofundou mais a partir de Afonso Pena (1906-1909), a reboque de uma tentativa de centralização política, da parte de um governo federal, que se havia enfraquecido pelo pacto federativo após a Proclamação da República. Deste modo, Afonso Pena visava enfrentar o poderio crescente de oligarcas paulistas através da reestruturação do Exército.

Para garantir a autoridade federal, Afonso Pena estabeleceu um projeto de modernização do Exército, nomeando o general Hermes da Fonseca, um oficial sem vínculos com interesses regionais, para o Ministério da Guerra. Este tentou implementar o serviço militar obrigatório, enfrentando uma reação negativa da opinião pública, devido à recordação dos horrores do recrutamento a laço, dos baixos salários, das punições degradantes e das instalações precárias, que haviam sido a tônica do serviço militar durante o século XIX.

Paralelamente, Hermes da Fonseca enviou jovens oficiais ao Exército alemão. De retorno ao Brasil, os ex-estagiários, conhecidos como Jovens Turcos, desenvolveram intensa atividade de ensino e divulgação doutrinária: organizaram a revista *A Defesa Nacional* (1913); introduziram mudanças no ensino militar através da chamada Missão Indígena; e estabeleceram novas regras de promoção, por meio da campanha pelo serviço militar obrigatório.

Após as inovações doutrinárias e educacionais dos Jovens Turcos, o Governo Brasileiro contratou a França para modernizar o EB, estabelecendo a chamada Missão Francesa (1920-1940).

As equipes comandadas pelos generais Maurice Gamelin (1920-1924), Frédéric Coffec (1925-1927), Joseph Spire (1927-1930), Charles Huntziger, dentre outros, orientadas pelo Estado-Maior do Exército francês, firmaram o recrutamento obrigatório, passando a instituição militar a dispor de contingentes de reservistas devidamente preparados.

A corporação militar ganhou novas armas e equipamentos, inclusive aviões; o ensino militar foi completamente reformulado através da criação de escolas especializadas que superaram definitivamente as enraizadas tendências academicistas da formação profissional, e introduziram disciplinas de natureza técnica, indispensáveis para a atuação na guerra convencional.

A Missão Francesa transformou o EB no sentido de constituir um Exército moderno, profissional:

Militares franceses introduzem renovações na medicina e na veterinária; formam geógrafos e cartógrafos, unificando os trabalhos nessas especialidades; revelam a importância dos estudos demográficos e do planejamento da infraestrutura de transporte; desenvolvem o interesse pela química e pela metalurgia visando à produção de armamento e munição; introduzem os procedimentos estatísticos, sem os quais o serviço militar obrigatório seria inviável; organizam a aviação do Exército e orientam as primeiras regulamentações da aviação civil; ensinam os princípios administrativos modernos; e interferem no envio de acadêmicos franceses fundamentais à criação da Universidade de São Paulo.¹⁵

15 Domingos, Manuel. *Acerca da modernização do Exército*. Disponível em www.cedela.org.br. Acesso em 6 jun. de 2014.

A Missão Francesa alterou ainda as normas disciplinares herdadas do Período Colonial, consideradas incompatíveis com as noções de cidadania e nacionalidade, e determinou a promoção hierárquica pelo reconhecimento do mérito.

Do ponto de vista da organização administrativa e operacional, a Missão Francesa eliminou os pequenos destacamentos isolados, as unidades desconexas e estabeleceu grandes unidades em conformidade com os ensinamentos proporcionados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Os oficiais aprenderam ainda a planejar e a comandar grandes manobras por meio de exercícios de emprego combinado de tropas, simulando operações de guerra.

Com a Missão Francesa, o Exército se tornou indiscutivelmente o principal instrumento de força a serviço do Estado. Este aspecto favoreceu o processo de centralização política, realizado durante a era Vargas (1930-1945) e foi por ele impulsionado.

Além disso, a Missão Francesa preparou um corpo qualificado de militares,¹⁶ afeito à vida na caserna e preparados tecnicamente para atuar na guerra convencional.

Foram ultrapassados os problemas principais da corporação militar brasileira tal como ocorria até o início do século XX: a ociosidade nos quartéis, as especulações filosóficas, o tratamento indigno de prisioneiros, a falta de unidade doutrinária, a disputa interna entre tarimbeiros (oficiais sem formação acadêmica) e doutores (formados na Escola Militar), as querelas entre germanófilos e francófilos, as relações paternas entre comandantes e comandados, as promoções por apadrinhamento político e as instalações precárias.

O Exército Brasileiro após 1945

Após a Segunda Guerra Mundial (1937-1945), foi difundida a influência norte-americana, que gerou alterações estruturais na organização militar e definiu novas bases doutrinárias. Os aportes norte-americanos ao pensamento militar brasileiro, na verdade, adaptaram o Exército à conjuntura do pós-guerra, marcada pela Guerra Fria (1945-1989), ensejando a elaboração no País da chamada Doutrina de Segurança Nacional. Sob a influência das teses da geopolítica, apoiada na premissa da guerra total, propugnavam um Estado forte, no qual a política era absorvida pela estratégia militar. O sistema de guerra era concebido, então, com ênfase nas atividades de inteligência, guerra psicológica, censura e polícia política.

Após a Missão Francesa e a Missão Americana, a corporação militar tornou-se um corpo qualificado de profissionais e uma organização burocrática a serviço de um Estado centralizador, estruturado durante o período Vargas (1930-1945).¹⁷

16 A maioria dos oficiais que se destacaram na vida política brasileira desde a Primeira República (1889-1930), a despeito de suas opções político-ideológicas e da simpatia que manifestaram por modelos militares estrangeiros, foi composta de alunos oriundos das escolas organizadas pelos franceses. É o caso de Carlos Prestes, Siqueira Campos, João Alberto, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Landri Sales, Eduardo Gomes, Odylio Denys; já os disciplinados ou legalistas de ocasião foram Eurico Dutra, Góes Monteiro, Humberto Mascarenhas de Moraes, Alencar Castello Branco, Artur da Costa e Silva, Justino Alves Bastos, Garrastazu Médici, Golbery do Couto e Silva, Adalberto Pereira dos Santos, Orlando e Ernesto Geisel.

17 No período Vargas, aumentou o nível de intervenção do Estado no domínio econômico e social em nome de um projeto nacional-desenvolvimentista, no qual o governo federal era o centro de

De fato, a burocracia militar foi um caso atípico no contexto da administração pública do País,¹⁸ nas primeiras décadas da República, que ainda era marcada pela descentralização fiscal e política. Ao contrário da maior parte da organização burocrática brasileira, neste período histórico, o Exército estabeleceu normas, estruturas hierarquizadas de comando, mecanismos de seleção meritocrática e progressão na carreira e nas escolas profissionalizantes.

Esses aspectos favoreceram o desenvolvimento de uma pretensão dos militares de conduzir e organizar a Nação:

Este processo de modernização esteve vinculado à construção de um projeto de nação, pois as lideranças militares queriam constituir não só uma instituição meritocrática e profissional. Elas procuraram montar uma estrutura institucional que lhes permitisse interferir na ordem política. Foi isso que possibilitou às Forças Armadas terem um papel importante nos primórdios e ao longo do Estado nacional-desenvolvimentista. (Abrucio e Pedroti, 2010: 34)

Nesse sentido, devido à sua vocação messiânica, que era apoiada numa compreensão cientificista da política e da história, os militares realizaram reformas modernizantes no âmbito da instituição militar, mas também no âmbito da sociedade brasileira, por meio de diversas intervenções militares no Estado em inúmeros momentos da vida política nacional a partir da Proclamação da República, o que culminou em 1964.

Paradoxalmente, no entanto, a vocação messiânica postulada pelo EB em relação à sociedade e ao Estado brasileiro é, como já foi mencionado, estranha à natureza da atuação de um Exército profissional, que tem que ser firmado sobre um padrão rígido de treinamento e disciplina, e que exige o distanciamento dos militares das questões políticas e partidárias.

Na verdade, o modelo de Exército nacional é até incompatível com a mobilização política associada às ações interventivas dos militares no âmbito do governo civil.

Nessa perspectiva, o Exército nacional, onde foi instituído, distinguiu e separou sempre civis e militares, e estabeleceu uma instituição militar que funcionava como “o grande mudo”, que buscava exclusivamente fazer valer a sua missão constitucional de garantir os poderes constitucionais.

No Brasil, opunha-se ainda, já no final do século XX, a postura do velho profissionalismo, afim a este modelo do Exército nacional, ao novo profissionalismo, afinado com uma vocação autoproclamada de tutela e organização da Nação:

elaboração e execução de políticas públicas em grande escala. Estas ações governamentais foram realizadas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), que foi criado em 1938. O Dasp seria “o órgão central do sistema de controle da administração pública e a peça-chave para a constituição de uma burocracia profissional institucionalizada, aos moldes weberianos. Guiado por esse objetivo, o órgão assumiu a responsabilidade pela realização dos concursos públicos e a supervisão dos processos de gestão de pessoal, tais como promoções, transferências e medidas disciplinares” (Abrucio e Pedroti, 2010: 39).

18 A outra exceção foi o Itamaraty.

O velho profissionalismo está voltado para a Defesa externa, exige a especialização do militar dentro do campo restrito de suas atividades profissionais, tornando-o politicamente neutro. Já o novo profissionalismo é marcado pelo foco na segurança interna e no desenvolvimento nacional. Os militares assumem essas tarefas e se politizam, ampliando o “gerenciamento político-militar”, cuja legitimidade é desafiada por setores da sociedade. (Bertazzo, 2009: 3)

Na verdade, a vocação messiânica do EB parece ter sido intensificada pelas demandas de modernização militar, devido à dependência do Estado do fornecimento externo de insumos e equipamentos militares, em um contexto de extrema pauperização material e atraso tecnológico.

Para gerações de militares, a conquista do mando político tornou-se indispensável à redução do desencontro entre o País e as necessidades de provimento do instrumento de força do Estado.

Dito de outro modo, cientes de que a corporação militar não mais viveria sem a absorção permanente das novidades em material de guerra, os militares se empenharam em assegurar as bases necessárias para o desenvolvimento do capitalismo no País.¹⁹

Os militares não integravam mais uma instituição insignificante em termos políticos, mas uma instância institucional apta a desenhar e implementar políticas públicas, reestruturando o aparelho do Estado e exercendo aí o seu controle.²⁰

Em que pesem as divergências doutrinárias no seio da corporação militar e a influência de outros atores institucionais, é preciso reconhecer que os militares desempenharam papel relevante na ruptura com as estruturas políticas da República Velha. Este fato se evidencia na presença recorrente de militares em cargos e funções de chefia nas políticas de segurança e desenvolvimento social e de cunho estratégico, tais como a criação da Petrobras, da Eletronuclear, do Programa Nuclear e do CNPq.

O Período Militar (1964-1985)

Após 1964, os militares contribuíram ainda mais para a intensificação de um projeto modernizante: reformaram o sistema fiscal; incentivaram o investimento externo; ampliaram a oferta de energia elétrica, álcool carburante e combustível fóssil; assinaram um dispendioso acordo nuclear com a Alemanha; apoiaram pesquisas científicas; expandiram o sistema universitário; desenvolveram a pós-graduação; promoveram a absorção de tecnologias de ponta e inseriram o País na incômoda lista dos maiores vendedores de material

19 O Exército exigiu, como matéria-prima, em seus estabelecimentos fabris, um aço adequado para uso na confecção de seu aparelhamento bélico. Foram exigidos, também, cavalos possantes e ágeis para suas armas montadas e, em pouco tempo, foi providenciado um novo rebanho equino, além de pastagens.

20 Desse modo, em 1939, quando os oficiais prodigalizaram manifestações de simpatia ao Eixo, Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, afirmou que a guerra moderna era uma contenda de fábricas e especialistas a serviço de uma vontade única — de uma comunidade unida pelo sentimento nacional. Nesta perspectiva, Góes Monteiro traduzia rigorosamente a concepção de instituição militar que resultou em inúmeras intervenções na história política nacional.

bélico; garantiram ritmo acelerado a investimentos no sistema de transporte e comunicação; construíram grandes estádios, ajudando o futebol a se firmar como marca nacional; favoreceram a ocupação da Amazônia, abrindo estradas e campos de pouso, implantando colônias agrícolas e permitindo a apropriação privada de extensas glebas, através da Zona Franca de Manaus; e antecederam em décadas a abertura do comércio internacional.

Esta vocação missionária em relação à Nação, autoritária, tendo como base a hipertrofia do Estado e uma ampla atitude reformista, de cunho modernizante, corporificou-se integralmente no Período Militar (1964-1985).

As ideias difundidas na década que antecede o Golpe já eram permeadas de projetos utópicos de sociedades modernizadas e evoluídas, sendo endossadas por vários atores institucionais de diferentes matizes ideológicos.

Existia aí uma “guerra de conceitos na qual se opunham (e às vezes se combinavam) desenvolvimento, modernização, reforma e revolução, cujos sentidos eram disputados pelos diferentes atores políticos” (Motta, 2014: 11).

Nesta arena onde distintos projetos de nação brasileira se enfrentavam, “acabou por vencer a vertente autoritária e liberal-conservadora do projeto modernizador, que paradoxalmente se apropriou de ideias sugeridas por líderes derrotados em 1964”. (Motta, 2014: 11)

O Movimento de março de 1964 tinha sido desencadeado para proteger o País da ameaça comunista, mas instaurou um período de exceção de vinte anos, e governou por meio de decretos chamados de Atos Institucionais (AI), justificados em decorrência do “exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções” (Fausto, 2008: 405).

Os AI tiveram por objetivo reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso, como, por exemplo, na diminuição do prazo para a análise de projetos de lei na Câmara e no Senado. Passou também a ser do presidente da República a iniciativa de Projetos de Lei que viessem a criar e aumentar a despesa pública.

Os AI serviram também para suspender imunidades parlamentares, cassar mandatos e suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos, além de servir de fundamento legal para a instituição de Inquéritos Policiais Militares (IPM) e para a escalada de perseguições e torturas.

A política econômica foi ambiciosa e de grande escopo, precisamente por minorar ou eliminar as oposições, devido ao processo de hipertrofia do Executivo que tinha sido favorecida pelo Regime Militar.

O objetivo era reformar o sistema econômico capitalista, modernizando-o como um fim em si mesmo e como forma de conter o avanço das ideias comunistas. Para atingir esta meta, “era necessário enfrentar a caótica situação econômico-financeira que vinha dos últimos meses do governo Goulart; controlar a massa trabalhadora do campo e da cidade; promover uma reforma do aparelho do Estado” (Fausto, 2008: 470).

Para tal, a política econômica do período militar visou, inicialmente, a reduzir o déficit público, contrair o crédito privado e comprimir salários, por meio do corte a subsídios a produtos básicos como o trigo e o petróleo, e de um aumento da arrecadação dos impostos.

Estas medidas geraram a elevação do custo de vida.

As greves, no entanto, foram inviabilizadas por uma nova lei de greve, e a estabilidade no emprego em dez anos, garantida até então pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), foi revogada.

Foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que flexibilizou a contratação e a dispensa dos empregados.

Todas estas medidas, associadas à inflação persistente, ensejaram uma maior concentração de renda.

Por outro lado, foram criadas políticas de crescimento econômico por meio de ações de incentivo às importações, com a captação maciça de investimentos estrangeiros. Os resultados foram positivos, pois ela reduziu o “déficit público anual de 4,2% do PIB em 1963 para 3,2% em 1964 e 1,6% em 1965. A forte inflação de 1964 tendeu a ceder gradativamente, e o PIB voltou a crescer, a partir de 1966” (Fausto, 2008: 472).

Estas medidas iniciais desembocaram no chamado “Milagre” brasileiro, que se estendeu de 1969 a 1973, e combinou o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação, o que foi proporcionado pela ampla disponibilidade de recursos externos, para empréstimos e investimentos no País.

Este fato resultou, por exemplo, na expansão da indústria automobilística e do comércio exterior, com destaque para a produção industrial.

O modelo econômico estabelecido não utilizava, no entanto, os dispositivos típicos do capitalismo liberal. Caracterizava-se, ao contrário, por ser uma espécie de “capitalismo de Estado”, uma vez que este intervinha em várias áreas, indexando salários, concedendo créditos, isentando exportadores de tributos.

Em razão da intervenção militar no aparato estatal, a economia brasileira foi modernizada, a produção industrial superou a produção agrícola e a população urbana ultrapassou a população rural.

Mas o País se tornou mais dependente de importações, a dívida externa ficou sem controle e o fosso que o separava dos países ricos se aprofundou.

Na verdade, o modelo adotado comportava algumas falhas estruturais.

A sua vulnerabilidade estava na dependência do sistema financeiro e da dinâmica do comércio internacional, e do petróleo, como uma fonte energética externa, cuja crise, respectivamente, a partir de 1974, e em 1982, iria pôr em xeque a eficácia deste modelo econômico.

A outra vulnerabilidade deste modelo econômico era de ordem política, pois a extensão e profundidade das reformas econômicas e sociais, que lograram tão bons resultados, dependiam dos plenos poderes exercidos pelo governo autoritário, que não precisava firmar alianças estabelecidas com os vários segmentos do Estado e da sociedade civil, como costuma ocorrer em regimes democráticos.

Deste modo, os sacrifícios e perdas inevitáveis destas políticas foram infligidos sem resistência nem oposição ativa da população.

Mas também não foi possível construir um apoio coletivo do projeto social do governo militar, o que o tornaria mais consistente e duradouro.

Esta ausência de consenso social iria, finalmente, gerar fatores de desestabilização política, como a luta armada, e o surgimento de movimentos mais decisivos no âmbito dos órgãos políticos em funcionamento, no sentido de retomar a normalidade democrática, no final do período militar.

Isto aconteceu quando a pujança econômica havia cessado completamente, devido à crise internacional, o que contribuiu para pôr fim ao próprio regime militar, e ao papel de extremo protagonismo das Forças Armadas na sociedade brasileira.

Após a Abertura (1985)

Após 1989, com o fim da Guerra Fria, o EB circunscreveu-se ao desempenho de um novo papel institucional, de cunho mais profissional, e se afastou do protagonismo político.

Passou a atuar em novas demandas de emprego, propostas e difundidas pelos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, e por órgãos de Defesa como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN):

A nova ordem internacional, pós-guerra fria, deu aos Estados Unidos uma inédita preeminência militar, transformando-se na única força militar formalmente capaz de fazer frente a qualquer conflito bélico, em qualquer parte do mundo. Em relação à América do Sul, os Estados Unidos pressionam, direta e indiretamente, para que as Forças Armadas destes países restrinjam-se a papéis policiais, particularmente no combate ao narcotráfico, ao crime organizado e à defesa do meio ambiente. Nesse quadro em que, do ponto de vista político, os inimigos internos desapareceram e em que as fronteiras não são um risco iminente, para que servem as Forças Armadas do Brasil? (D'Araújo, 2000: 20)

A determinação de novos papéis para as Forças Armadas foi favorecida também pelas medidas de reforma de Estado, executadas devido ao endividamento externo, após o Choque do Petróleo, no final da década de 1970, e à alta de juros, em 1982.

Foram então efetivadas reformas conducentes à racionalização e à redução do Estado e ao direcionamento prioritário de recursos para as áreas de Educação e Saúde, dentre outras.

A crise do Estado motivou a busca por um Exército profissional, e com efetivos mais reduzidos.

Nessa perspectiva, estabeleceram-se novos papéis para as Forças Armadas, mais próximos das ações da Polícia e da Defesa Civil.

No Brasil, passou-se a defender a atuação do Exército no combate ao narcotráfico, nas ações subsidiárias e nas ações de segurança pública. Além disso, a missão interna foi redimensionada, propondo-se a colaboração com as forças policiais em casos graves de ruptura da ordem pública. Por esta razão, na Constituição Federal de 1988, foi mantida a responsabilidade militar sobre as forças auxiliares, incluindo as polícias militares estaduais.

Para as Forças Armadas, foi atribuída mesmo a função de polícia nacional.

As missões transnacionais de caráter humanitário de manutenção ou de estabelecimento de paz (*peacekeeping* e *peacemaking*) também foram inseridas nos objetivos de segurança nacional. E as Forças Armadas passaram a atuar como mero complemento aos mecanismos diplomáticos preventivos de resolução negociada de conflitos, para além da defesa da soberania nacional.

A reestruturação das formas de emprego do Exército combinou-se também com a eliminação gradual da participação dos militares na política e na administração pública civil, e com a supressão da polícia política.

Esses aspectos manifestaram o aprofundamento tardio de uma das características mais relevantes do Exército nacional: a adoção de uma atitude de desengajamento político, de afastamento da política partidária.

Este traço definidor do Exército nacional se opõe à vocação intervencionista dos militares na sociedade brasileira, que tinha sido a tônica da história política do País desde a Proclamação da República.

A constituição plena do Exército nacional se materializa claramente na categoria de “controle civil” sobre as Forças Armadas: o estabelecimento de dispositivos de afastamento dos militares dos órgãos essenciais ao metabolismo da democracia social e política.

O “controle civil” também se concretiza na busca de obtenção de isonomia de tratamento de civis e militares.²¹

O nível de controle civil se manifesta em razão inversa à presença das chamadas “prerrogativas militares”, que são “espaços sobre os quais, existindo ou não contestação, os militares tenham direitos ou privilégios, do ponto de vista formal ou informal, de exercer um controle efetivo” (Stepan, 1988: 524).

São exemplos de prerrogativas militares a autonomia do sistema de ensino militar e os foros especiais de justiça.²²

Segundo Stepan (1988), existe no Brasil, ainda no início dos anos 1990, a chamada acomodação civil desigual.

Esta se caracteriza pela presença de altas prerrogativas e baixa contestação por parte dos militares, podendo evoluir para um golpe ou para uma situação de pleno controle civil (Stepan, s/d).

A persistência das prerrogativas militares, com moderado nível de controle civil, é também um obstáculo à plena estruturação de aspectos típicos do Exército contemporâneo, mais integrado à sociedade, pois compartilha muitos valores difundidos pela sociedade como um todo.

O Exército contemporâneo ultrapassa o modelo de diferenciação marcada entre soldados e civis, que tinha sido a tônica do Exército nacional.

O Exército nacional, cujo teatro de operações privilegiava o combate convencional entre soldados, não exigia desses as habilidades de negociação e o contato com as diferenças culturais.

No Exército contemporâneo, ao contrário, são mais enfatizadas as operações²³ que exigem o contato e até a parceria com atores institucionais da sociedade civil, das outras Forças Armadas, das forças auxiliares, da burocracia civil e das organizações militares e civis estrangeiras ou transnacionais.

Neste contexto, o soldado atua em cenários complexos em que intervêm referências culturais múltiplas e valores diversos, exigindo dele as habilidades de negociação e de aceitação das diferenças culturais.

21 O nível de controle civil sobre os militares pode ser inferido por meio da análise de uma série de indicadores, tais como a participação de militares da ativa no Gabinete, monitoramento do papel do Legislativo sobre os projetos de Defesa, influência dos militares nas ações de Inteligência do governo, dentre outros aspectos.

22 As prerrogativas militares, no Brasil, foram preservadas devido ao modo como foi realizada a transição democrática no País, que ocorreu a partir da iniciativa do general Ernesto Geisel que estabeleceu uma espécie de “transição pactuada”, dominada por longo período de “distensão lenta, gradual e segura” (Sant-Pierre, 2007: 39-41).

23 É o caso das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Defesa Civil, Inteligência, operações psicológicas e Guerra Cibernética, dentre outras.

O soldado brasileiro necessita adotar uma perspectiva multicultural, de abertura para as diferenças sociais e culturais, no sentido de compreender e se comunicar com os atores institucionais envolvidos nos conflitos ou nas operações em que atua, ultrapassando o cumprimento estrito de ordem:

Thus, educating soldiers and civilians in a multicultural and peace-oriented viewpoint is crucial so as to equip them to effectively deal with cultural, ethnic, racial, gender and other identities in the context of the respect for human rights and citizenship dimensions in highly multicultural societies. Such a perspective can positively affect the attempts to minimize conflicts, through peaceful dialogues and mediation processes. (Costa, 2008: 3)

A atitude multiculturalista não é necessária apenas para a execução das operações nas novas hipóteses de emprego.

Ingressam também nas fileiras do Exército contemporâneo, grupos relativamente marginais, como as mulheres e os homossexuais – uma injunção atual das democracias liberais, baseadas nos valores de igualdade e de isonomia.

Nessa perspectiva, as políticas de ação afirmativa que têm inserido as mulheres no EB no suporte técnico e, agora, na linha bélica, como combatentes, convergem para a estruturação mais plena do modelo do Exército contemporâneo.

Como já foi dito, o Exército contemporâneo enfatiza a integração cultural da instituição militar com a sociedade e contesta os modelos militares estritamente masculinos.

Por esta razão, este estudo supõe que a inserção da mulher pode promover o desenvolvimento das atitudes de tolerância ante as diferenças culturais em um sentido mais amplo.

Da mesma forma como passaram a ser respeitadas as diferenças regionais, a partir da Guerra do Paraguai, quando da constituição do Estado nacional.

A difusão maior da atitude de aceitação das diferenças culturais, no sentido mais amplo, se deveria ao fato de que, na vida cotidiana da caserna, os militares teriam contato com modelos femininos e masculinos de “ser militar”.

A inserção das mulheres pode atenuar a atitude de distanciamento e estranheza dos militares em relação à sociedade brasileira, que foi a tônica nas relações entre civis e militares no País durante o século XX.



Capítulo 3

Um breve histórico da inserção da mulher no Exército Brasileiro

As mulheres nas Forças Armadas

APESAR DE AS MULHERES TEREM ATUADO NO SUPORTE TÉCNICO DURANTE A PRIMEIRA GUERRA Mundial (1914-1918), a inserção efetiva da mulher nos Exércitos ocidentais foi recente e desigual, encaminhando-se, gradualmente, mas com diversos obstáculos, para a aceitação da participação feminina nas atividades diretamente relacionadas ao combate.

No Canadá, em 2000, as mulheres eram 6.663 (10,8% do efetivo total). A presença feminina data de 1899, quando foi criado o primeiro corpo de enfermeiras militares do Canadá. As restrições a determinadas especialidades foram eliminadas somente na década de 1980, à exceção do serviço em submarinos.

Na Dinamarca, a participação feminina, ainda que restrita, existia desde 1971. Em 1974, abriram-se as portas das academias militares, mas continuou vedada a participação em missões de combate. Apenas na década de 1990, estas restrições foram abolidas.

Na Espanha, a legislação sobre mulheres data de 1988. Não havia interdição ao acesso a todos os postos e funções, inclusive aos de combate. Só havia restrições para o ingresso das mulheres nas unidades da Legião, nas especialidades de paraquedistas em operações especiais, de fuzileiros e na composição da tripulação de submarinos.

Nos EUA, mais de 40 mil mulheres participaram na Guerra do Golfo, 7% dos efetivos totais em ação. Essa participação conduziu ao desaparecimento da maioria das barreiras, embora, ainda em 1995, houvesse limitações à entrada das mulheres em unidades de Infantaria, blindados, Artilharia de campo, Forças Especiais e Regimento de Infantaria dos Fuzileiros Navais.

As mulheres não podiam pertencer a unidades de combate por terra segundo regras estabelecidas pelo Pentágono há mais de uma década, e só podiam servir em navios de guerra e em ataques aéreos, salvo no Afeganistão e no Iraque, onde a ausência de uma linha de frente mais ostensiva fez com que os soldados mulheres fossem colocados na linha de fogo.

Deste modo, nos EUA, 150 mil mulheres foram alistadas desde 2002.

Três delas morreram e mais de 500 foram feridas no Iraque e no Afeganistão. Por esta razão, foi anunciada, no início de 2012, uma alteração da política de recrutamento de mulheres para o Exército norte-americano para inseri-las na frente de combate, mas que seria testada em nove brigadas antes de ser generalizada no restante da Força Terrestre.

Embora a presença da mulher na linha de frente do combate já seja uma realidade em alguns países, como é o caso de Israel, onde a mulher já é combatente, não foi esse o estatuto da mulher no Exército nos países da América Latina, onde ela ficou circunscrita ao suporte técnico às atividades de combate e em níveis distintos de acesso aos escalões superiores, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 1

Dados comparativos da incorporação feminina às Forças Armadas no Mercosul ampliado

	Quando aconteceu a incorporação?	Tem acesso às Armas combatentes?	Tem acesso ao Oficialato Superior? Em quais Forças?	Por meio de qual Força foi feita a incorporação?	Qual o tempo transcorrido entre a primeira Força a incorporar e a incorporação integral?
Argentina	1980	Não	Em todas as Forças	Força Aérea	2 anos (1)
Brasil	1980	Não	Na Força Aérea (2)	Marinha	12 anos
Paraguai	1999	Não	No Exército (3)	Exército	Não houve
Uruguai	1998	Sim	Em todas as Forças	Exército	3 anos
Bolívia	1981-85/2003 (4)	Não	Exército	Exército	Não houve incorporação
Chile	1995	Sim	Força Aérea	Exército	7 anos

Fonte: Comandos das Forças singulares dos países citados.

(1) Em 1960, foi criado um corpo feminino, mas seus quadros não pertenciam ao Exército. A incorporação aos quadros de comando iniciou-se em 1997 e se completou em 2001. Para a Argentina, a fonte utilizada foi Donadio, M. *La incorporación de la mujer en las Fuerzas Armadas de Argentina*. Texto apresentado no XXV Congresso da LASA. Las Vegas, out./2004.

(2) Essa incorporação foi realizada por meio de medida judicial, isto é, as cadetes da Academia da Força Aérea pediram na justiça a sua incorporação ao mais alto posto da Força.

(3) As mulheres foram incorporadas ao Exército como quadro complementar, isto é, elas ingressam como profissionais universitárias. A partir de 2003, as mulheres foram admitidas na Academia Militar como cadetes, podendo chegar a postos de comando. Todavia, essa promoção não foi regulamentada.

(4) Na Bolívia, não há incorporação feminina legalizada. Por determinação do Executivo, podem ser abertas vagas no Colégio Militar para mulheres quando o ministro, em consenso com o presidente, decide que se deve fazê-lo. Quando elas entram, lhes é então permitido ascender ao mais alto posto da hierarquia no Exército. Nas demais Forças, não ocorreu a incorporação de mulheres.

A presença da mulher no Exército Brasileiro

No Brasil, ironicamente, a primeira participação de uma mulher em combate ocorreu, de forma incidental, em 1823, quando Maria Quitéria de Jesus lutou pela Independência do País, sendo considerada a primeira mulher a assentar praça em uma unidade militar.

Entretanto, somente em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1945), as mulheres oficialmente ingressaram no EB no âmbito do Serviço de Saúde.

Foram então enviadas 73 enfermeiras, das quais 67 eram hospitalares e 6, especialistas em transporte aéreo. Elas serviram em quatro diferentes hospitais do Exército norte-americano, voluntariadas para a missão.

Após a Segunda Guerra, assim como o restante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), as enfermeiras, em sua maioria, foram condecoradas, ganharam a patente de oficial e foram licenciadas do serviço ativo militar.

No Pós-Guerra, os procedimentos para o recrutamento militar feminino no Brasil reproduziram o processo adotado no resto da América Latina.

Assim sendo, ao longo dos anos 1980, as mulheres foram inseridas em quadros complementares das Forças, nos quais elas desempenharam funções de menor prestígio na Instituição militar, não ligadas diretamente ao combate, mas nos cargos de administração, ensino e saúde.

Deste modo, em 1992, a Escola de Administração do Exército (Salvador, BA) matriculou a primeira turma de 49 mulheres, mediante a realização de concurso público, sendo Maria Quitéria de Jesus, não por acaso, reconhecida oficialmente como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do EB.

Este fato atesta o quanto o quadro destinado ao suporte técnico foi percebido, desde o início da sua criação, como um reduto feminino.²⁴

Apesar disso, durante a realização do curso da EsAEx, todos os alunos receberam a preparação técnica do combatente individual básico, que foi realizada nas escolas militares e no corpo de tropa. As atividades educacionais incluíram, portanto, marchas a pé e motorizadas, acampamentos e instruções de tiro. As adaptações físicas da Escola se limitaram às instalações sanitárias, com a construção de banheiros e vestiários privativos.

Atualmente, há 2.170 oficiais mulheres no serviço ativo do Quadro Complementar de Oficiais.

Em 1996, o Exército instituiu também o Serviço Militar Feminino Voluntário para médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior (MFDV). Naquela oportunidade, incorporou a primeira turma de 290 mulheres voluntárias a prestarem o serviço militar na área de Saúde em todas as doze Regiões Militares do País.

Em 1997, o Instituto Militar de Engenharia, o IME (Rio de Janeiro, RJ), matriculou a primeira turma de 10 mulheres alunas a serem incluídas no Quadro de Engenheiros Militares (QEM) enquanto a Escola de Saúde do Exército, a EsSEx (Rio de Janeiro, RJ) matriculou a primeira turma de oficiais médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior no Quadro de Saúde do Exército.

Em 1998, o Exército instituiu o Estágio de Serviço Técnico para profissionais de nível superior que não fossem da área de Saúde. Incorporou a primeira turma de 519 mulheres advogadas, administradoras de empresas, contadoras, professoras, analistas de sistemas, engenheiras, arquitetas, jornalistas, e profissionais de outras áreas de ciências humanas e exatas, atendendo às demandas pelo Oficial Técnico Temporário (OTT) na Instituição.

A Escola de Saúde do Exército, em 2001, permitiu a inscrição de mulheres para participar do concurso público para o preenchimento de vagas no Curso de Sargento de Saúde, que passou a funcionar em 2002.

24 O suporte técnico ao combate inclui atividades profissionais de caráter administrativo, em 13 especialidades, tais como contabilidade, estatística, informática, magistério, dentre outras.

O EB não teria criado propriamente um “quadro feminino”, pois as mulheres passaram a desempenhar cargos e funções já existentes, trabalhando nas mesmas condições dos oficiais do sexo masculino e concorrendo de modo idêntico às promoções.

No Brasil, no contexto de um governo do Partido dos Trabalhadores (PT), instituído a partir de ano 2000, marcado por uma orientação ideológica favorável às políticas de ação afirmativa, o que inclui o gênero, as mulheres tiveram o seu direito de ingresso à carreira militar garantido na Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, em condições e níveis de acesso a serem determinados pelas Forças Armadas.

A intenção inicial da presidenta Dilma Rousseff era implantar o plano imediatamente, mas foi convencida do contrário devido à preocupação dos militares com a necessidade de uma preparação mínima em termos de infraestrutura e de realização de estudos de caráter interdisciplinar que respaldassem as suas decisões quanto aos modos de implementação da lei.

Atualmente, a situação da mulher no EB é a seguinte:

O segmento feminino se restringe a 6.700 de seus 200 mil integrantes, representando apenas 3,35% do total.

Trata-se, portanto, de uma carreira com um efetivo ainda majoritariamente masculino.

Esta falta de representatividade das mulheres nas instituições militares brasileiras se contrapõe, por exemplo, à experiência de Forças Terrestres de outros países: o Exército americano, por exemplo, tem um efetivo de 14% de mulheres, o que perfaz o quádruplo de efetivo, em termos proporcionais.

De acordo com a Constituição brasileira, as mulheres são ainda isentas do Serviço Militar e atuam exclusivamente no suporte técnico.

No entanto, está em curso um projeto de inserção das mulheres nos cursos de preparação de sargentos e oficiais da linha bélica a partir de 2018, mas somente no âmbito da Logística, que engloba o serviço de Intendência e o quadro de Material Bélico.

A Logística compreende atividades militares de caráter mais técnico do que operacional, e é responsável pelo apoio, no âmbito do teatro de operações, às atividades do combate, que são realizadas pela Cavalaria, Artilharia e Infantaria.²⁵

Apesar de isso não ser declarado oficialmente, ainda persistem na Força Terrestre muitas resistências internas e incertezas em relação à mudança, que se confronta com tabus multisseculares na Instituição militar, que sempre foi exclusivamente masculina.

25 As mulheres já ingressaram, neste ano, na Escola de Logística (EsLog), que prepara sargentos no apoio técnico ao combate, no quadro de músicos, mediante mandato de segurança.

PARTE II

Habitus de gênero de homens e mulheres militares

“O homem que me amava (acho que não amava) queria um rosto sempre alegrinho, queria um corpo que, como é que eu posso dizer, que respondesse saudavelmente (...) você não vê que é inútil você ficar tocando no meu corpo, que é inútil, que eu tenho vontade de ter asas, que o meu fogo é para outra coisa, meu Deus.”

Hilda Hilst



Capítulo 4

Quem são os homens e as mulheres militares

“O teto e o piso de vidro” para as mulheres

EM RELAÇÃO À PORCENTAGEM DE MULHERES E HOMENS POR POSTO, CONVÉM RESSALTAR que existe uma maior quantidade de mulheres nos postos de aspirante e oficial subalterno (53,8%), em relação à quantidade total de mulheres militares respondentes. Estes resultados se contrapõem a uma percentagem menor de homens aspirantes e tenentes (28,2%), em relação ao total de homens militares respondentes.

Na patente de oficial intermediário, aproximam-se as percentagens dos respondentes de homens e mulheres até a patente de major, diferenciando-se somente no posto de tenente-coronel, quando a percentagem de homens é de 11%, em relação a 0% de mulheres, conforme se constata na tabela abaixo:

Tabela 2
Efetivo de oficiais que participaram do *survey* por posto versus gênero

Posto	Masculino	Feminino	Total
Aspirante/Tenente	551	49	600
	28,2%	53,8%	29,4%
Capitão	560	27	587
	28,7%	29,7%	28,7%
Major	358	15	373
	18,3%	16,5%	18,2%
Tenente-Coronel	214	0	214
	11,0%	0,0%	10,5%
Coronel	245	0	245
	12,5%	0,0%	12,0%
General de Brigada	11	0	11
	0,6%	0,0%	0,5%
General de Divisão	12	0	12
	0,6%	0,0%	0,6%
General de Exército	2	0	2
	0,1%	0,0%	0,1%
Total	1.953	91	2.044

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Mulheres no Campo de Marte

A percentagem maior de mulheres nos postos inferiores do oficialato ou no aspirantado assemelha-se à distribuição de postos por sexo no efetivo total de homens e mulheres no Exército como um todo, como se pode observar na tabela 3:

Tabela 3
Efetivo de oficiais do EB

Posto	Masculino	Feminino	Total
Aspirante/Tenente	6.856	451	7.307
	38,8%	36,7%	38,6%
Capitão	4429	490	4919
	25,0%	39,9%	26,0%
Major	3226	264	3490
	18,2%	21,5%	18,4%
Tenente-Coronel	1843	23	1866
	10,4%	1,9%	9,9%
Coronel	1181	0	1181
	6,7%	0,0%	6,2%
General de Brigada	94	0	94
	0,5%	0,0%	0,5%
General de Divisão	56	0	56
	0,3%	0,0%	0,3%
General de Exército	20	0	20
	0,1%	0,0%	0,1%
Total	17.705	1.228	18.933

Fonte: Departamento Geral do Pessoal (DGP) – EB – Março de 2013

Aqui, a percentagem de aspirantes e tenentes homens é de 38,8% em relação ao total dos homens militares, aproximando-se dos 36,7% de mulheres, em relação ao efetivo feminino da Força Terrestre. A maior concentração de mulheres ocorre, no entanto, no posto de oficiais intermediários (39,9%), enquanto a sua maior parte se distribui entre aspirantes, tenentes e capitães (76,6%).

A partir daí, a percentagem de mulheres começou a decrescer: 21,5% das mulheres são maiores, reduzindo-se a índices insignificantes, como o de 1,9% de mulheres com o posto de tenente-coronel.

E não há mais mulheres com o posto de coronel ou general.

Este fato se deve também ao caráter recente da sua inserção na Força Terrestre e aos interstícios vigentes do plano de carreira do oficialato.

Na verdade, a maior concentração de mulheres no aspirantado e nas patentes inferiores dos oficiais demonstram que existe no EB o fenômeno do “teto de vidro”, encontrado igualmente no universo corporativo de muitos países.²⁶

26 O “teto de vidro” funcionou como obstáculo institucional à plena inserção das mulheres no trabalho nos últimos trinta anos: “Com a evolução dos componentes eletrônicos, surge a necessidade

O “teto de vidro” consiste “numa barreira que impede o alcance de algumas mulheres ao topo da hierarquia organizacional” (Melo, 2012: 350), o que demonstra um nível menor de “empoderamento” por parte das mulheres, ou seja, um controle mais restrito “de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino (...) de sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (Melo, 2012: 346).

Ora, o “empoderamento” mais limitado das mulheres na instituição militar se mostra na diminuição gradual do efetivo de mulheres nas patentes mais altas dos oficiais superiores, como tenente-coronel e coronel, que exercem funções com maior poder decisório nas organizações militares, como as de chefes de seção ou de comandante.

Este aspecto limita bastante a esfera de atuação das mulheres, uma vez que as instituições militares são pautadas pela hierarquização organizacional e funcional.

Além disso, a ausência completa de mulheres nos postos de oficiais gerais revela a sua exclusão das instâncias de máximo poder decisório das instituições militares, uma vez que são os generais, atuando no topo dos comandos militares de área, dos órgãos de direção geral e setorial, que determinam as políticas em curso em áreas diversas da Força Terrestre.

Convém ressaltar ainda que esta exclusão não será eliminada facilmente nem mesmo com a passagem do tempo, com a ascensão das mulheres ao posto de coronel.

Isto porque a sua promoção ao posto de general exige a realização de uma preparação profissional ao exercício do comando, proporcionado pela Escola de Comando e Estado Maior (ECEME), à qual somente têm acesso atualmente os oficiais da linha bélica, o Quadro de Engenharia Militar (QEM) e os oficiais médicos.

Apesar de terem efetivos femininos, ambos compõem corporações profissionais de natureza técnica, que atuam no suporte ao combate e não desempenham um papel influente na instituição militar, tradicionalmente exercido pelas armas de combate, de linha bélica, Cavalaria, Infantaria e Artilharia.

A ausência quase total de mulheres nos cursos de preparação para o exercício do comando manifesta-se claramente no quadro abaixo:

Tabela 4
Questão: “Possui curso de Comando do Estado Maior?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Sim	330	1	331
	17,1%	1,1%	16,4%
Não	1600	90	1690
	82,9%	98,9%	83,6%
Total	1.930	91	2.021

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

O ingresso relativamente tardio das mulheres na linha bélica agrava ainda mais o quadro geral de democratização do acesso das mulheres na Força Terrestre, pois será necessário

argumentada das empresas de substituir a mão de obra masculina pela feminina por estas apresentarem maior habilidade manual, maior capacidade de trabalho delicado e minucioso e mais paciência para trabalharem com pequenas peças de microchips e outros componentes” (Melo, 2012: 351).

esperar que as primeiras cadetes mulheres, egressas da Aman, em 2022, percorram suas trajetórias profissionais até serem promovidas ao posto de general de brigada em 2052.

Considerando o fato de que o Exército autorizou somente a inserção de mulheres no quadro de Material Bélico e no Serviço de Intendência, que contam com uma quantidade mais reduzida de vagas para o posto de oficial general e que não atingem os postos máximos desta graduação, tais como o de general de divisão e de general de Exército, torna-se evidente que o processo de inserção das mulheres no Exército acontece, mas instituindo sempre sucessivos “tetos de vidro”, que vão sendo desestruturados por pressão externa.

Estes “tetos de vidro” funcionam como “gargalos” ou válvulas de controle da presença feminina na Força Terrestre, restringindo os efetivos e as possibilidades de ocupação feminina de cargos estratégicos no âmbito da instituição militar.

Na verdade, a lógica da inserção feminina na instituição militar obedece a uma economia simbólica e material do desconforto produzido, e, por isto, estabelece constantemente mecanismos de represamento.

Neste caso, busca-se a contenção do transbordamento da presença de uma minoria que é forçosamente incômoda porque sempre situada em um cenário institucional ocupado exclusivamente com atores institucionais do sexo masculino.

Assim operam os códigos da cultura militar, na expectativa de nivelamento e equalização, através de procedimentos práticos e simbólicos de ordem unida. Nessa perspectiva, a inserção da mulher, em que pese a ameaça específica ao modelo militar-viril, não dista muito da inserção de qualquer minoria, como o pessoal destinado aos serviços de suporte técnico ou os civis: será sempre repudiada como uma presença diferencial e ameaçadora, porque diferente do contingente majoritário.

Por esta razão, a inserção das mulheres no EB ocorreu principalmente nos quadros de assessoria técnica, e não nos de comando, que representam, como veremos mais adiante, nas entrevistas dos militares, a identidade militar mais profunda da profissão militar. Portanto, as mulheres estão aqui em clara desvantagem no que concerne ao seu nível de influência e legitimidade no Exército, uma vez que são assessoras, e não comandantes. Além disso, quando exercem algum cargo de chefia, é apenas no âmbito de cargos e funções de cunho técnico.

Mas o “teto de vidro” pode funcionar, paradoxalmente, para “baixo”, como um “piso de vidro”, prejudicando também a aceitação das mulheres na corporação.

Isto acontece porque o militar de patente inferior – o soldado – encarna valores substantivos da instituição.

Ora, no imaginário militar, quem materializa os aspectos principais da identidade militar é precisamente o soldado raso, que é alçado à condição de figura emblemática do militar. Este fato é evidente numa expressão típica do EB, quando algum militar quer mostrar que valoriza uma vida rústica, dizendo que se trata de uma atividade ou hábito “simples, como são as coisas de soldado”.

E o soldado paradigmático no EB é Caxias, transfigurado em personalidade mítica, que encarna as melhores virtudes militares, dominando o panteão dos heróis cívicos e guerreiros.

Caxias é cultuado na vida cotidiana da caserna por meio de formaturas e de outros rituais de perpetuação da memória institucional.

O mito de Caxias, construído ao longo de um processo de construção da nacionalidade e das instituições militares, teria superado outras personalidades históricas, como, por exemplo, Osório,²⁷ personificando o próprio Exército, a ponto de se celebrar o dia do soldado precisamente no dia do aniversário de nascimento de Caxias.

A identificação de Caxias com o soldado brasileiro é explicitada nesta conferência proferida por Gustavo Barroso no Ministério de Educação e Saúde em 1936:

Caxias é o Exército e é o Brasil. Simboliza, para o entusiasmo da nossa veneração patriótica, o próprio Soldado Brasileiro. Todos os valores morais, físicos e intelectuais do bom soldado, Caxias os possui: a bravura, a generosidade, a robustez e a inteligência, o desinteresse e o entusiasmo. (Castro, 2002: 25)

Nesse sentido, o fato de não haver soldados mulheres afetaria a percepção, pelos militares homens, de sua condição ou estatuto de militar.

Este aspecto se evidencia claramente nas entrevistas dos militares, como se verá mais adiante, quando não consideram adequado obedecer ao comando de uma mulher em uma atividade de cunho operacional.

Na verdade, o que parece existir, de modo inconfesso, é a convicção de que as mulheres não seriam verdadeiramente militares, uma vez que não se ocupariam efetivamente da guerra, o que, segundo o mito militar-viril, definiria o soldado propriamente dito.

Mulheres militares ainda não são chefes de família

A concentração das mulheres nestes postos inferiores da carreira de oficiais apresenta ainda implicações no que concerne a sua faixa etária, predominando uma maior percentagem de mulheres na faixa etária de 31 a 40 anos (55,9%) e de 41 a 50 anos (30,1%), perfazendo 86% das mulheres, entre 31 e 50 anos, conforme se observa na tabela a seguir.

Os homens militares, por sua vez, também se concentram entre 31 e 50 anos (68, 8%), embora em menor medida do que as mulheres.

As mulheres e homens oficiais apresentam aspectos sugestivos de maturidade pessoal, que se caracteriza pelo enfrentamento das tarefas evolutivas de uma pessoa adulta: emancipação financeira dos pais, moradia autônoma, relacionamento sexual estável e responsabilidades com a criação de filhos.

Na tabela 6, observa-se que pouco mais da metade das mulheres é casada (52,7%) ou estão em uma união estável (11%), da mesma forma que, entre os homens, também predominam os casados (76,5%) e os que estão em uma união estável (8,2%):

27 “A imposição oficial de Caxias como Patrono do Exército deu início ao declínio do culto de Osório. Durante a década de 1930, prosseguiram as comemorações da Batalha de Tuiuti na forma usual, com Osório no centro das atenções. Mas na década seguinte, Osório já aparece na prática ‘rebaixado’ da posição de maior soldado brasileiro para a posição subordinada, embora mais honrosa, de patrono das Armas do Exército, a Cavalaria. O grande responsável por essa mudança foi José Pessoa, que nomeou Osório como Patrono de Cavalaria em seu livro *Chefes da Cavalaria brasileira*, de 1940” (Castro, 2002: 28).

Mulheres no Campo de Marte

Tabela 5
Questão: “Faixa etária.”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
22 a 30 anos	nº de casos	348	13	361
	%	17,6%	14,0%	17,5%
31 a 40 anos	nº de casos	702	52	754
	%	35,6%	55,9%	36,4%
41 a 50 anos	nº de casos	655	28	683
	%	33,2%	30,1%	33,1%
Mais de 51 anos	nº de casos	268	0	268
	%	13,6%	0,0%	13,0%
Total	nº de casos	1.973	93	2.066
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Tabela 6
Questão: “Estado civil.”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Solteiro (a)	nº de casos	196	23	219
	%	10,0%	25,3%	10,7%
Casado (a)	nº de casos	1499	48	1547
	%	76,5%	52,7%	75,4%
Viúvo (a)	nº de casos	7	0	7
	%	0,4%	0,0%	0,3%
Separado (a)	nº de casos	42	2	44
	%	2,1%	2,2%	2,1%
Divorciado (a)	nº de casos	55	8	63
	%	2,8%	8,8%	3,1%
União Estável	nº de casos	161	10	171
	%	8,2%	11,0%	8,3%
Total	nº de casos	1960	91	2051
	%	100%	100,0%	100,0%

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Quando as mulheres têm filhos, predominam as que têm um ou dois, no máximo (50%).

Esses aspectos revelam que há dificuldades para as mulheres militares na criação de filhos, graças às demandas da organização militar, uma vez que, na família patriarcal, que marcou a sociedade brasileira, são as mulheres que assumem as principais atribuições de cuidados com os filhos.

Para os homens militares, é diferente, pois devem dividir com suas esposas os cuidados com a prole, podendo ter dois a três filhos (45,5%), ao contrário das mulheres militares (apenas 26,1%), como se constata na tabela 7:

Tabela 7
Questão: “Número de filhos de oficiais do Exército.”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Não tenho filho	nº de casos	540	49	589
	%	28,6%	45,5%	29,4%
Um filho	nº de casos	444	25	469
	%	23,1%	28,4%	23,4%
Dois filhos	nº de casos	672	19	691
	%	35,0%	21,6%	34,4%
Três Filhos	nº de casos	201	4	205
	%	10,5%	4,5%	10,2%
Quatro ou mais	nº de casos	52	11	52
	%	2,6%	0,0%	2,6%
Total	nº de casos	1918	88	2006
	100%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

A tendência a ter menos filhos é mais acentuada entre as mulheres militares do que entre as mulheres civis, dentre as quais não há diferenças significativas entre as mulheres que têm um filho (19%), dois filhos (21%) e as que têm três filhos (16%), em dados de 2010.²⁸

Observa-se, também, na última década, dentre as mulheres civis, um incremento na quantidade da prole, que atinge até as mulheres que têm quatro filhos, quando se considera a tabela 8.

O incremento da quantidade de filhos das mulheres civis, verificada na última década, sugere talvez a influência de políticas compensatórias, de distribuição de renda, dentre as camadas menos favorecidas, como a bolsa família, o que teria fomentado uma tendência de crescimento demográfico entre as mulheres civis.

²⁸ Trata-se de um estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo por meio do núcleo de opinião pública em parceria com o Sesc, em que foram ouvidas 2.365 mulheres e 1.181 homens, de 25 unidades da federação em todas as macrorregiões do País (Venturi e Godinho, 2013).

Mulheres no Campo de Marte

No entanto, as mulheres militares seriam desencorajadas a aumentar a prole devido às condições de trabalho mais adversas, sem um incentivo financeiro específico para terem mais filhos.

Tabela 8
Questão: “Quantidade de filhos”

	p1 Sexo	
	Masculino	Feminino
Não tenho filho	34%	21%
Um filho	19%	19%
Dois filhos	17%	21%
Três Filhos	11%	16%
Quatro ou mais	18%	24%
	3,0	3,3

Fonte: Pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, Fundação Perseu Abramo, 2010.

Em suma, parece que as mulheres militares, que entraram efetivamente no mercado de trabalho mediante um concurso difícil, caracterizado pela alta concorrência, somente o fizeram por não ter filhos, e se mantêm na instituição militar, que se caracteriza pelas demandas onerosas de cunho técnico e militar, por ter, no máximo, um ou dois filhos.

Este fato repete o que se passa no mundo do trabalho, cuja dinâmica desencoraja a criação de filhos: 28% das donas de casa que nunca tiveram trabalho remunerado apontam a gravidez e 22%, os trabalhos domésticos, como os fatores mais adversos à sua entrada no mercado de trabalho, em dados de 2010.

Tabela 9
Questão: “Razões para nunca ter trabalhado.”

Mulheres	Em %
Filhos/Gravidez	24%
Falta de trabalho	26%
Trabalho doméstico	22%
Casamento/Marido	21%
Não tinha necessidade	13%
Falta de Qualificação	12%
Outras respostas	8%

Fonte: Pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, Fundação Perseu Abramo, 2010.

Em relação aos homens civis, constata-se uma menor diferenciação por quantidade de filhos, em comparação aos homens militares, aproximando-se mais das percentagens das mulheres, ou até coincidindo os mesmos índices: por exemplo, 19% para homens e mu-

lheres com um filho, em 2010; 17% dos homens com dois filhos, enquanto as mulheres apresentam um índice um pouco mais alto, em 2010: 21%.

Este aspecto demonstra a persistência maior, entre os homens militares, de padrões de comportamento próprios da família patriarcal, em que o homem tem mais filhos, pois delega mais à companheira a responsabilidade de provimento e criação, que presumivelmente não trabalha ou o faz em tempo parcial.

Em relação ao número de dependentes, diferenciam-se significativamente homens e mulheres militares quanto ao desempenho mais efetivo de chefe de família, que assume efetivamente a maior parte do sustento da família.²⁹ Neste caso, constata-se que 47,6% das mulheres não têm dependentes ou apenas têm somente um (25%), enquanto apenas 16,8% dos homens não têm dependentes ou têm somente um (20,7%).

Este fato parece sugerir que as mulheres militares seguem a tendência, própria da sociedade tradicional, de atribuir ao homem o papel de chefe de família, responsável pelo provimento do núcleo familiar ou até de membros da família ampliada como pais ou irmãos.

De fato, quando as mulheres possuem dependentes, têm apenas um (25%) ou dois (19%), enquanto, dentre os homens, uma quantidade significativa tem três dependentes (26,5%).

Apenas 6% das mulheres têm três dependentes.

29 “**Dependência econômica é a situação em que uma pessoa vive a expensas de um (a) contribuinte**, em razão da inexistência ou insuficiência de rendimentos para o sustento próprio, sendo que, para efeito de cadastramento no CADBEN/FUSEX, a dependência econômica fica configurada quando o valor máximo dos rendimentos auferidos pelo dependente não ultrapassar o valor do soldado do Efetivo Variável” (Art.º 3, § VIII, Instruções Gerais para o Fundo de Saúde do Exército – IG 3032). São dependentes: cônjuge ou companheiro; filho solteiro, até 21 anos, ou, se estudante, até os 24, desde que, em ambos os casos, não constitua união estável; filho inválido e/ou interdito; viúvo, enquanto não adquirir a condição de pensionista; enteado sem rendimento ou sem pensão alimentícia e sob a guarda do cônjuge, nas mesmas condições do inciso II deste artigo; e, um menor que, por determinação judicial, esteja sob a guarda do militar, em processo de tutela ou adoção, nas seguintes condições: enquanto não constituir união estável, enquanto viver sob dependência econômica do militar ou pensionista, **até que cesse a guarda ou tutela, até que seja emancipado ou atinja a maturidade** (Art.º 4, § VIII, Instruções Gerais para o Fundo de Saúde do Exército – IG 3032).

Mulheres no Campo de Marte

Tabela 10
Questão: “Número de dependentes.”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Não tenho	nº de casos	313	40	353
	%	16,8%	47,6%	18,1%
Um dependente	nº de casos	387	21	408
	%	20,7%	25,0%	20,9%
Dois dependentes	nº de casos	462	16	478
	%	24,8%	19,0%	24,5%
Três dependentes	nº de casos	495	5	500
	%	26,5%	6,0%	25,6%
Quatro ou mais	nº de casos	209	2	211
	%	11,2%	2,4%	10,9%
	nº de casos	1866	84	1950
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Mulheres militares mais instruídas?

As mulheres parecem se destacar nos aspectos referentes à maturidade profissional, pois 28,9% das respondentes realizaram cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* civil, e, em particular mestrados, enquanto apenas 9,1% dos homens fizeram o mesmo, como se pode constatar na tabela 11.

Tabela 11
Questão: “Fora das Instituições Militares, o(a) sr.(a) cursou mestrado?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Sim	174 9,1%	26 28,9%	200 10,0%
Não	1.730 90,9%	64 71,1%	1.794 90,0%
Total	1.904	90	1.994

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

É preciso, no entanto, assinalar que o aparente desinteresse dos homens militares pelo aprimoramento técnico-profissional se deve também ao seu acesso privilegiado às especializações técnicas e operacionais no sistema de ensino do Exército, mais relacionadas às atividades profissionais que realizam.

Estas especialidades são baseadas em conhecimentos das ciências militares, que não são ministrados em instituições civis, uma vez que a maioria dos respondentes é oriunda de quadros, armas e serviços da linha bélica (65,9%), o que se verifica no quadro abaixo:

Tabela 12
Questão: “Pertence a alguma arma/quadro ou serviço do EB?”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Arma	nº de casos	1.284	0	1.284
	%	65,9%	0,0%	62,9%
Científico-tecnológico	nº de casos	175	7	182
	%	9,0%	7,7%	8,9%
Serviço de Intendência e Saúde	nº de casos	230	35	265
	%	11,8%	38,5%	13,0%
Complementar de Oficiais	nº de casos	157	49	206
	%	8,1%	53,8%	10,1%
Áreas apoio	nº de casos	100	0	100
	%	5,1%	0,0%	4,9%
Capelães militares	nº de casos	3	0	3
	%	0,2%	0,0%	0,1%
Total	nº de casos	1.949	91	2.040
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Porque não são alistadas, as mulheres não são apresentadas ao Exército

Homens e mulheres militares são oriundos, ambos, em sua maior parte, 57,2% e 56,5%, respectivamente, da Região Sudeste, que concentra a maior parte das organizações militares, fato que poderia ter motivado a aproximação destes indivíduos com o universo militar.

Embora este trabalho não tenha focado a renda familiar parental, supõe-se que a origem social destes militares seja mais próxima das classes médias, uma vez que a Região Sudeste se caracteriza por um maior poder aquisitivo, a que se segue a Região Sul, de onde provêm 18,6% dos homens e 12% das mulheres:

Tabela 13
Questão: “Região.”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Norte	nº de casos	72	2	74
	%	3,7%	2,2%	3,6%
Nordeste	nº de casos	295	19	314
	%	15,0%	20,7%	15,2%
Centro-Oeste	nº de casos	110	8	118
	%	5,6%	8,7%	5,7%
Sudeste	nº de casos	1127	52	1179
	%	57,2%	56,5%	57,2%
Sul	nº de casos	366	11	377
	%	18,6%	12,0%	18,3%
Total	nº de casos	1970	92	2062
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

A pertença a estratos sociais mais favorecidos de oficiais do sexo feminino e masculino se evidencia ainda mais quando se observa a predominância de homens e mulheres brancos: 66% e 74,7%, respectivamente.

Tabela 14
Questão: “Cor.”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Branco (a)	nº de casos	1.291	68	1.359
	%	66,0%	74,7%	66,4%
Negro (a)	nº de casos	79	4	83
	%	4,0%	4,4%	4,1%
Pardo (a)/Mulato(a)	nº de casos	548	17	565
	%	28,0%	18,7%	27,6%
Amarelo (a) (de origem oriental)	nº de casos	19	1	20
	%	1,0%	1,1%	1,0%
Indígena ou de origem indígena	nº de casos	19	1	20
	%	1,0%	1,1%	1,0%
Total	nº de casos	1956	91	2047
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Sabe-se que esta tendência é invertida entre os praças, dentre os quais predominam os negros e pardos, evidenciando o quanto os aspectos excludentes da estratificação social no Brasil se manifestam na corporação militar, eliminando, progressivamente dos postos superiores do estamento militar, os indivíduos de origem afro-indígena.

No aspecto referente aos vínculos familiares com o Exército, constata-se uma maior dependência da mulher do capital familiar do que o homem, uma vez que 39,7% das mulheres têm militares na família, enquanto apenas 5,6% dos homens parecem seguir uma tradição familiar na escolha de sua carreira profissional:

Tabela 14
Questão: “Militares na família: cônjuge?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Sim	65	23	88
	5,6%	39,7%	7,2%
Não	1.103	35	1.138
	94,4%	60,3%	92,8%
Total	1.168	58	1.226

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Esse aspecto sugere uma aproximação maior da mulher ao universo da família patriarcal brasileira, que estabelece um padrão mais significativo de influência parental na vida pessoal e profissional.

Além disso, supõe-se que o *ethos* da cultura militar, que contrapõe militares ao mundo civil, considerado corrupto e hostil, favorece que as relações familiares prévias destas mulheres militares facilitem a sua aceitação na corporação militar, auxiliando na própria forja de sua identidade militar.

De fato, para estas mulheres, a cultura organizacional militar apresentaria traços semelhantes ao universo doméstico ao mesmo tempo em que seriam menos rejeitadas como elementos estranhos ou ameaçadores ao modelo militar-viril, pois se trataria de esposas, irmãs e filhas de companheiros, habilitadas, portanto, no entender dos militares, a compreender o *modus operandi* da instituição militar.

A incidência de uma maior quantidade de mulheres com vínculos familiares com militares pode ser explicada também pelos contatos mais restritos que as mulheres têm com as instituições militares devido ao fato de não realizarem o serviço militar obrigatório.

Em razão deste estranhamento feminino do universo militar, somente as mulheres com parentes militares seriam de algum modo “apresentadas” previamente à instituição, sendo, portanto, mais motivadas para escolher a profissão militar.

Este aspecto revela o quanto o serviço militar obrigatório ainda funciona como um rito de passagem masculino para a idade adulta, mesmo quando não ocorre efetivamente o alistamento do jovem como recruta, situação mais frequente atualmente para os indivíduos das classes mais abastadas.³⁰

Na verdade, o próprio processo do alistamento e da convocatória parece exigir, pela primeira vez, que o rapaz realize procedimentos específicos, de natureza burocrática, sem a presença dos pais, que marcam a sua passagem para a sua vida adulta no contexto de um contato significativo com as Forças Armadas.

Esta recordação permanece como referência pessoal para uma compreensão prévia e da instituição militar como um todo e do seu significado e função para a sociedade brasileira e para o Estado.³¹

30 O recrutamento militar obrigatório, que se expandiu durante todo o século XIX, e contribuiu para a estruturação e consolidação do Estado-Nação, tornou-se uma instância relevante de socialização masculina até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, com a sua grande mobilização de recrutas, que coroa a imagem do homem do século XIX, “que havia ligado de maneira cada vez mais estreita o referente viril ao *ethos* guerreiro das sociedades ocidentais” (Bertaud, 2013: 503).

31 Daí a ênfase, no contexto de um Estado Democrático de Direito, de um serviço militar obrigatório que incorpore jovens de todas as regiões e classes sociais. Esta seria uma oportunidade relevante de criar um espaço republicano e democrático, na perspectiva da construção da cidadania, integrando as Forças Armadas à sociedade brasileira. Este ponto de vista é expresso em um dos principais documentos da política de Defesa do País: a Estratégia Nacional de Defesa (Decreto Legislativo 373, de 25 de setembro de 2013).

Capítulo 5

Como pensam os homens e as mulheres militares

Homens militares exprimem mais o discurso institucional

CONSTATA-SE QUE 52,5% DOS HOMENS SE ORGULHAM DE SEREM BRASILEIROS, DEVIDO ÀS Forças Armadas, enquanto apenas 31,9% das mulheres sentem o mesmo, como se pode verificar na tabela abaixo:

Tabela 16
Questão: “De uma forma geral, o que o faz sentir orgulho de ser brasileiro? As Forças Armadas?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Sim	919 52,5%	22 31,9%	943 51,7%
Não	831 47,5%	47 68,1%	878 48,3%
Total	1.750	69	1.819

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

As razões da menor identificação afetiva das mulheres com as Forças Armadas, como base de seu sentimento de nacionalidade, relacionam-se com o fato de que as mulheres não constroem um relacionamento pessoal prévio com as Forças Armadas antes do ingresso na carreira, como os homens, que prestam serviço militar obrigatório, como já foi analisado acima.

Este aspecto dificultaria, possivelmente, a estruturação mais profunda e completa de uma identidade militar, tal como ocorre com os homens.

Outro fator que pode explicar a dissociação entre sentimento de brasilidade e de pertença às Forças Armadas é a inserção exclusiva das mulheres da Força Terrestre nos quadros técnicos de suporte ao combate, que exigem uma graduação civil, e que seria responsável, efetivamente, pela construção da sua identidade profissional, uma vez que esta precede a realização dos cursos de formação militar.

Por exemplo, a mulher militar com graduação em administração de empresas se definiria subjetivamente como administradora, antes de se perceber como militar.

Assim sendo, as mulheres se diferenciariam bastante dos homens.

Os homens militares pertencem majoritariamente aos quadros, armas e serviços da linha bélica, realizando um curso de formação de oficiais na época mais crucial da formação da personalidade adulta, entre os 18 e 22 anos, no seio da instituição militar, estruturando,

Mulheres no Campo de Marte

por este motivo, um sentimento mais acentuado de pertença às Forças Armadas, a ponto de associar este aspecto ao seu sentimento de brasilidade.

Outros elementos influenciariam o sentimento de brasilidade das mulheres, como a valorização da cultura nacional (47,8%), enquanto apenas 39,7% dos homens relacionariam o sentimento da brasilidade à cultura brasileira, como se percebe na tabela a seguir:

Tabela 17

Questão: “De uma forma geral, o que o faz sentir orgulho de ser brasileiro? A cultura?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Sim	694 39,7%	33 47,8%	727 40,0%
Não	1056 60,3%	36 52,2%	1092 60,0%
Total	1.750	69	1.819

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

De um modo geral, no entanto, os homens e as mulheres militares dissociam o orgulho da brasilidade da admiração pela cultura brasileira (60,3% dos homens e 52,2% das mulheres).

Este fato evidencia alguma divergência de ambos do discurso patriótico, ufanista, que foi difundido no sistema educacional civil e militar durante o período militar (1964-1985), o que será analisado mais detalhadamente adiante.

Quanto às razões atribuídas à credibilidade do Exército, a convicção nesta instituição é atribuída, principalmente, ao seu profissionalismo no cumprimento das missões (59,2% dos homens e 52% das mulheres) e à prática de ações sociais (11,7% dos homens e 28% das mulheres), como se percebe na tabela 18:

Tabela 18
Questão: “O (A) sr.(a) atribui a credibilidade do Exército principalmente a:”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Excelência na formação militar	nº de casos	213	2	215
	%	11,9%	2,7%	11,6%
Prática de ações sociais	nº de casos	208	21	229
	%	11,7%	28,0%	12,3%
Garantia da lei e da ordem	nº de casos	89	8	97
	%	5,0%	10,7%	5,2%
Profissionalismo no cumprimento das missões	nº de casos	1.056	39	1.095
	%	59,2%	52,0%	58,9%
Isenção nas questões políticas da Nação	nº de casos	219	5	224
	%	12,3%	6,7%	12,0%
Total	nº de casos	1.785	75	1.860
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Aqui, as mulheres enfatizam mais a realização das ações sociais do que os homens, talvez devido à sua abertura maior para a vida civil, onde tais atividades têm lugar, uma vez que ingressam na vida militar mais tarde do que os homens, após uma graduação universitária, mantendo, assim, mais as preocupações e interesses da sua vida pregressa, civil.

Apenas 11,9% dos homens e 2,7% das mulheres militares atribuem a credibilidade do Exército à excelência na formação militar, o que parece sugerir que endossam alguns destes pontos de vista: não são entusiastas do sistema de ensino do Exército ou consideram que as suas qualidades positivas não são conhecidas pela sociedade brasileira, devido ao extremo fechamento da instituição militar.

Mesmo assim, os oficiais homens, que realizam efetivamente uma preparação profissional na linha bélica, desde o nível da graduação, parecem reconhecer mais as qualidades do sistema de ensino do Exército.

A maior valorização da instituição militar pelos homens manifesta-se na percepção de sua influência decisiva na história do país (40,9% dos homens e 30,1% das mulheres). Nesse caso, as diferenças entre homens e mulheres devem-se talvez ao conhecimento maior de História Militar que é proporcionado pelos currículos dos cursos de linha bélica, aos quais as mulheres militares não têm acesso.

Essa contribuição do Exército para a história do país significa, no entanto, para os homens, a tendência ao endosso do discurso institucional que enfatiza a tradição, pois 40,9% dos homens selecionaram a seguinte frase que melhor representaria o Exército: “A história do Brasil se confunde com a história do Exército.”

Mulheres no Campo de Marte

Convém ressaltar o fato de que essa afirmativa integra, ao lado das outras afirmações elencadas na tabela abaixo, um discurso institucional que “inventa” uma história do Exército, vinculando-a à história da Nação, com o intuito de legitimar a instituição militar dentro e fora da caserna.

Um discurso que é difundido de modo formal e informal, por meio de rituais, da interação entre atores institucionais e da produção de doutrinas específicas no campo da comunicação social e da educação militar.

As mulheres também aderem a esta frase, embora em menor medida do que os homens: 30,1%, manifestando novamente uma maior independência em relação aos clichês institucionais.

A outra frase que evidencia mais a discrepância de homens e mulheres em relação ao discurso institucional é a de que o “Exército é o guardião da democracia”: 12,3% dos homens consideraram que esta frase exprime a sua imagem do EB, enquanto pouco mais da metade das mulheres (6,8%) consideram que o Exército é o guardião da democracia.

Tabela 19
Questão: “Qual afirmação apresentada mais se aproxima da imagem do EB?”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
A história do Brasil se confunde com a história do Exército	nº de casos	716	22	738
	%	40,9%	30,1%	40,4%
O Exército é o guardião da democracia	nº de casos	216	5	221
	%	12,3%	6,8%	12,1%
A hierarquia e a disciplina são os fundamentos de uma instituição patriótica	nº de casos	536	31	567
	%	30,6%	42,5%	31,1%
O Exército é a única instituição que defende os interesses maiores da Pátria	nº de casos	284	15	299
	%	16,2%	20,5%	16,4%
Total	nº de casos	1.752	73	1.825
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

A frase seguinte suaviza e até inverte a diferença entre homens e mulheres em relação à defesa do discurso institucional, talvez por se basear num princípio constitucional comumente aceito de que a hierarquia e a disciplina são os fundamentos de uma instituição patriótica.

Neste caso, um total de 42,5% das mulheres e 30,6% dos homens selecionaram essa afirmação como a que expressa melhor a sua imagem do Exército.

Percebe-se uma atitude relativamente mais rigorosa por parte das mulheres em relação à valorização da disciplina, provavelmente em razão do seu caráter minoritário na instituição militar e do nível incipiente de sua inserção. Estes aspectos poderiam favorecer uma maior insegurança das mulheres em relação aos códigos da cultura militar, além do temor de não serem aceitas.

Estas poderiam ser as razões de um endosso feminino do endurecimento dos padrões disciplinares.

A última frase da tabela, “o Exército é a única instituição que defende os interesses maiores da Pátria”, também reproduz a mesma atitude de desvio feminino do discurso institucional da frase anterior, uma vez que mais mulheres (20,5%) do que homens (16, 2%) selecionaram aquela frase como a que melhor expressa a sua imagem do Exército.

De um modo geral, no entanto, constata-se que homens e mulheres militares se alinham com o discurso institucional, embora essa atitude predomine mais entre os homens, que convergem mais para a memória institucional do Exército.

É preciso ressaltar o fato de que esta memória institucional é celebrada nas declarações públicas do Clube Militar e na celebração anual do dia 31 de março, aniversário da Revolução de 1964, por meio de formaturas, em todas as organizações militares do País.³²

A memória institucional veiculada nos materiais de imprensa ou nos eventos cívicos nomeia o golpe militar de 1964 como “o movimento democrático de 1964” ou o considera, um ponto de vista mais nuançado e coerente com parte significativa da historiografia acadêmica sobre este período histórico, como um contragolpe em resposta a demandas da própria sociedade brasileira, com o intuito de evitar a implantação de um regime socialista no País.³³

Nesse caso, a atitude dos homens e mulheres oficiais parece se alinhar com os aspectos fundamentais da memória institucional oficial.

Este fato ainda surpreende quando se considera que estes militares são jovens e ingressaram, em sua maioria, na instituição militar, após o término do período militar, situando-se, em sua maioria, na faixa etária entre 31 e 50 anos.

No entanto, eles reproduzem algo do discurso institucional que é elaborado pelos oficiais mais antigos da ativa e da reserva, que ainda ocupam os postos superiores de comando das organizações militares ou das instâncias de formação de opinião na Instituição Militar, tais como o Clube Militar e o Centro de Comunicação do Exército (CCOMGEx), e que se situam na faixa etária acima dos 50 anos.

As razões do maior alinhamento dos militares, em especial, dos homens, com o discurso institucional, podem ser encontradas no *modus operandi* do sistema de ensino do

32 Esta sistemática só foi alterada em 2008, com o início do mandato da presidenta Dilma Rousseff, que expediu ordens expressas no sentido de eliminar esse tipo de celebração cívica.

33 O discurso institucional aparece claramente nos manuais escolares destinados ao ensino de História Militar no curso de formação de oficiais, a Aman: “Véspera do Movimento Democrático: instabilidade política aguda e caos iminente é como se pode definir o quadro brasileiro às vésperas de 31 de março de 1964. A Revolução de 1964 resultou de um estado de consciência nacional de que os valores da sociedade brasileira se achavam ameaçados pela situação vigente no país” (Academia Militar das Agulhas Negras, 2011: 315). Este texto ainda cita um artigo da *Revista do Clube Militar*, de março de 1990, que diz o seguinte sobre o Período Militar: “As Forças Armadas não esperavam louros triunfais ao término do ciclo revolucionário, que sempre viram como transitório. Cumpriram seu dever de defesa da Pátria, impedindo que se tornasse uma gigantesca Cuba. E ainda fizeram mais, alçando o Brasil do modesto 43º lugar para o de 8º na economia mundial, posição mais coerente com as dimensões e potencialidades” (Academia Militar das Agulhas Negras, 2011: 319).

Mulheres no Campo de Marte

Exército que, nas últimas décadas, teria formatado as atitudes dos oficiais a respeito da instituição militar.

A Aman, por exemplo, passou a produzir internamente seus próprios manuais de História Militar (Academia Militar das Agulhas Negras, 2011), que exprimem a visão oficial do período militar, evitando a utilização da literatura especializada, enquanto a Diretoria do Ensino Preparatório e Assistencial (Depa), responsável pelos colégios militares, passou a utilizar oficialmente os livros de história e geografia que são produzidos e distribuídos dentro da instituição militar, exprimindo uma história oficial do Período Militar, que tem sido difundida nas últimas décadas.

A atitude de apoio ao discurso institucional do EB entre os oficiais se manifesta ainda nos percentuais significativos de apoio à censura ideológica em bibliotecas públicas, uma vez que 36,1% dos homens e 28,4% das mulheres ainda assumem uma atitude de concordância com a censura.

Este fato evidencia a eficácia relativa do discurso institucional na socialização militar:

Tabela 20
Questão: “É contra ou a favor de excluir das bibliotecas públicas livros que professam a ideologia comunista?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Contra	1.095	48	1.143
	63,9%	71,6%	64,2%
A favor	619	19	638
	36,1%	28,4%	35,8%
Total	1.714	67	1.781

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

A atitude de defesa ao discurso institucional é ainda mais acentuada quando se considera um fato histórico recente, que é alvo de um discurso institucional mais incisivo, como a Anistia, por exemplo, que defende uma solução mais contemporizadora e harmônica do conflito político que atravessou o período militar, enfatizando uma fórmula de proteção à imagem pública das Forças Armadas.

Este tema divide as opiniões dos homens de modo quase paritário: 45,1% consideram que não serviu para reconciliação nacional enquanto 41,6% têm ponto de vista contrário.

Tabela 21
Questão: “A anistia serviu para a reconciliação nacional?”

		Masculino	Feminino	Total
Concordo	nº de casos	896	26	922
	%	45,1%	27,7%	44,3%
Discordo	nº de casos	827	43	870
	%	41,6%	45,7%	41,8%
Não respondeu	nº de casos	265	25	290
	%	13,3%	26,6%	13,9%
Total	nº de casos	1.988	94	2.082
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Seguindo uma tendência majoritária, as mulheres são mais críticas em relação à Anistia, afastando-se mais do que os homens do discurso institucional.

Convém aqui lembrar que as mulheres distam mais do que os homens do discurso institucional devido talvez à imersão precoce e radical dos homens na Instituição militar, pois ingressam mais jovens nas escolas de formação da linha bélica, ao contrário das mulheres, que se tornam militares depois de graduadas em instituições civis.

Talvez por esta razão, somente 27,7% das mulheres concordam que a Anistia serviu para a reconciliação nacional.

Por outro lado, quanto aos armamentos nucleares, evidencia-se que a quase totalidade das mulheres (97,1%) e uma parte significativa dos homens (78,4%) são a favor da restrição de armamentos nucleares, manifestando, novamente, uma atitude de distanciamento do discurso institucional, ainda permeado de concepções típicas da Guerra Fria, baseadas na perspectiva geopolítica que enfatizava a utilização de armamentos nucleares como um meio de afirmação do poder da Nação:

Tabela 22
Questão: “É contra ou a favor da restrição de armamentos nucleares?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Contra	372	2	374
	21,6%	2,9%	20,9%
A favor	1.351	67	1.418
	78,4%	97,1%	79,1%
Total	1.723	69	1.792

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Por que as mulheres não podem ter a vocação militar

Se, em relação à imagem institucional, homens e mulheres militares alinham-se de modo diferenciado com o discurso institucional, em relação à imagem de si mesmos, enquanto militares, os homens ratificam novamente o discurso institucional, reforçando ainda mais a associação da profissão militar com a ideia do sacerdócio, como se constata na tabela 23:

Constata-se que 33% dos homens qualificam a dimensão do sacerdócio como a mais importante, seguida por 32,1% (segunda mais importante) e 12,2% (terceira mais importante), o que perfaz 77,3% que associam esse aspecto à profissão militar.

Por outro lado, a mulher claramente se afasta mais do discurso institucional, uma vez que 52,9% vinculam esta dimensão à profissão militar.

Tabela 23
Questão: “Enumere de 1 (mais importante) a 8 (menos importante) as seguintes profissões segundo a qualificação ‘Sacerdócio’: MILITAR”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Mais importante	nº de casos	570	7	577
	%	33,0%	10,0%	32,1%
2	nº de casos	553	13	566
	%	32,1%	18,6%	31,5%
3	nº de casos	211	17	228
	%	12,2%	24,3%	12,7%
4	nº de casos	134	15	149
	%	7,8%	21,4%	8,3%
5	nº de casos	102	9	111
	%	5,9%	12,9%	6,2%
6	nº de casos	56	5	61
	%	3,2%	7,1%	3,4%
7	nº de casos	53	3	56
	%	3,1%	4,3%	3,1%
Menos importante	nº de casos	46	1	47
	%	2,7%	1,4%	2,6%
Total	nº de casos	1.725	70	1.795
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Esta divergência entre homens e mulheres militares se acentua ainda quando ambos qualificam a profissão do professor em relação ao sacerdócio.

Neste caso, as proporções tendem a se inverter: 31% das mulheres consideram a mais importante, 23,9%, a segunda mais importante e 7%, a terceira mais importante, perfazendo 61,9%. Por outro lado, a proporção de homens que associam o magistério ao sacerdócio nos três níveis mais altos de importância perfaz 46,1%. (tabela 24)

Constata-se o mesmo fenômeno em relação à associação da profissão de médico com a ideia de sacerdócio. (tabela 25)

Capítulo 5 · Como pensam os homens e as mulheres militares

Novamente, 59,4% das mulheres situam-na nos três níveis mais altos de importância, enquanto 33,1% dos homens fazem o mesmo:

Tabela 24
Questão: “Enumere de 1 (mais importante) a 8 (menos importante) as seguintes profissões segundo a qualificação ‘Sacerdócio’: PROFESSOR”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Mais importante	nº de casos	242	22	264
	%	13,9%	31,0%	14,6%
2	nº de casos	248	17	265
	%	14,2%	23,9%	14,6%
3	nº de casos	313	5	318
	%	18,0%	7,0%	17,5%
4	nº de casos	264	12	276
	%	15,2%	16,9%	15,2%
5	nº de casos	269	6	275
	%	15,4%	8,5%	15,2%
6	nº de casos	210	5	215
	%	12,1%	7,0%	11,9%
7	nº de casos	167	2	169
	%	9,6%	2,8%	9,3%
Menos importante	nº de casos	29	2	31
	%	1,7%	2,8%	1,7%
Total	nº de casos	1.742	71	1.813
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Mulheres no Campo de Marte

Tabela 25

Questão: “Enumere de 1 (mais importante) a 8 (menos importante) as seguintes profissões segundo a qualificação ‘Sacerdócio’: MÉDICO”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Mais importante	nº de casos	94	16	110
	%	5,5%	23,2%	6,1%
2	nº de casos	218	16	234
	%	12,7%	23,2%	13,1%
3	nº de casos	256	9	265
	%	14,9%	13,0%	14,8%
4	nº de casos	264	11	275
	%	15,3%	15,9%	15,4%
5	nº de casos	287	6	293
	%	16,7%	8,7%	16,4%
6	nº de casos	351	5	356
	%	20,4%	7,2%	19,9%
7	nº de casos	220	4	224
	%	12,8%	5,8%	12,5%
Menos importante	nº de casos	30	2	32
	%	1,7%	2,9%	1,8%
Total	nº de casos	1.720	69	1.789
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Survey realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Em relação a este aspecto, convém ressaltar, de novo, o fato de que as mulheres se afastam do discurso institucional, associando mais as duas profissões civis ao sacerdócio do que a profissão militar, devido, em parte, à sua socialização mais tardia nas escolas de formação militar.

Finalmente, as mulheres divergem mais do discurso institucional, valorizando mais estas profissões civis, ao associá-las à qualidade de sacerdócio, também pela influência das injunções históricas da condição feminina, que as induziu a desempenhar os papéis de esposas e mães, mais próximos das profissões de cuidado, como o magistério ou a medicina.

Estes papéis tradicionais teriam sido aprendidos pelas mulheres no âmbito de uma tradição constituída quanto aos papéis de gênero tanto dentro como fora da instituição militar.

Esta tradição constituída funciona como um *corpus* de textos – um ponto de partida, lastro ou eixo gerador de outros textos na medida em que os textos são sempre feitos a partir de outros escritos, que são reconstruídos em conformidade com outras lógicas.³⁴

34 Os discursos orais são feitos de outros textos, estabelecendo-se o que Bakhtin considera como o princípio constitutivo da linguagem, o dialogismo - a condição do sentido do próprio discurso. Os textos são dialógicos porque polifônicos, resultando do embate de muitas vozes; ou monofônicos, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir. Deste modo, um texto remete a outro para defender as ideias nele contidas, ou para contestá-las, tomando-o, portanto, como ponto de

Ora, é precisamente a posse, pelo indivíduo, desta tradição constituída, concretizada em um *corpus* de textos, que fornece ao indivíduo o que Bourdieu chama de capital cultural e que se relaciona com o campo de forças sociais em que se situa o indivíduo.³⁵

A posse do capital cultural favorece uma maior facilidade de manuseio dos códigos, manifestada em um conjunto de capacidades e habilidades de interpretação de códigos e de ação social pertinente.

Essa fluência de manejo pode ser chamada, em analogia com a técnica musical, de solfejo: um conjunto de habilidades de leitura automática e imediata de uma partitura cultural – os códigos simbólicos de um determinado grupo social.

Os códigos simbólicos englobam enunciados, gestual e cultura material.

É a leitura eficiente desta partitura que acarreta, na maior parte das vezes, uma ação social eficaz em termos de resultados quanto à obtenção de posições de privilégio no campo.³⁶

Neste caso, o solfejo estabelece, no que concerne o campo profissional, uma relação de afinidade e harmonização da seguinte maneira: lê-se bem aquilo que já se tem.

Ou seja, o indivíduo que tem a tradição constituída, o *habitus* ou o capital cultural, é apto a entender e agir de modo mais eficaz no meio onde se desenvolveu esta tradição – o campo social.

Dito de outro modo, é o indivíduo que pertence a uma tradição constituída no interior de um campo que possui o *habitus*, e, portanto, um conjunto de conhecimentos e valores que lhe permitem “ler” as situações sociais e agir de acordo, isto é, o “solfejo”.

Deste modo, para se tornar militar, a mulher necessita possuir uma tradição ou *habitus* – um conjunto de símbolos imagéticos, gírias, maneiras de falar, de emitir voz de comando e, por que não dizer, de agir, de lidar com superiores e subordinados, de vestir o uniforme e marchar, uma vez que os atos linguísticos são também performáticos, englobando a ação e a interação social.³⁷

partida, pois, para se definir diante de determinado assunto, o autor do texto leva em consideração as ideias de outros “autores” e com eles dialoga no seu texto. Em síntese, como afirma Fiorin, sob um texto ou um discurso ressoam outros textos ou outros discursos (Fiorin, 1994: 29-36).

35 “As diferentes espécies de capital - cuja posse, o pertencimento à classe, e, cuja distribuição determina a posição nas relações de força constitutivas de campo de poder é, por conseguinte, das estratégias suscetíveis de serem adotadas nessas lutas (em outras épocas, ‘nascimento’, ‘fortuna’ e ‘talentos’; atualmente, capital econômico e capital escolar) – são, ao mesmo tempo, instrumentos de poder e pretextos de luta pelo poder, desigualmente poderes de fato e desigualmente reconhecidos como princípios de autoridade ou sinais de distinção legítimos” (Bourdieu, 2011: 296).

36 O termo solfejo é utilizado por Bourdieu no sentido literal da palavra, como técnica musical, um conteúdo que integrava o currículo escolar do ensino médio francês, em relação ao qual alunos da classe operária sentiam desconforto e estranheza. Neste estudo, o termo solfejo é usado para exprimir aspectos relevantes do próprio capital cultural.

37 Austin abordou alguns casos de emprego da linguagem que “não têm, ou têm apenas em parte, o propósito de registrar ou transmitir informação direta acerca dos fatos” (1990: 22). “Ao contrário dos proferimentos constativos, tais proferimentos em tudo se assemelham aos proferimentos constativos, mas neles, o proferimento da sentença é, no todo ou em parte, a realização de uma ação, que não pode ser normalmente descrita como consistindo em dizer algo” (Austin, 1990: 24).

Mas a mulher não tem a tradição de soldado, porque não possui, por exemplo, um *corpus* de textos da chamada “bravata”, que é construída no interior do repertório cívico dos heróis exemplares, como os patronos e personagens históricos dos campos de batalha.

Não há, para a mulher, a memória da celebração de feitos extraordinários em situações de combate, com o que se moldam a sensibilidade e a visão de mundo dos soldados.

Torna-se claro o quanto a tradição constituída é feita de textos e de declarações de princípios e de valores, que moldam o *habitus*, funcionando como trilhos da ação social. Neste sentido, a bravata masculina da tradição visava, sobretudo, celebrar virtudes e habilidades guerreiras, sem ter a ver com a transmissão de informações objetivas sobre as atividades militares:

(...) não consistia em dizer exatamente a verdade, mas em encontrar, no domínio do discurso, o valor encontrado no combate (...). Brantone estabeleceu assim uma distinção entre as bravatas da palavra – capacidade de encontrar na ordem do discurso um exagero capaz de transcrever um fato marcial extraordinário – e a bravata de “efeito” ou de ação – transposição à realidade do campo de batalha das formas de ênfase próprias ao discurso. Fosse ela de palavra ou de efeito, a bravata reabilitava a essência mesma da proeza que consistia em ilustrar a virtude ou, em boa etimologia, a probidade. (Drevillon, 2013: 342)

É, na verdade, a posse desta tradição, do capital cultural, que permite a aceitação social e a inserção em posições de destaque ou a obtenção de privilégio do campo. Por outro lado, a ausência do capital cultural enseja nos indivíduos pertencentes àquele campo as atitudes de estranheza e de desenraizamento, ao ponto da marginalização ou expurgo da pessoa que não detém o seu capital cultural.³⁸

Ora, a mulher, atualmente, não possui esta tradição, em nenhuma de suas manifestações³⁹ no campo militar, que ainda é majoritariamente masculino.

Este fato dificulta a estruturação de uma identidade militar própria, da sua maneira específica de ser militar, gerando conflitos e ambivalências no seu processo de socialização, o rigor excessivo com o cumprimento de normas e de ordens, devido a um mecanismo emocional de compensação pela falta de importância institucional (Musumeci, 2005).

38 A este respeito, convém analisar o caso já citado acima do indivíduo egresso das classes populares quando este se insere em escolas destinadas à elite: “Brutalmente mergulhado aos nove anos e meio no estranho e distante universo do liceu, Sébastien sofre um ‘choque’ que produz nele uma espécie de paralisia escolar: foi desde o início uma ‘completa catástrofe’, um desastre tal que ‘teve dificuldade em compreender o que se passava’. No liceu, vive a experiência do ostracismo total, do mais completo desenraizamento, ao mesmo tempo social, geográfico e escolar: arrancado do seio da família e do meio dos colegas a que estava habituado, enfrenta viagens de ônibus de manhã bem cedo, o semi-internato e dias inteiros longe de casa. Além disso, há a mudança de nível das exigências escolares – logo descobre, por exemplo, sua ‘completa nulidade em ortografia’ – e a estranheza de um universo escolar em que ‘se fazem ditados de solfejo’, onde os ‘professores de francês-latim-grego’ lhe parecem uma espécie de ‘monstros’, ‘semideuses’, ‘estrangeiros’, ou pessoas que não são do mesmo mundo” (Bourdieu, 2008: 597).

39 No máximo, pode-se falar de uma tradição no campo da enfermagem militar.

Por esta mesma razão, a mulher não pode ter a vocação ou sentimento de destino inelutável para abraçar a carreira das armas, que é própria do homem, justamente porque este tem atrás de si uma tradição milenar de soldados, que ele incorpora, para também ele ser um soldado.

Ao contrário, o que a mulher tem atrás de si são os papéis sexuais milenares de esposa e mãe, que eram praticamente exclusivos até o início do século XX. Devido ao peso desta tradição exclusiva até data recente, as mulheres, quando entram no mundo do trabalho, preferem as profissões de cuidado, que se baseiam nos papéis sexuais tradicionais, a quem atribuem o *status* de “sacerdócio”, em detrimento da profissão militar, que para elas, não tem uma tradição.

Homens militares defendem mais a família tradicional

Constata-se que, em relação à moral sexual, repete-se aqui o padrão de conservadorismo, já encontrado em relação à percepção política, em que as mulheres são menos conservadoras do que os homens, com 44,1% sendo a favor da censura moral em bibliotecas públicas enquanto os homens apoiam, em sua maioria, a censura (59,2%), conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 26
Questão: “É contra ou a favor de excluir das bibliotecas públicas livros que ataquem a moral e os bons costumes?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Contra	702 40,8%	38 55,9%	740 41,4%
A favor	1019 59,2%	30 44,1%	1049 58,6%
Total	1.721	68	1.789

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Esses aspectos se repetem em relação à atitude diante da homossexualidade, em que 52,4% dos homens aprovam a exclusão na biblioteca pública de livros favoráveis ao homossexualismo, enquanto apenas 26,9% das mulheres apoiam esta medida:

Mulheres no Campo de Marte

Tabela 27

Questão: “É contra ou a favor de excluir das bibliotecas públicas livros que se manifestem a favor do homossexualismo?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Contra	816 47,6%	49 73,1%	865 48,6%
A favor	898 52,4%	18 26,9%	916 51,4%
Total	1.714	67	1.781

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Em relação às transformações da família tradicional, observa-se a mesma tendência masculina, de apego ao modelo tradicional e a seus papéis sexuais característicos (79,6%), enquanto uma quantidade menos significativa de mulheres (53,7%) rejeita as mudanças sociais, que incluem, por exemplo, a emancipação sexual e profissional das mulheres, dentre outros aspectos:

Tabela 28

Questão: “Acha que a transformação da família tradicional está contribuindo para a decadência da sociedade?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Sim	1.362 79,6%	36 53,7%	1.398 78,6%
Não	350 20,4%	31 46,3%	381 21,4%
Total	1.712	67	1.779

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Quais são as razões do conservadorismo masculino, do seu apego às tradições e ao controle da liberdade de opinião?

Por que as mulheres se inclinam a uma atitude de maior respeito à liberdade de expressão, mais favorável à ruptura com os códigos culturais constituídos?

Além dos fatores apontados acima, relacionados com a socialização precoce dos homens na instituição militar, é preciso investigar melhor o modo de ser da moral sexual de mulheres e homens, uma vez que esta dimensão não é objeto de um discurso institucional, como os temas concernentes à percepção política.

Se os homens não foram formatados sistematicamente nas escolas militares em relação à moral sexual, por que são mais conservadores?

Em primeiro lugar, se a moral sexual não é ensinada diretamente, como os temas de natureza política, ela é ensinada indiretamente por meio de um currículo oculto,⁴⁰ que transmite valores de legitimação ao *status quo*.

Isto acontece porque o Exército é uma Instituição da Ordem que está a serviço da manutenção de um sistema político de um Estado e de um governo, que se imbricam a determinados valores e visão de mundo, onde se insere a adesão a um determinado modelo de família.

Mas talvez haja outro fator importante que também explique o comportamento mais liberal das mulheres em relação aos homens: a evolução de modelos de atuação militar e as formas distintas de sua apropriação, realizada por mulheres e homens.

Inicialmente, é preciso ressaltar o fato de que a profissão militar, que tem sido um *affaire* exclusivamente masculino, traduziu-se sempre a partir de uma imposição da vontade de poder, no sentido nietzschiano, de uma vontade orgânica, não somente do homem, mas de todo ser vivo, e que só pode manifestar-se face às resistências e oposições.

A vontade de poder é dividida internamente em dimensões que se atritam e se opõem:

Nietzsche concebe o próprio indivíduo como combate das partes (por alimentação, espaço etc.): sua evolução ligada a um vencer, um predominar de certas partes (...) nessa passagem, recupera a ideia de conflito no interior do homem – presente em escritos anteriores a *Assim falava Zaratustra* – e explicita como ele se dá no nível fisiológico: a luta envolve os vários elementos que formam o organismo humano. (Marton, 2000: 43)

No homem, a vontade de poder concretiza-se no sentir, no querer, no agir e no pensar, traduzindo-se como uma espécie de afeto de mando, estando o prazer vinculado a vencer as resistências e a dor, e a ter de enfrentá-las.⁴¹

A vontade de poder se exterioriza também em relação a outrem, estabelecendo atos que formatam a realidade em conformidade com determinadas diretrizes do indivíduo, “pois é o princípio criador que, através de uma vontade, estabelece uma hierarquia de forças, impõe uma direção a uma parcela da realidade” (Boeira, 2004: 13).

Obedecendo aos impulsos da vontade de poder, a vida seria permeada de conflitos, à semelhança da profissão militar, que funcionaria pela imposição de um querer, de uma energia vital, que é essencial para o ato do comando, na condução de homens em situação de extremo risco, numa guerra.

40 O currículo oculto consiste num conjunto de valores, conhecimentos e atitudes que são transmitidos em um processo educativo de modo não intencional.

41 A vontade de poder se relaciona com a categoria de vontade de Schopenhauer e com a noção darwiniana da concorrência vital, assumindo em Nietzsche uma finalidade de explicação do heilismo e da cultura ocidental, em geral, como uma dimensão da realidade do mundo e do indivíduo, que são puro devir, multiplicidade, contraste, contradição e guerra. A existência funcionaria por meio da plena liberação das energias vitais de criação, mas também de destruição: pilhar, explorar, ferir e violentar o fraco e o estrangeiro, eliminando todos os obstáculos à expansão e manifestação plena das intenções e da volição, como no fenômeno fisiológico da nutrição, em que os óbices são incorporados.

Mesmo em face do atual cenário internacional e das novas “máquinas de guerra”, que exigem um chefe militar que tenha facilidade de transitar em todos os campos do conhecimento e desenvolva um conjunto de habilidades técnicas, continua a ser exigido do militar a exteriorização ou transbordamento de uma intensa energia vital, para que possa exercer o comando.

Neste sentido, Barrenechea ressalta que:

Não é o guerreiro o modelo exclusivo de forte; a luta e a expansão de forças não se vinculam taxativamente ao fato em armas ou de impor a força física num confronto direto. A força, a tendência ao domínio, se exprime nos mais diversos planos, nas mais diversas atividades; a tendência à apropriação, à dominação é essencial ao fenômeno vital. (Barrenechea, 2009: 161)

Em resumo, apesar da inserção de um horizonte moral e metafísico na formação e na atividade profissional dos militares, desde a constituição gradual dos Estados-Nação, relacionado a um processo civilizatório de controle de pulsões (Elias, s/d), a profissão militar ainda funciona por meio da ativação da vontade de poder.

Este aspecto se encarna perfeitamente no culto ao panteão de soldados exemplares em campo de batalha, realizado em cerimônias cívicas e formaturas.

Na vontade de poder, acham-se subsumidos ainda dois outros conceitos que esclarecem os aspectos mais relevantes da cultura e do indivíduo, com reflexos na atividade militar.

São princípios ontológicos, componentes primários da realidade: o apolíneo e o dionisíaco: “são pulsões cósmicas (...) aspectos que o conceito de vontade de poder recobre” (Marton, 2000: 43).

O dionisíaco se identifica com a natureza e suas pulsões. Ele se manifesta nos instintos vitais de vida e morte, na subsunção aos ciclos repetitivos da natureza, como a reprodução. No extravasamento da vontade sobre outrem, com o intuito de fruir os prazeres e de satisfazer os instintos, que podem ser excessivos e destrutivos.

O dionisíaco reconcilia o homem com a natureza:

Sob a magia do dionisíaco, torna a selar-se não apenas o laço da pessoa a pessoa, mas também a natureza alheada, inamistosa ou subjugada volta a celebrar a festa de reconciliação com o seu filho perdido, o homem (...), agora escravo, é homem livre, agora se rompem todas as rígidas e hostis delimitações que a necessidade, a arbitrariedade ou a “moda impudente” estabeleceram entre os homens. (Nietzsche, 2007: 31)

O apolíneo, ao contrário do dionisíaco, é ordem e harmonia, exercício puro do intelecto, voltado para um esforço de organização, no sentido de dotar o mundo de inteligibilidade.

O *ethos* apolíneo da distinção e separação de atributos se mostra na ciência e na técnica, na instauração de um *nomos* – as regras de convivência de natureza ética, política e jurídica – para o exercício regular de uma atividade.

O apolíneo remete ao princípio da individuação, aos limites que valem para a cultura e para o indivíduo, que estabelecem uma sistemática de contenção das pulsões:

Esse endeuamento da individuação, quando pensado sobretudo como imperativo e prescritivo, só conhece uma lei, o indivíduo, isto é, a observação das fronteiras do indivíduo, a medida no sentido helênico. Apolo, como divindade ética, exige dos seus a medida e, para poder observá-la, o autoconhecimento. E assim como, ao lado da necessidade estética da beleza, a exigência do “conhece-te a ti mesmo” e “nada em demasia”, ao passo que a autoexaltação e o desmedido eram considerados os demônios propriamente hostis da esfera não apolínea. (Nietzsche, 2007: 40)

Como facetas da vontade de poder, o dionisíaco e o apolíneo não se opõem em termos absolutos. Ao contrário: são dimensões opostas e complementares da pessoa e da cultura, e seu equilíbrio é raro e instável:

Apolo, deus da bela forma e da individuação, permitia a Dionísio que se manifestasse; Dionísio, o deus da embriaguez e do dilaceramento, possibilitava a Apolo que se exprimisse. Um assegurava ponderação e domínio de si; o outro envolvia pelo excesso e vertigem. A luz e a sombra, a superfície e as profundezas, a aparência e a essência mostravam-se imprescindíveis. Conjugados na tragédia eram manifestações na arte, de duas pulsões cósmicas. (Marton, 2000: 43)

Então, a vontade de poder, característica da profissão militar, oscila entre a expressão descontrolada das pulsões e a sua regulação realizada por meio de um detalhado aparato legal.

Ou seja, entre o dionisíaco e o apolíneo.

Haveria mesmo nas instituições militares a alternância de períodos de fúria e de conquista, instauradas por formas de poder carismático, de caráter dionisíaco, e fases de organização e repetição de rotinas, de cunho mais burocrático e militar.

A este respeito, convém relembrar o fato de que, a partir do século XIX, impõe-se uma tendência gradual de contenção dos princípios dionisíacos, como uma condição *sine qua non* da institucionalização do Exército no exercício do monopólio da força.

Para tal, o Exército enfatizou cada vez mais os aspectos disciplinares, fomentando a criação e a transmissão de regulamentos em rituais cada vez mais elaborados de socialização militar nas escolas militares.⁴²

42 Este aspecto reproduz um fenômeno relevante na história da educação ocidental, também marcada pela hegemonia do apolíneo. Dentro de uma perspectiva nietzschiana, Silva ressalta “que, ao estabelecer estes objetivos de uniformizar os discentes, a educação buscou instituir a ideia de que há algo fixo, substancial na vida e no homem e que o polo priorizado (razão/alma) seria o aspecto a ser desenvolvido pelos alunos. Já que era parte desta sociedade, a educação ministrada nos estabelecimentos de ensino consolidou esta meta, pois estava impregnada dos valores que pautavam a cultura naquela ocasião, ou seja, os valores da modernidade, que colocavam a racionalidade como aspecto primordial do homem” (Silva, 2007: 117).

Este aspecto foi reproduzido na história da formação do EB que, a partir do início do século XX, enfatizou o ideal do soldado profissional, caracterizado pela renúncia à militância política e pela obediência irrestrita à hierarquia e à disciplina.

Apesar do triunfo atual do modelo apolíneo, permaneceram ainda militares de natureza mais dionisíaca, isto é, mais voltados para a ação militar – nas operações – bem como militares voltados para as ações administrativas, relacionadas à vida vegetativa da instituição – mais próximos do referencial apolíneo.

Por vezes, os militares operacionais, dionisíacos, quando inseridos em Grandes Comandos, de cunho administrativo, transportam seu estilo impetuoso, energético de ação profissional, introduzindo mudanças bruscas na estrutura da organização burocrática.

Finda esta digressão, podemos indagar: como as mulheres militares se relacionam à dualidade do princípio dionisíaco e apolíneo?

As mulheres militares inclinam-se, como se percebe nas respostas, mais ao princípio dionisíaco do que os homens, pois enfatizam mais a liberdade na expressão dos instintos em detrimento da ordem e do controle social.

Como não foi enquadrada pela tradição militar e porque não existe uma tradição de mulheres guerreiras, a mulher não teria incorporado os aspectos apolíneos que triunfaram no Exército, internalizando mais os aspectos voluntaristas, dionisíacos, que permanecem nos interstícios da instituição militar.

Na verdade, as mulheres, permeadas, assim como os homens, dos dois princípios, o dionisíaco e o apolíneo, que são opostos, mas complementares, pendem, no contexto militar, ao dionisíaco, pela limitação histórica de seus aspectos apolíneos, uma vez que, até o século XX, desempenhavam os papéis sexuais tradicionais, de esposa e mãe, que a relacionavam mais estreitamente à natureza.

Nessa perspectiva, a “invenção” da mulher seria um fenômeno recente, próprio do século XX, intensificado pela Revolução Industrial e pelas duas grandes guerras, que marcaram o ingresso da mulher no universo apolíneo do mundo, da política e do trabalho.

Ou seja, convém compreender as atitudes mais liberais das mulheres militares no contexto do comportamento feminino brasileiro.

Por exemplo, em relação às frases que exprimem os papéis sexuais tradicionais, os homens discordavam menos do que as mulheres.

Na frase: “Em um casal, é importante que o homem tenha mais experiência que a mulher?”, 64% das mulheres discordaram e 48% dos homens, também. E quanto à frase, “Nas decisões importantes, é justo que na casa o homem tenha a última palavra?”, concordaram 43% dos homens e 23% das mulheres.

Tabela 29
Questão: “Concordância com frases:”

Frase	Mulheres		Homens	
	Concorda	Discorda	Concorda	Discorda
Em um casal, é importante que o homem tenha mais experiência que a mulher?	24%	64%	36%	48%
A mulher deve satisfazer o marido sexualmente mesmo quando não tem vontade?	15%	81%	17%	76%
Nas decisões importantes, é justo que na casa o homem tenha a última palavra?	23%	72%	43%	48%

Fonte: Pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado” (Fundação Perseu Abramo, 2010).

Os homens parecem ser mais presos à tradição do que as mulheres, pois rejeitam as transformações ocorridas nas últimas décadas na estrutura familiar, como, por exemplo, a difusão do casamento de homossexuais.

Este fato é corroborado em pesquisa na qual 38,1% dos homens discordam totalmente e 8,1%, parcialmente, sobre se um casal de dois homens vive um amor tão bonito como entre um homem e uma mulher, enquanto 44,9% dos homens concordam totalmente e 14,3%, parcialmente sobre ficarem incomodados em ver dois homens ou duas mulheres se beijando na boca em público (Venturi, 2013).

Em resumo, os homens, de maneira geral, e não apenas os homens militares, seriam mais inclinados à defesa dos papéis sexuais tradicionalmente masculinos, uma vez que, no País “se a categoria ‘homem’ comanda o mundo exterior da lei, do comércio, da política e da rua, em geral, sobra para a categoria de ‘mulher’ o comando da ‘casa’: da compaixão, da hospitalidade, da cozinha, da doença e de tudo o que constitui o mundo das coisas ocultas e internas” (DaMatta, 1997: 45).

Este aspecto se mostra, por exemplo, no ponto de vista segundo o qual os homens devem manter o seu papel de chefe de família, responsável pela conduta moral das mulheres e das crianças, pois os homens costumam ser os agentes apolíneos da instauração da ordem social e da vida pública.

Mesmo que de forma canhestra, ao arripio da lei, na versão tupiniquim.

No Brasil, 42,7% dos homens brasileiros concordam totalmente e 22,4%, parcialmente, que as mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas (Venturi, 2013).

Desse modo, os homens militares acompanham uma tendência vigente na sociedade brasileira, evidenciando o quanto o comportamento de gênero é aprendido socialmente, independentemente das formas de inserção profissional, sendo construído pelo grupo pri-

mário e secundário, pelo círculo de pares, ainda na infância e adolescência, por meio de expressões e curiosos ritos de inversão.⁴³

A inserção das mulheres no Exército Brasileiro

Após analisar diversas facetas do *habitus* de gênero de homens e mulheres militares, chegamos a um aspecto relevante focado neste estudo, o da percepção de homens e mulheres militares sobre a inserção da mulher na linha bélica.

Constata-se aqui que 43,6% dos homens (quase a metade) são favoráveis à inserção da mulher somente em funções administrativas, enquanto apenas 10,5% das mulheres têm a mesma opinião, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 30
Questão: “A presença da mulher no EB, é aceitável desde que restrita a funções administrativas?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Concordo	776 43,6%	8 10,5%	784 42,5%
Discordo	768 43,8%	61 80,3%	829 44,7%
Indiferente	235 13,2%	7 9,0%	242 13,0%
Total	1.779	76	1.855

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Ora, as funções administrativas, na instituição militar, são extensões das chamadas profissões de cuidado, que se relacionam com os papéis femininos de esposa e mãe, e englobam a prestação de serviços à administração pública, do direito, enfermagem, medicina, magistério e contabilidade, isto é, atividades de cunho intelectual, que se diferenciam

43 Sobre a aprendizagem social da masculinidade na sociedade brasileira, Roberto Da Matta analisa o significado de uma brincadeira infantil difundida entre garotos. Ela consiste em pedir um pente supostamente colocado no bolso de trás, tocando o traseiro do companheiro: “num plano profundo, o gesto perturbava ainda mais porque era uma genuína autocrítica social, pondo a nu um lado problemático e jamais discutido da nossa masculinidade. Muito mais do que um ritual destinado a nos fortalecer como homens, dentro da ideia de ‘os homens verdadeiramente machos não devem ter nenhuma sensibilidade no rabo’ era, também, um comentário sobre um estilo ou modalidade – aquilo que nós, antropólogos sociais, chamamos de ‘cultura’ ou de ‘ideologia’ – de conceber e construir o masculino. Comentário que obviamente revelava o seu lado frágil, por causa disso mesmo, indicando as sutilezas dos problemas de ser homem no Brasil (...). Para nós, ‘ser homem’ não era apenas ter corpo de homem, mas mostrar-se ‘masculino’ e ‘macho’ em todos os momentos. (...) um dos preços da masculinidade, portanto, era uma eterna vigilância das emoções, dos gestos e do próprio corpo” (DaMatta, 1997: 37).

bastante do enfrentamento físico de situações adversas, eminentemente masculinas, da profissão militar.⁴⁴

Este resultado é parcialmente ratificado quanto à aceitação das mulheres em funções de comando, com a rejeição de apenas 17,1% dos homens, embora possa se atribuir esta aceitação ao fato de a questão não especificar de que tipo de atividade militar se trata, se operacional ou técnico-administrativa.

Tabela 31
Questão: “A presença da mulher no EB é aceitável mesmo em funções de comando?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Concordo	1268 71,2%	68 89,5%	1336 71,9%
Discordo	304 17,1%	4 5,3%	308 16,6%
Indiferente	210 11,8%	4 5,3%	211 11,5%
Total	1.782	76	1.858

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

Os resultados relacionados à rejeição da mulher na linha bélica são confirmados quando é indagado se a presença da mulher é aceitável em todas as atividades, inclusive nas ações de combate: apenas 41,9% dos homens concordam, contrapondo-se a 64,5% das mulheres:

Tabela 32
Questão: “A presença da mulher no EB é aceitável para todas as atividades, inclusive as de combate?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Concordo	744 41,9%	49 64,5%	793 42,8%
Discordo	870 49,0%	25 32,9%	895 48,3%
Indiferente	163 9,2%	2 2,6%	165 8,9%
Total	1.777	76	1.853

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio – Programa Pró-Defesa

⁴⁴ Este aspecto foi encontrado no estudo sobre a inserção das mulheres na polícia militar do Rio de Janeiro, já citado neste estudo, em que as mulheres eram associadas à polícia de trânsito ou à perícia, enquanto os homens eram associados à polícia de rua (Musumeci, 2005).

A rejeição da inserção das mulheres na linha bélica explica-se pela repulsa que os estabelecidos têm em relação aos *outsiders*, criando mecanismos complexos de estigmatização.⁴⁵

É possível detectar que há a elaboração de concepções apriorísticas sobre ambos os sexos em relação à atividade militar.

As mulheres são estigmatizadas pelos homens, mas também pelas próprias mulheres, que lhes interdita o exercício de atividades de combate, atribuídas somente aos homens.

Essa rejeição às mulheres na linha bélica provém mais de um grupo social coeso, o dos homens militares, que conseguiu criar secularmente um estilo de vida específico, com valores e modos de viver – uma tradição constituída – o “solfejo” ou capital cultural, como já foi analisado, que lhes confere acesso às posições de poder na instituição militar.

Nesse sentido, o ingresso das mulheres na linha bélica ameaçaria as posições de poder e o estilo de vida – a tradição militar – do grupo de homens, que ainda é exclusivo, criando também possibilidades de transformação da corporação militar como um todo.

Inserir o diferente equivale a difundir o caos, a destruir a tradição constituída, pois os *outsiders* são tidos como anômicos, e o contato com eles faz pairar sobre os membros de um grupo estabelecido a ameaça de uma “infecção anômica” (Elias, 2000: 19).

As próprias mulheres, embora em caráter minoritário, também rejeitam a inserção das mulheres na linha bélica e na atuação profissional em postos de comando, devido ao fato de que interiorizaram o estigma social elaborado pelo grupo masculino no âmbito da corporação militar.

45 O estudo em que nos baseamos neste trabalho é a conhecida pesquisa de Norbert Elias sobre uma pequena comunidade urbana que tinha por núcleo um bairro relativamente antigo e, ao redor dele, duas povoações formadas em época mais recente. O autor enfoca as relações entre as diferentes zonas de uma mesma comunidade, para esclarecer os processos de exclusão social, segundo os quais se estabelece uma “clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como *outsiders*. O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo que o grupo dominante atribuía a si mesmo (Elias, 2000: 19).

Capítulo 6

Entrevistando homens militares

O homem e a mulher que admiro

A DEFINIÇÃO DE PERSONALIDADES PÚBLICAS ADMIRÁVEIS REVELA DE MODO MAIS SUTIL O *HABITUS* de gênero destes militares, marcado por um discurso institucional já formatado sobre os vetores do “politicamente correto”, como será analisado adiante.

Os militares indicam mais, como exemplos de personalidades públicas do sexo masculino admiráveis, atletas célebres devido à convergência dos valores de autossuperação e sacrifício pessoal que a profissão militar compartilha com a atividade do desporto:

Eu fico com o Federer, Roger Federer (...) pelo exemplo de dedicação dele. Ele é um atleta que sempre se dedicou ao trabalho dele. Conseguiu alcançar... Chegar no topo, né? (Oficial intermediário de Infantaria)

Na indicação da personalidade pública do sexo feminino, destacaram Angela Merckel, a chefe do governo alemão, porque encarna alguns valores militares basilares, como, por exemplo, o enfrentamento de condições adversas em nome do bem coletivo:

Ela conduziu a economia, uma das maiores economias, bem naquela situação difícil que foi contornar a crise da Europa com o euro lá e ela também tá conseguindo contornar, conversar, fazer acordo com os países pra tentar minimizar esses problemas. Conduzir um país como a Alemanha também não é fácil, dentro daquele contexto de Europa e de crise do euro. (Oficial intermediário de Intendência)

Essas indicações revelam que a admiração por estas personalidades públicas se deve à confluência de valores encarnados em suas trajetórias pessoais e profissionais com valores militares, como a defesa da Nação ou a valorização da família.

Este fato evidencia o quanto a socialização militar distingue e aparta os militares da vida civil, pois, mesmo quando um civil é citado como referência, é na medida em que reproduz as atitudes e valores militares:

Então ele cuida bastante da família, ele preserva a unidade familiar, ele é uma pessoa que tem sempre esse cuidado. Então, na parte profissional ele é excelente, quanto na parte familiar. (Oficial intermediário de Infantaria)

A dicotomia entre civis e militares manifesta-se mais claramente quando a personalidade pública apontada é um militar que se caracteriza por uma carreira em que predominou uma atitude de confrontação com o governo civil, como o general Heleno.⁴⁶

Neste caso, a razão da admiração do militar se deve precisamente à defesa incondicional dos valores militares e à sua indisponibilidade de realizar negociações políticas, que distinguiria o militar genuíno.

Na verdade, é o tipo “político” do generalato, que é necessário em sociedades democráticas, onde impera o controle civil sobre as Forças Armadas:

Acho que os generais estão partindo pra uma posição muito política do que realmente militar, então ele [o general Heleno] manteve suas questões militares acima de qualquer outra questão política, então ele manteve seus ideais até o final da carreira, é um exemplo pra muitos militares e civis. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Alguns militares revelaram mesmo admiração por militares que participaram ativamente do período militar, nos altos escalões.

Esta preferência se justifica porque eles valorizam a capacidade destes militares de assumir responsabilidades e de se impor, a despeito de críticas e de todas as formas de oposição:

É uma figura muito conhecida assim pelas pessoas durante a revolução democrática de 1964, e a postura dele como comandante militar na época foi bem diferente da que se prega, então ele foi muito criticado e muitas coisas caíram nas costas dele, mas, entretanto, a postura dele como profissional durante toda a época (...) É a capacidade de negociação de articular e de saber trabalhar os diversos planos do poder que se tinha à época, uma época extremamente conturbada. (Oficial intermediário de Cavalaria)

O papa Francisco também foi citado para apresentar outro aspecto da profissão militar, o compromisso com os valores então ameaçados em época de mudança.

⁴⁶ Augusto Heleno Ribeiro Pereira, nascido em Curitiba, em 29 de outubro de 1947, é um general de Exército, da reserva. Graduou-se aspirante a oficial de Cavalaria em 1969, na Aman. De junho de 2004 a setembro de 2005, foi o primeiro comandante militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), constituída de um efetivo de 6.250 militares de 13 países, dos quais sete latino-americanos. À semelhança do embaixador chileno Juan Gabriel Valdés, representante especial do secretário-geral da ONU e chefe da missão, e dos governos de países latinos, o general Heleno expressou publicamente a sua discordância quanto à estratégia adotada pela comunidade internacional em relação ao Haiti. Como comandante militar da Amazônia, o general Heleno contestou a política indigenista do governo Lula, que qualificou como “lamentável, para não dizer caótica”, durante uma palestra no Clube Militar, no Rio de Janeiro, à época da demarcação da terra indígena da Raposa/Serra do Sol. Nesta ocasião, ele afirmou que os índios “gravitam no entorno dos nossos pelotões porque estão completamente abandonados”. Hoje, ele atua como consultor de segurança e assuntos militares do Grupo Bandeirantes de Comunicação, onde também colabora com comentários na programação das emissoras. Foi comandante militar da Amazônia e chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).

Este aspecto revela uma espécie de aversão platônica às transformações sociais, porque são portadoras potenciais de corrupção e decadência da sociedade. Quando a transformação social é aceita, é somente na medida em que é comprometida com a conservação de valores e costumes considerados essenciais.

Outra personalidade pública muito citada foi Joaquim Barbosa, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, pela defesa corajosa de valores cívicos:

Uma pessoa interessante que apareceu de uns tempos pra cá é o ministro, o Joaquim Barbosa, tendo em vista aquela situação do mensalão, que é uma dificuldade grande e ninguém acreditava e ele acabou batendo o pé pra poder realmente ter o julgamento dos envolvidos (...) ele manteve a conduta dele e seguiu a linha de raciocínio. (Oficial intermediário de Intendência)

A inserção do nome de Barack Obama, às vezes, ao lado de Joaquim Barbosa, deve-se às mesmas razões, por se apoiar numa espécie de voluntarismo, na busca de manter a posição em face das adversidades.

Esta escolha se deve também ao reconhecimento da sua contribuição à difusão dos valores cívicos e democráticos:

Porque ele vem quebrando vários paradigmas, como presidente dos EUA, e trazendo ideias de humanidade e igualdade, e conseguindo contornar a crise econômica ao mesmo tempo lidando com essa mudança cultural que toda a humanidade tá passando. (Oficial intermediário de Intendência)

Estamos num mundo onde tá todo mundo pedindo muita mudança, muita coisa tá se deixando perder (...). Ele combate abertamente a corrupção e não importa se é um camarada dele ali da capa preta, mas ele vai de frente com aquele ali, ele vai contra e expressa realmente a opinião dele, de forma a combater isso aí. São duas figuras importantes: Barack Obama e Joaquim Barbosa. (Oficial intermediário de Intendência)

No caso de Joaquim Barbosa e Barack Obama, convém ressaltar que, embora a sua coragem seja admirada, os valores defendidos neste caso não são, no entanto, militares no sentido estrito, ou seja, estruturados internamente à instituição militar, com o objetivo de respaldar as atividades de segurança e defesa.

São, na verdade, valores cívicos, de defesa do bem comum e de um Estado ao abrigo das práticas de corrupção e do uso personalista da coisa pública.

Este fato demonstra alguma convergência entre o *habitus* de gênero destes militares e os valores democráticos da sociedade civil, apesar da tendência ao fechamento no universo ético militar, que foi demonstrada acima.

Outro exemplo da convergência do *habitus* de gênero e dos valores da sociedade mais ampla aparece, curiosamente, ao se referirem a um militar bastante citado, o general Heleno, quando enfatizam as suas habilidades de liderança, traduzida como capacidade de

Mulheres no Campo de Marte

persuasão e atitude de simplicidade e cordialidade no trato – atributos que não são intrinsecamente militares:

Ele é aquela pessoa que tem aquele tipo de liderança nata, ele é aquela pessoa que se conversar com você 10 minutos você acredita no que ele fala (...) se você não tem aquela opinião dele, ele consegue fazer você acreditar, ele tem esse dom da palavra. Ele é uma pessoa bem humilde e sabe falar. Quando trabalhei com ele, ele já era general de Exército e, eu, tenente, e ele tratava todo mundo bem, tenente, capitão, major, ele não era uma pessoa arrogante, ele era uma pessoa de fino trato. (Oficial superior de Material Bélico)

Diversos militares não reportaram nenhuma mulher admirável.
Por quê?

O discurso de gênero funciona por meio de silêncios e cesuras, sobre aquilo de que não se fala, que se omite, ou o que se situa no reverso da fala explícita:

É difícil falar assim como um exemplo... mulher na liderança. (Oficial superior de Material Bélico)

Em alguns casos, quando conseguiram se lembrar da pessoa, a recordação era tão pouco significativa que o militar não se lembrava sequer do nome da mulher.

Este fato demonstra o quanto, no imaginário profundo, as mulheres não estão relacionadas à vida pública, mas à vida privada, pois os militares preservam as formas de compreensão da vida social próprias da sociedade tradicional.

Houve quem citasse a princesa Diana, devido às suas atividades filantrópicas, por serem afins aos papéis sexuais tradicionais de esposa e mãe, baseadas no cuidado:

Uma mulher que seria importante não é de caráter esportivo, por exemplo, a princesa Diana, na parte de ajudar a comunidade carente, pela disposição que ela tinha (...) então ela é uma pessoa de referência, se você pensar. No meu caso, seria ela. (Oficial intermediário de Material Bélico)

Em outros casos, foram citadas mulheres que se destacaram na política nacional ou em países estrangeiros, como Angela Merckel e Margaret Thatcher, às quais foram sempre atribuídas características consideradas “masculinas” na sociedade como um todo, e, em especial, nas instituições militares, tais como a firmeza, a truculência e até o autoritarismo, utilizando alcunhas específicas, de domínio público, como “dama de ferro”:

Eu tenho a nossa antiga governadora do Rio Grande do Sul, a Ieda Cruz. Ela teve que fazer várias coisas que não eram politicamente corretas, não seria bom politicamente, até que vieram depois as consequências, que ela não se reelegeu, mas acertou

as contas do Rio Grande do Sul. Fez o que era certo pra deixar o estado numa saúde econômica, assim, melhor do que estava, só que pra isso ela se desgastou, teve que bater de frente com muita gente e veio a não dar continuidade àquilo que ela queria, se reeleger e continuar com seus planos de governo. (Oficial intermediário de Intendência)

Ela tomou posturas importantes, ocupou um cargo de primeiro-ministro num País forte, tomou várias posturas principalmente com relação à guerra das Malvinas. Não estou analisando historicamente a guerra das Malvinas (...) A população, uma época, ficou contra ela, é uma figura forte, tá entendendo? (Oficial intermediário de Cavalaria)

Neste caso, novamente, as mulheres são admiradas na medida em que aderem a um modelo masculino de atuação militar, presente, segundo esses militares, também no general Heleno e no general Mourão.

Este modelo comportamental “masculino” se manifesta na atitude militar de “sustentar posição” e de se contrapor à oposição da opinião pública e de grupos, não cedendo, não negociando.

Não manifestando, portanto, as habilidades de negociação política, que são, na verdade, imprescindíveis para o chefe de governo e de Estado nas sociedades democráticas contemporâneas, e mesmo para os militares no contexto de algumas formas de emprego, como as operações de “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO).

A ideia de valorizar as atitudes firmes, “de sustentar posição”, aplica-se também à presidente Dilma Rousseff, apontada por apenas um militar como mulher admirável, apesar de ser a primeira mulher presidente da República no País:

Ela, como presidente da República, apesar dela ter vários pontos negativos, ela me surpreendeu positivamente, durante os quatro anos de governo dela, apesar do que tem de errado hoje, eu acho que... se comparando com FHC (...) quando foi lançada a candidatura da Dilma, eu esperava que ela fosse uma testa de ferro do Lula, mas ela conseguiu se desvincular dessa imagem (...) ela conseguiu moralizar um pouco o governo, apesar de continuar a ter os problemas, ela está lá defendendo a linha de pensamento do PT e a continuar preservando o PT como partido político. (Oficial subalterno de Material Bélico)

O corpo feminino doente

Constata-se, na fala desses militares, a presença de um discurso médico inspirado no paradigma da chamada ciência positiva.

Essa concepção do saber científico apresenta pretensões de neutralidade e busca estabelecer um conhecimento empírico e quantificável, de compreensão objetiva do mundo.

Essa abordagem da ciência considera que se deve explicar perfeitamente o corpo feminino na base de qualidades e modulações da matéria a serem aferidas pela percepção e por

processos quantificadores de investigação sistemática. Estabelece também um novo perfil do perceptível e do enunciável, que descortina a doença e seus sintomas, realizando a

Definição de séries lineares de acontecimentos mórbidos (por oposição ao emaranhado de espécies nosológicas), articulação da doença com o organismo (desaparecimento das entidades mórbidas gerais que agrupavam os sintomas em uma figura lógica), em proveito de um estatuto local que situa o ser da doença, com suas causas e seus efeitos, em um espaço tridimensional. (Foucault, 2011: XVII)

Esta configuração discursiva da ciência positiva, que se encontra no discurso dos militares, se deve, com certeza, à influência de tradições seculares do pensamento positivista no Exército.

Foi Benjamin Constant quem interferiu ativamente na estruturação do currículo militar, introduzindo na escola militar de formação de oficiais as disciplinas humanísticas, no final do século XIX, mas com um enfoque iluminista, ainda à busca de regularidades na natureza e na história, emancipando-se a sociedade das explicações transcendentais do discurso moralista e religioso:

A história tinha suas leis, seu movimento predeterminado em fases bem definidas, mas a ação humana, especialmente a dos grandes homens, poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. Essa marcha, no caso brasileiro, passava pelo estabelecimento de uma república que garantisse a ordem material, entendida como incorporação do proletariado à sociedade, e a liberdade espiritual, isto é, a quebra dos monopólios da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião, a ciência. (Carvalho, 1990: 42)

À diferença do período marcado pela influência de Benjamin Constant, as concepções positivistas encontradas atualmente na instituição militar vinculam-se às ciências biológicas, que enquadram o feminino a partir de categorias da fisiologia, anatomia, ginecologia e educação física.

Estas se tornam as concepções que servem de base atualmente para a compreensão e para as práticas de sexualidade/gênero, sendo estruturadas em escolas militares que produzem doutrinas específicas nesta área, como a Escola de Educação Física do Exército (EseFEx).

Deste modo, os militares expressaram uma concepção da feminilidade e do corpo feminino como uma realidade determinada pelos aspectos biológicos, reduzindo, então, a mulher à natureza, de um modo que a incompatibiliza com o combate:

Se a gente for usar o Gênesis como referência, ela nunca foi colocada em questões de combate, não só por uma questão de força física. As questões fisiológicas, por exemplo, não é? O homem às vezes fica sem fazer a higiene dele correta em combate por cinco, seis, sete dias. Como vai ser isso para uma mulher? (...) Com certeza, a fisiologia dela vai cobrar dela isso. A mulher tem período de menarca, por exemplo.

Menarca, não, que é a primeira, mas de menstruação, que ela fica debilitada, inclusive, por questões hormonais e tudo, e o combate não escolhe a data e o período em que vai acontecer, não é? Então, a mulher tem a questão da gravidez que pode ocorrer também. E aí? Vai tirar um oficial da linha de frente porque ela ficou grávida? (Oficial intermediário de Infantaria)

A feminilidade manifesta-se na região genital, e é esta, precisamente, que a indis põe ao combate, como se constata na alusão frequente à infecção urinária:

“E aí muitas vezes vai ter infecção urinária. Vai ter problema.” (Oficial intermediário de Infantaria)

Deste modo, as especificidades físicas das mulheres são consideradas, invariavelmente, como fatores que as incompatibilizam para o combate.

Este aspecto inclui também a forma de realizar determinadas atividades fisiológicas, uma vez que os aspectos femininos são sempre interpretados a partir de indícios sugestivos de fragilidade física, que se opõem, em termos absolutos, ao valor da rusticidade, central na profissão militar, de suportar continuamente condições físicas e materiais adversas.

A rusticidade é vista como um atributo propriamente masculino:

No combate, a gente é levada a uma situação que foge completamente à normalidade e que a mulher... Ela tem desvantagens (...). Os caras fazendo marcha de meses, de anos. E aí, ela vai parar pra fazer xixi? Ela vai ter que parar pra fazer xixi e homem faz xixi, praticamente, andando. Um fato simples. Mostra toda a fragilidade que ela tem. Tem que tirar a calça. (Oficial intermediário de Infantaria)

Além da infecção urinária, são também evocadas as funções corporais relacionadas diretamente à maternidade como algo que torna as mulheres incompatíveis com a atividade do combate:

Ou seja, ela pode ser a campeã mundial do heptatlo, ela vai parar na questão fisiológica. E durante a menstruação dela? Ela vai conseguir reagir da mesma forma no estresse da coisa? É questão hormonal, é química. (Oficial intermediário de Infantaria)

Deste modo, a feminilidade é identificada à doença, nos discursos desses militares, por meio dos artifícios retóricos da naturalização do corpo, que é “saturado de sexualidade, pela qual este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas” (Foucault, 1988: 115).

Na verdade, o que se constata no discurso destes militares é a determinação das mulheres a partir do sexo/gênero, o que “permitiu agrupar”, de acordo com uma unidade artificial, de gênero, os elementos anatômicos, funções psicológicas, condutas, sensações e prazeres de um tipo de pessoa.

E este discurso considera essa unidade fictícia como princípio causal de um modo de ser e das doenças, “como anatomia e falha, como função e latência, como instinto e sentido, pode marcar a latência, pode marcar a linha de contato entre um saber sobre a sexualidade humana e as ciências biológicas de reprodução” (Foucault, 1988: 168).

Assim sendo, no âmbito das instituições militares, difundiu-se a convicção de uma feminilidade vista como falha, latência ou desvio, de uma mulher constantemente ameaçada de moléstias por causa das partes de seu organismo que remetem diretamente à feminilidade, as vias genitais e o aparelho urinário.

O gênero é aqui instituído como objeto de verdade, como dimensão determinante de um modo de ser essencial da mulher no sentido de que ela se reduz a ele e é identificada a ele, em termos absolutos.

Na verdade, essa ênfase negativa nos sinais e sintomas da feminilidade deve-se à presença, no âmbito da instituição militar, de um regime específico de sexualidade/gênero, que associa dispositivos específicos, e que agencia representações e práticas diversas.

Existe, nas instituições militares, o “dispositivo de comunhão”, que se assemelha ao dispositivo de aliança, que estabelece restrições ao pleno exercício da sexualidade/gênero ao casal heterossexual alicerçado sobre a instituição do casamento (Foucault, 1988: 168).

No Exército, o dispositivo da comunhão, facilmente reconhecível por qualquer militar, funciona no sentido de autorizar, de modo tácito, as práticas de convívio sexual no âmbito do círculo de pares, ou seja, entre indivíduos com *status* semelhante, de posto e patente iguais ou próximos, em termos de antiguidade.

No caso do Exército, existem vários círculos de pares: praças (cabo, soldado, sargento e subtenente), oficiais subalternos (aspirante, segundo tenente, primeiro tenente), oficiais intermediários (capitão), oficiais superiores (major, tenente-coronel) e oficiais generais.

O dispositivo de comunhão estabelece mais tolerância para os relacionamentos sexuais e amorosos entre membros do mesmo círculo de pares.

Mas esta relativa complacência convive com a rejeição geral ao universo erótico e sexual por parte da instituição militar, pois esta compartilha do regime de gestão das pulsões vigente na sociedade mais ampla a partir do século XVII, e que permaneceu até o início do século XX.

Este regime de gênero repudia as manifestações ostensivas da sexualidade, das sensações do corpo, determina o prescrito e o ilícito, segundo os vetores do corpo, do tempo ou do espaço, e instaura o “início das grandes proibições, imperativas da decência, esquiiva obrigatória do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem” (Foucault, 1988: 126).

Nessa perspectiva, as configurações discursivas da ciência positiva encontradas na fala dos militares são articuladas aos dispositivos da comunhão e da sexualidade. São emanações da vontade de saber e de poder, que fazem falar e colocam a sexualidade/gênero em discursos que circulam nos interstícios da instituição militar, gerando definições da essência da atividade militar relacionadas ao gênero.

E são estas configurações discursivas que estabelecem, de modo informal e formal, por meio de um regime de enunciados, as interdições e restrições relacionadas àquilo que as mulheres podem e devem fazer nas instituições militares.

Essas configurações discursivas se manifestam de modo muito mais ostensivo nas instituições militares do que nas civis, devido à natureza mais repressiva da instituição militar, que se caracteriza por ser uma instituição total, no dizer de Goffmann (2010), por instaurar mecanismos irradiantes de controle em um espaço relativamente fechado, homogêneo e isolado do mundo exterior.

Nas instituições militares, é ratificado também o discurso social de gênero, que reduz o corpo feminino ao corpo social através da afirmação da responsabilidade biológico-moral das mulheres, que tem estabelecido para o sexo feminino modelos díspares e complementares: a mãe, com a sua imagem em negativo da “mulher nervosa”, histérica.

À semelhança do que se realizou a partir do final do século XVII, quando o dispositivo de sexualidade “histerizou” o corpo da mulher, percebido como patológico, porque marcado pela responsabilidade biológico-moral da reprodução, ao qual foi reduzido, o corpo feminino também foi identificado no Exército a invariantes estruturais determinantes de desempenhos físicos incompatíveis com as demandas da instituição militar.

O corpo feminino é, então, considerado inapto porque marcado pelo determinismo biológico, que inviabiliza as mulheres às ações de combate.

Isto ocorre porque o paradigma é sempre o corpo masculino, considerado em contraponto positivo, como predestinado biologicamente ao esforço físico requerido.

Em síntese, o Exército estabelece o organismo biológico como o centro da feminilidade, por meio de um conjunto variado de configurações discursivas relacionadas com o corpo feminino.

Nestas, os atributos físicos femininos remetem diretamente às funções reprodutivas em nome das quais é rejeitada a inserção plena das mulheres em todos os quadros, armas, serviços e especialidades, como veremos adiante.

Mulheres não podem governar a instituição militar

É preciso chamar a atenção para o fato de que o discurso médico sobre a mulher, que realça, sobretudo, a sua maior fragilidade física, que a incompatibiliza com as armas de combate, relaciona-se diretamente com uma preocupação com um incremento de eficiência operacional.

Na verdade, esse discurso médico sobre a mulher, sintoma de um biopoder oriundo principalmente dos campos da medicina e da educação física, tinha como objetivo produzir corpos operacionais, em condições de luta e de higiene, para serem eficazes na atividade do combate.

Em conformidade com a tendência geral, que se impõe a partir do século XVII, e considerava a sexualidade/gênero como um problema social, político e econômico que demandava políticas de controle e regulação específicas, o corpo feminino e a sexualidade são percebidos na instituição militar como algo mais do que um organismo específico.

São um verdadeiro problema militar, algo que se relaciona com as necessidades de cumprimento da missão constitucional por comprometer ou ameaçar a eficiência no plano das operações militares, por prejudicar o exercício de alguns sistemas operacionais de combate propriamente dito, que definem, a bem dizer, a instituição do Exército, como a Infantaria e a Cavalaria:

Mulheres no Campo de Marte

ENTREVISTADOR: justamente (...) Como vai ficar essa Infantaria com a mulher lá? O que visualizam?

ENTREVISTADO 1: Vão acabar criando limites funcionais. Ela vai ser de Infantaria, mas não vai poder participar de determinadas atividades. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 2: Não vai poder participar de certas coisas ou o número vai ser incipiente. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: Vai ser uma Infantaria manca? Uma Infantaria com o pé manco?

ENTREVISTADO 2: Vai ser uma infante pra algumas atividades e pra outras, não. (Oficial intermediário de Infantaria)

Nessa perspectiva, a inserção da mulher pode comprometer o exercício da liderança, considerada fundamental para o exercício da atividade profissional de risco, e que define a profissão militar:

ENTREVISTADOR: Isso vai gerar diferença de tratamentos pelos outros militares, será?

ENTREVISTADO 2: Principalmente, pelo subordinado. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: Vai afetar a liderança, então.

ENTREVISTADO 2: Com certeza. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 1: Com certeza. (Oficial intermediário de Infantaria)

Levanta-se, inclusive, a possibilidade da inserção da mulher ameaçar a existência da própria instituição militar, baseada nos pilares da hierarquia e da disciplina, pelo fato de que a mulher não pode impor a sua autoridade:

ENTREVISTADOR: E o resto da cultura militar, seria alterada pela presença da mulher, em geral, nessas duas, e depois, nas quatro armas? Hierarquia e disciplina, afetaria?

ENTREVISTADO 2: Pelo que a gente vê no dia a dia, eu acho que não. Quando você vê uma tenente-médica no batalhão não tem nenhum problema disciplinar no batalhão em relação à autoridade dela como tenente, por ela ser médica. O problema surge com a questão funcional. Agora, ela é tenente e é médica, todo mundo respeita a autoridade dela. Eu nunca vi ter problemas. Não imagino que teria. Agora, eu penso que surgiria problema se colocasse uma tenente de Infantaria pra comandar um pelotão e ela não conseguir comandar o pelotão. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: Aí sim.

ENTREVISTADO 2: Seria fruto da incapacidade dela de exercer a função. A gente vê acontecer. (Oficial intermediário de Infantaria)

O gênero é, portanto, um “poder causal inesgotável e polimorfo” (Foucault, 2003: 75). Algo que pode provocar fissuras ou rupturas nas fundações da instituição militar.

Este discurso médico, que demarca o gênero e estabelece as suas implicações para a atividade militar, também repercute no que se diz sobre o Treinamento Físico Militar (TFM).⁴⁷

O TFM é apresentado como uma operação rigorosamente equalizadora, embora estruturada em conformidade com as características biológicas masculinas:

Eu vejo o TFM como uma ferramenta pra gente alcançar nosso objetivo. Então, por que o corpo? Porque eu tenho que ter a habilidade e meu corpo tem que estar em condições de executar as atividades quando em combate. Se a mulher vai ter que executar a mesma atividade que a gente, ela tem que ter essa habilidade. (Oficial intermediário de Infantaria)

Você andar com mochila nas costas pra fazer um combate na localidade, o peso que a gente carrega faz mal à saúde. Então, o objetivo do treinamento físico militar é colocar você numa situação física que você tenha condição de executar a atividade militar sem prejudicar a saúde. Então, se ela vai desenvolver a mesma atividade militar do homem, se ela tem que carregar o mesmo peso, pra preservar a saúde dela, ela vai ter que ter um treinamento físico militar muito parecido. (Oficial intermediário de Infantaria)

Se a gente colocar de uma forma geral, a capacidade física feminina é menor que a capacidade física masculina. Porém, isso é questão de treinamento. Os índices têm que ser ajustados. Existe o centro de capacitação física do Exército pra fazer essas análises. Acredito eu que vai ser um problema futuro pra avaliação, porque a gente não pode criar uma tabela de feminino/masculino diferente, porque é complicado isso. Mas o treinamento e a capacidade do que a mulher pode fazer são os mesmos do homem, tanto que hoje em dia tem mulher que sai paraquedista, mulher que faz guerra na selva, tendo em vista a capacidade física dela, que é excelente também. (Oficial intermediário de Intendência)

Mesmo quando confrontados com a intenção de submeter organismos diferentes a treinamentos idênticos, uma vez que sempre partem da ideia de que o homem e a mulher devem ser tratados da mesma forma, exprimem constantemente o ponto de vista de que as mulheres são diferentes, e, inclusive, inferiores aos homens.

Este segundo ponto de vista, constantemente exteriorizado, deveria levar à defesa de um TFM diferenciado, no intuito de obter resultados idênticos.

Mas não: as diferenças são ignoradas, porque se obedece ao *ethos* da isonomia, o que, na verdade, esconde o primado e a absolutização do corpo masculino sobre o corpo feminino, que é negado em sua identidade e alteridade:

ENTREVISTADOR: Me parece que o senhor quis dizer o seguinte: ela tem que chegar naquela mesma meta do homem. Agora, não sei, só os especialistas podem dizer, se o treinamento é igual. Porque ela não é igual, então.

⁴⁷ O TFM é a prática de educação física regular desenvolvida nas organizações militares do EB.

Mulheres no Campo de Marte

ENTREVISTADO 1: Não sei. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: Pode ser que ela tenha que fazer mais esforço.

ENTREVISTADO 1: Talvez, dependendo, até mais esforço. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: Aí, é o contrário do que o senhor tá dizendo. Não seria igual, seria pior pra ela. O que é, na verdade, é um treinamento, pelo que entendi, a lógica dele. É um treinamento compensatório, pra pessoa ir além do normal, eu entendo.

Os entrevistados aí claramente se esquivam de admitir as implicações flexibilizadoras das premissas de que partem: consideram que são corpos absolutamente distintos, e com desempenhos diferentes, em termos de performance profissional, mas negam a possibilidade de que as mulheres possam atingir, enquanto indivíduos biológicos, diferenciados dos homens, os desempenhos adequados à instituição militar a partir de atividades físicas de natureza compensatória.

Em alguns casos, o enfoque determinista em relação ao desempenho físico é revisto também para os homens, considerados em suas especificidades e em sua pertença a uma geração não afeita à atividade física, em um discurso que rompe com as hierarquias estabelecidas entre homens, sempre capazes fisicamente, enquanto as mulheres são sempre incapazes:

Mesmo os cadetes do segmento masculino não chegam aqui já aptos a atingir aquele índice. Um índice com base científica nas atividades de campo, nas atividades de educação física foi estabelecido um índice com critérios científicos. Mas a gente pega um jovem numa sociedade e que muitas vezes não tem costume de fazer barba, não tem costume de correr naquela intensidade que a gente corre aqui e, paulatinamente, eles vão sendo condicionados até atingir aquele índice. E a mesma coisa vai acontecer com as mulheres. Só precisa ter um estudo científico pra que a gente não possa tá cobrando demais algo impossível. E depois ter reflexos a longo prazo na saúde da combatente. (Oficial intermediário de Intendência)

Em alguns militares, existe a crença de que as mulheres possam executar as mesmas atividades físicas que os homens, o que inclui os exercícios de campanha, a partir de uma convicção em aspectos psicológicos específicos da mulher, como a força de vontade:

Eu acho que a mulher vez por outra ela é mais guerreira, ela quer mais, não abaixa por pouca coisa, eu tive a oportunidade lá em Livramento de também formar sargentos técnicas- temporárias. Elas ficavam no esquadrão quando nós fizemos o campo básico, e fizeram todas as atividades do campo básico e no retorno, é uma marcha um tanto ou quanto desgastante, foi uma semana inteira. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Apesar deste ponto de vista, predomina o discurso que contesta a possibilidade de inserção da mulher no combate, em especial, nas chamadas armas de combate, a Infantaria e a Cavalaria:

Eu falo na Infantaria, porque o objetivo da Infantaria é o objetivo de combate, o corpo a corpo. O homem, por mais tecnologia que se tenha, vai ter que ter uma Infantaria, pra conquistar o terreno e conquistar o terreno é você entrar no combate de corpo a corpo. É a filosofia da Infantaria. É essência da Infantaria, isso. Então se colocar uma mulher lá, você pode colocar uma mulher pra sair no jornal. Você vai colocar a mulher, porque a sociedade cobra. Você vai botar uma mulher porque, sei lá, mostra que o Exército não é preconceituoso. Por qualquer coisa. Mas, taticamente, não é? É melhor você ter no combate um homem do que uma mulher. Uma questão fisiológica, não é porque a mulher é inferior. Questão fisiológica. Eu consigo levantar 50kg e uma mulher da minha estatura não vai conseguir levantar isso. (Oficial intermediário de Infantaria)

É preciso relembrar o fato de que o discurso da sexualidade/gênero do feminino e do masculino se relaciona às estruturas de poder da instituição militar e do campo militar, que conferem capital simbólico maior, no dizer de Pierre Bourdieu, às duas armas de combate, Infantaria e Cavalaria, a que se segue a Artilharia, que conseguem atingir os mais altos postos de comando, a saber, de general de Brigada, Divisão e de Exército, sendo que as duas primeiras detêm o maior número de vagas.

Além disso, a posição hegemônica das armas de combate nos altos postos de comando determina a sua primazia na determinação dos rumos da instituição e das políticas da Força Terrestre, em detrimento dos quadros, armas e serviços de apoio, como Comunicações, Intendência e Material Bélico.

Ou seja, o *habitus* de gênero dos militares entrevistados revela o conflito, no campo militar, entre as armas, quadros e serviços da linha bélica, em torno do exercício do poder efetivo e simbólico na instituição militar, que é inseparável “das localizações estratégicas, dos lugares a defender e conquistar em um campo de lutas” (Bourdieu, 2011: 229).

Nessa arena de lutas, as atividades típicas dos militares das armas de combate que definem a instituição militar são a educação física, o pentatlo militar, a marcha para o combate, o exercício de tiro e os exercícios no terreno.

Estas atividades são consideradas mais importantes do que as atividades de preparação técnico-doutrinária.

As lutas simbólicas que se manifestam no interior da instituição militar se apresentam como uma disputa entre militares operacionais e militares técnicos ou burocratas, nos quais a distinção é conferida ao estilo de vida mais guerreiro e marcial, a um cotidiano de adestramento, treinamento físico, atletismo e à realização de cursos operacionais.

Essas atividades de preparação física e de adestramento nas técnicas militares e nos exercícios de campanha são extremamente valorizadas.

São desenvolvidas inicialmente nas escolas de preparação profissional e se materializam nas insígnias específicas que são entregues aos concluintes em cerimônias extensas e pomposas – ritos de validação de um capital simbólico.

As insígnias dos cursos são alcançadas por mérito pessoal, após suportar sofrimentos físicos e morais.

Por esta razão, os cursos chamados operacionais, como o Curso de Comandos⁴⁸ e o de Guerra nas Selvas,⁴⁹ desfrutaram de uma grande mística.

Estes cursos estabelecem a superioridade dos militares operacionais sobre os técnicos, reproduzindo as hierarquias que foram produzidas na instituição militar como um todo.

A valorização maior das atividades operacionais relaciona-se com as formas dominantes de gerir a guerra e estabelece estratificações que não são racionais, mas simbólicas, semi-inconscientes, “hierarquias que não são vivenciadas como puramente técnicas, portanto, parciais e unilaterais, mas como hierarquias totais, baseadas na natureza, levando, assim, a edificar o valor social com o ‘valor pessoal’ e as dignidades escolares com a dignidade humana” (Bourdieu, 2011: 636).

Em síntese, o *habitus* destes militares, homens da linha bélica das armas de combate (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) e especialidades correlatas, domina efetivamente a instituição militar, em detrimento dos quadros e serviços de apoio e suporte técnico.

Este fato produz efeitos de domínio de uns sobre outros.

Sendo assim, a opinião de gênero, manifestada no discurso dos militares como um tipo específico de opinião política, não é um fato isolado e sem importância, mas produz efeitos institucionais mais amplos, pois não é “um julgamento puro nem puramente informativo, capaz de se impor pela força intrínseca de sua verdade, mas uma ideia-força contendo uma pretensão tanto maior a se realizar, pela passagem ao ato, quanto mais numeroso e potente é o grupo que ela mobiliza por sua eficácia propriamente simbólica (Bourdieu, 2011: 387).

Armas “masculinas” versus quadros e serviços “femininos”

Embora elaboradas no interior das instituições militares, as opiniões de gênero destes militares são relacionadas, como não poderia deixar de ser, ao regime de gênero ainda vigente na sociedade brasileira, de tradição patriarcal.

Para estes militares, as armas de combate representam o polo masculino enquanto as armas, quadros e serviços de apoio representam o polo feminino, ao qual seriam circunscritas as mulheres.

São contrapostas as atividades técnicas, “feminilizadas”, porque marcadas pela atividade intelectual, às atividades do combate, caracterizadas pela atividade física, pelo treinamento para o combate, que são consideradas essencialmente masculinas ou “viris”.

Este ponto de vista não é atual. Ao contrário, enraíza-se em antigas tradições das instituições militares.

Desde a Antiguidade, foram desenvolvidos modelos sucessivos de virilidade nas escolas militares: primeiramente, havia o paradigma cavaleiresco, baseado na ostentação alimentar, no esbanjamento material, no esmero na equitação, então considerada como uma “arte do amor”; e no emprego da força na lança e no ferro.

Depois, foi estruturado um modelo de virilidade que era mais racional e técnico, que gerou uma maior contenção das pulsões. Foi difundido após o século XVII e preconizava

48 O Curso de Comandos é uma especialização militar que prepara para atuação no contexto das forças especiais, na guerra irregular, nas chamadas operações não convencionais.

49 O Curso de Guerra nas Selvas é uma especialização militar que prepara para as operações em ambiente de selva.

as técnicas de esgrima, na qual os militares “liberaram a temeridade do registro do instinto para direcioná-lo para o registro do cálculo” (Drevillon, 2013: 345).

Mas o modelo que chegou até nós e que reconhecemos nos discursos dos militares, nas entrelinhas e no discurso explícito, foi criado ao longo do século XIX, quando a caserna se tornou um espaço exclusivamente masculino.

Esse modelo militar-viril foi associado aos mitos nacionalistas, nascidos de uma época de triunfo dos Estados nacionais e das práticas imperialistas, a reboque de uma grande mobilização de recrutas.

Ele exprime os aspectos principais da imagem de homem do século XIX, “que havia ligado de maneira cada vez mais estreita o referente viril ao *ethos* guerreiro das sociedades ocidentais” (Bertaud, 2013: 503).

Na verdade, o *habitus* de gênero dos militares entrevistados se baseia na imagem de homem que proveio, em parte, deste modelo de virilidade.

Este modelo de virilidade fora extrapolado para a sociedade civil, no passado, determinando o que os homens, em geral, deveriam ser, mesmo que não fossem militares, devido à conscrição militar, que os obrigava a se alistar nas Forças Armadas aos 18 anos.⁵⁰

Nesse modelo militar-viril, ainda presente nas escolas militares hoje, embora de modo atenuado, “a morte, o sacrifício e a Pátria formavam agora uma tríade que permanecia como a primeira prova de virilidade” (Bertaud, 2013: 504).

No entanto, este modelo foi afetado duramente a partir da Primeira Guerra Mundial – que humilhou o combatente viril, que havia combatido até ali em pé, com uniformes chamativos, procurando valorizar o corpo masculino, ao som de fanfarras, uma vez que este não podia mais ficar de pé, de corpo ereto.⁵¹

A guerra do século XX, com conflitos como o do Vietnã, difundiu ainda mais a imagem do soldado humilhado, sujeito aos ataques da mídia e da opinião pública e dos intelectuais pacifistas, impotente diante da situação, sem condições de se contrapor às circunstâncias.

Este combatente foi então “desvirilizado”, isto é, transformado em um soldado de corpo mutilado, humilhado, profanado – reduzido em sua masculinidade:

O soldado moderno é um combatente humilhado – humilhado em seu corpo – e que confessou a sua humilhação: a visão dos músculos rasgados e dos cérebros espalhados sobre o chão nos deixava doentes, escreve, por exemplo, um antigo tenente dos marines, pouco tempo após a Guerra do Vietnã, antes de acrescentar: “é pavoroso constatar que o corpo humano, onde se vê o assento terrestre de uma alma imortal, que alimentamos, que cuidamos, que ornamos, com tanto zelo, não passa de um envelope

50 A masculinidade de que se fala consiste, na verdade, em virilidade, ou seja, em “princípios do comportamento e de ações, designando, no Ocidente (...) aquele que representa, da melhor maneira possível, ou maxime, o masculino.” A virilidade não é, portanto, uma qualidade invariável do sexo, mas um constructo cultural que atribui determinadas qualidades e que muda, em conformidade com o contexto (Vigarelli, 2013: 11).

51 “Ao tropismo do corpo ereto sucede aquele do corpo ‘reclinado’, não tendo os soldados outra solução diante do muro de metal criado pelo armamento moderno, senão se lançar ao chão e de aí se enroscar, durante horas, às vezes” (Bertaud, 2013: 505).

frágil cheio de matérias repugnantes”. O corpo humano? O corpo masculino, o corpo do guerreiro: é antes assim que se deve compreender. (Audain-Rouzeau, 2013: 242)

Apesar do impacto da evolução da guerra e da crise da cultura, que derrubou os mitos nacionalistas, o modelo militar-viril sobreviveu, materializando-se nos dispositivos de socialização militar do treinamento e do adestramento militar, que ainda ensinam que o *habitus* viril se relaciona estreitamente com o exercício da resistência física e da força.

Deste modo, as qualidades intelectuais não definem o guerreiro nem o homem.⁵²

A evolução do modelo militar-viril, descrita acima, demonstra o quanto as propriedades corporais, a saber, o corpo adestrado do combatente, são inscritas num sistema de classificação de gênero que provém também do campo militar, recebendo “um valor proporcionado à posição de seus possuidores na estrutura da distribuição das propriedades fundamentais” (Bourdieu, 2011: 183).

Nesta perspectiva, após quase cem anos de evolução dos sistemas de ensino militar no EB, vem sendo substituído o ideal do engenheiro e do bacharel pela figura do “tarimbeiro” ou combatente rústico, que emergiu após a Guerra do Paraguai. Os atributos físicos mais valorizados são então a capacidade física, a hígidez e a resistência, próprias das armas de combate.

São as qualidades que definem atualmente o ser militar.

Ou seja, o *habitus* de gênero, que expressa o que é o feminino e o masculino no plano linguístico, relaciona-se estreitamente às outras dimensões de relação dos militares com o mundo, com os outros, com o próprio corpo e com uma forma específica de compreensão da atividade militar.

O *habitus* de gênero se evidencia, então, na construção imaginária de um corpo militar caracterizado pela força e destreza, pela busca incansável de uma inviolabilidade em face da possibilidade da morte, que é atribuída ao homem combatente, que é interdito às mulheres.

Deste modo, são também relativamente excluídas, junto com as mulheres, no plano simbólico, as armas, quadros e serviços de natureza técnica, de apoio, que são “inferiorizadas” e “feminilizadas”, em relação à atividade definidora do guerreiro.

A feminilização das categorias profissionais mais inferiorizadas em um determinado campo profissional não aconteceu somente no EB. É um fenômeno do mundo do trabalho civil.

A participação feminina foi mais significativa em empregos com menor valorização e *status*, e em funções subalternas, “sendo majoritária em todos os setores de atividades cuja remuneração está estipulada em até dois salários mínimos e de modo inverso à medida que os valores vão se elevando” (Nogueira, 2004: 71).

As relações de poder existentes na própria instituição, com suas hierarquias e estratificações, entrelaçam-se às relações de gênero, que funcionam “não como importação de atributos (em termos de modo de ação e orientação distintiva), trazidos de fora para dentro das organizações, mas como relações corporificadas nas propriedades das organizações e atravessadas pelas lutas de poder” (Nogueira, 2004: 40).

52 “Lembremos aqui da dimensão fortemente sexuada da cerimônia de atribuição do diploma de paraquedista durante a Guerra da Argélia. Ao primeiro comando – ‘de joelhos, as bichinhas!’, sucedia-se, para aqueles que haviam alcançado o desafio, um ‘de pé, os homens!’ **Que dispensa comentários**” (Audain-Rouzeau, 2013: 248).

Deste modo, a instituição militar tornou-se um espaço político fraturado, ao longo do século XX, dividido entre duas formas de poder, o polo técnico e o operacional, com a supremacia deste último, estabelecendo o feminino e o masculino como duas visões antagonistas de mundo, dois mundos, duas representações de excelência humana que estão confinadas nesta matriz” (Bourdieu, 1988: 189).

Esta dicotomia é própria de um modelo platônico invertido que opõe feminino e masculino, com base numa espécie de hierarquia de capacidades e faculdades, que concede a superioridade às atividades físicas e a subalternidade institucional às atividades intelectuais.

Este aspecto do *habitus* de gênero legitima a posição de hegemonia das armas de combate que foi construída gradualmente no EB, ao longo de sua história.

Identifica-se a profissão militar à atividade física e ao treinamento para o combate, menosprezando-se e considerando nociva a formação intelectual para a preparação do soldado.

Confrontam-se aqui, então, dois modelos de soldado, e a mulher é assimilada ao modelo negativo e inferior do soldado bacharel, que não é dignificado pela luta, pelo confronto físico, pelo “olhar no olho do inimigo”.

É recusado às mulheres, então assimiladas como “técnicas”, o polo fraco do campo militar, as possibilidades de posse de um bem cultural valorizado institucionalmente, a saber, o preparo físico adequado para o desempenho das atividades operacionais.

Esta atitude dos homens militares se deve ao fato de que a distribuição do bem cultural ameaçaria a distinção dos antigos detentores, por diminuir a sua raridade, uma vez que a simples alteração de distribuição, entre as classes, de um bem ou de uma prática social, tem como resultado a diminuição de sua raridade e valor.

Por essa razão, os militares propõem que as mulheres devem ser inseridas somente em armas, quadros e serviços de natureza técnica, sendo atribuídos aspectos negativos aos sistemas operacionais de apoio, em que mesmo o corpo masculino dos homens das Armas, quadros e serviços de Comunicações, Intendência e Material Bélico, é relativamente negado, feminilizado e excluído da situação de combate:

ENTREVISTADO 1: Intendência e Material Bélico (...) essas atividades não exigem tanto o físico, né? (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 2: Acho que Comunicações poderia ter entrado. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: Comunicações poderia ter entrado junto. Mas o senhor sabe que esse povo vai à guerra junto com as armas de combate, né? Faz diferença mesmo? (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 2: Nossa! Completamente. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 1: As funções são diferentes. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 2: As funções dentro do combate são completamente diferentes. (Oficial intermediário de Infantaria)

São admitidas, mais frequentemente, as mulheres nas armas, quadros e serviços de natureza técnica:

Mulheres no Campo de Marte

Na Infantaria não teria condições. A Cavalaria, com restrições. As outras quatro, poderia (Artilharia, Comunicações, Material Bélico e Intendência). (Oficial intermediário de Infantaria)

Outro entrevistado tem um ponto de vista diferente:

Tirando a Infantaria e a Cavalaria, ali que são atividades bem na linha de frente, as outras, eu acredito que poderiam entrar em todas as áreas. (Oficial subalterno de Intendência)

E mesmo assim, alguns consideram que a inserção das mulheres deve ser lenta e gradual:

Eu acho que [o processo de inserção] tem que ser gradativo. (Oficial intermediário de Infantaria)

Apesar de a maioria dos militares rejeitarem a inserção plena da mulher em todos os quadros, armas e serviços, há quem afirme o contrário:

Tudo depende da adequação. Até dá pra entrar, no caso de todas as outras armas, daria tranquilamente. Porque a atividade talvez venha a ser compatível com o que pode, então poderia tratar tudo de uma vez, adequando todas as instalações, preparando tudo, o quadro de militares. Não vejo problema nenhum. (Oficial intermediário de Intendência)

Nessa perspectiva, há alguns que aceitam o exercício da chefia e liderança pelas mulheres em atividades operacionais, fato que se baseia em um discurso racional-legal que abstrai os aspectos singulares das pessoas:

Eu acho que não existe você ser comandado por uma mulher. Você é comandado pelo seu superior, por um major ou por um coronel, independente do gênero (...) você é comandado pela patente, ao mesmo tempo, que você presta continência ao posto e não à pessoa, seja homem, mulher, homossexual, transexual ou seja lá qual for a opção sexual que cada pessoa tem, se ela tem uma postura profissional no momento que ela entra no trabalho acabou o seu gênero ou sua opção sexual. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Apesar deste ponto de vista, os militares aceitam mais facilmente o exercício da autoridade de chefia e liderança quando fundamentada no conhecimento técnico, próprio do trabalho administrativo. Eles relutam em aceitar a chefia/liderança relacionada à atividade operacional, um aspecto que se torna problemático na aceitação da inserção das mulheres na linha bélica:

A situação nossa aqui, o nosso comando, digamos assim, capitão aperfeiçoado já, a gente já tá quase saindo major, é mais uma questão gerencial. Então a situação do

comando de uma mulher, ela é um comando administrativo, é fácil de assimilar dependendo da competente que a gente estiver comandando. (Oficial intermediário de Infantaria)

Na situação da mulher, o que seria uma situação de comando, combatente, comandando soldados aí envolve outras coisas que aí, com certeza, eu imagino que vá dar diferença entre homem e mulher, uma diferença cultural que daí não é do Exército, né? É do brasileiro. (Oficial intermediário de Infantaria)

A gente trabalha, por exemplo, com um poder de referência, que é o exemplo. A mulher, ela vai conseguir em todas as atividades peculiares da vida militar de Infantaria dar o exemplo pro soldado pra ter base de poder de referência? Exatamente. Então tem algumas limitações que ela teria pra exercício no efetivo com homens numa situação de combate. Que não é uma situação agora nossa, já velho, que é uma coisa mais administrativa mesmo, somos combatentes, que não existe, né? (Oficial intermediário de Infantaria)

A razão da aceitação do comando no nível técnico se justifica porque não existe um comando de fato, mas apenas de direito, pois não é a atividade técnica que define a essência da identidade militar, mas a ação operacional.

O comando é valorizado de modo superlativo, imbuído, na verdade, de uma espécie de mística:

O comandante é a representação máxima e absoluta da hierarquia e do prestígio militar. Nele converge toda a força que estrutura e organiza a Unidade. A hierarquia existente e manifestada nas relações de todos os militares entre si encontra seu respaldo e sua legitimidade na figura do comandante. Figura única e isolada que não se insere ou participa de nenhum contexto por estar posicionada sobre a totalidade das relações, controlando-as, se não pessoalmente, por sua vontade abstrata, sempre presente, lembrada e alegada em todos os contextos. (Santos, 2012)

A vida cotidiana da caserna se organiza em torno de rituais de comando, mesmo rotineiros, de que participam todos ou quase todos os militares. Um exemplo destes rituais são os encontros diários na chamada “roda de oficiais”, em meia-lua.

Nas instituições militares, tudo converge em direção à figura do comandante, que assim regula concepções, ações e sentimentos dos subordinados, a despeito da sua própria vontade, uma vez que todos agem em conformidade tácita com ele, “alinhando-se com o mais antigo”.

O comandante exerce, então, um tipo de exercício do poder carismático, apesar das aparências em contrário, pois cumpre mais as suas atribuições funcionais.⁵³

53 Carisma é a convicção coletiva em um atributo pessoal extraordinário de uma pessoa ou um conjunto de pessoas, vinculada a um conjunto de qualidades morais, intelectuais e/ou físicas que pode se manifestar em heróis de guerra, líderes políticos ou religiosos (Weber, 1982: 158-159).

Mulheres no Campo de Marte

Em razão da mística do comando, os militares, em sua maioria, relutam em atribuir a chefia propriamente militar a uma mulher, porque a percebem desempenhando ainda os papéis sexuais tradicionais mais ligados à vida privada: mãe, parceira sexual, esposa e cuidadora.

Também por esta razão, as próprias mulheres evitam assumir as responsabilidades e atribuições do comando em atividades militares:

Teve missões que eu fui que tinha uma capitão, era até uma missão mesmo operacional, que ela tava lá nessa parte de ASSIS, ela era chefe. E não teve problema nenhum. Já tive também problemas. Que era uma tenente, como eu era, também, tenente, como eu era o mais antigo, mas ela não queria assumir a função de comando, acabava que eu assumia. Ela não queria assumir porque “ah, não sou capaz,” “ah não sei, vocês que são de carreira, é melhor vocês,” e eu acabava assumindo. (Oficial intermediário de Intendência)

As restrições e o ceticismo em relação ao exercício do comando de mulheres em atividades militares são atenuados quando existe um parentesco da mulher com um militar da linha bélica, o que, de certa forma, “masculiniza” a mulher, por apresentar uma relação de coparticipação em qualidades afins ao universo militar masculino.

Até porque o parentesco dela... Ela era esposa de um ex-militar, então ele passava orientações, então ela sabia se portar de uma maneira correta para esse tipo de situação. (Oficial intermediário de Intendência)

Estes atributos seriam vedados às mulheres, sem possibilidades de iniciação por um parente militar.

É preferível aceitar um homem inapto a apresentar o poder de referência das armas de combate por uma extrema incapacidade física ou por aspectos comportamentais do que aceitar uma mulher com desempenho físico excepcional, que deveria, em tese, “emancipá-la da sua condição de mulher”, incompatível com a atividade militar propriamente dita, como se percebe claramente no excerto abaixo:

ENTREVISTADOR: Quando a gente vê um homem gordo pra caramba na Infantaria, é ruim. Ele não consegue comandar o pelotão dele.

ENTREVISTADO 1: Tem gordo que consegue comandar. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: Tem gordo e tem gordo, né? A verdade é essa.

ENTREVISTADO 2: Também tem magro que não comanda. Tem algumas limitações de comando. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: Por exemplo, o cara gago. O cara gago é brabo.

ENTREVISTADO 1: Tem mais dificuldade. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADO 2: Se você tem uma formatura todo dia e você tem que ouvir todo dia os avisos de um comandante de companhia gago. Ele pode conseguir co-

mandar? Pode, se ele tiver outras coisas que compensem essa limitação, mas é difícil. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: Aí, nesse caso, funciona como limitações tão ou mais graves do que o gênero, né? O cara gago, o cara gordo...

ENTREVISTADO 1: É, é uma questão de atividade, realmente. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: Uma atleta olímpica, ela consegue fazer qualquer coisa na Infantaria. Uma mulher, uma atleta olímpica...Uma mulher dessa não tem nem menstruação.

ENTREVISTADO 1: Uma atleta olímpica, na Infantaria, ela poderia até correr mais do que eu. Ela poderia até atirar melhor do que eu. Mas, no combate, nós somos levados a situações em que o fato dela ser mulher vai causar um prejuízo muito grande. Quer dizer... Guerra na selva. Pô, na guerra na selva, nós estamos em ambiente úmido, molhado, o tempo todo. Dependendo da situação, você não vai tomar banho, não vai trocar de roupa. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: Ou seja, infecção urinária.

A menção aos aspectos fisiológicos confirma o quanto o *habitus* de gênero repousa na defesa de um tipo específico de discurso médico pelos militares, como já vimos.

Não há mulheres na guerra convencional

Há ainda aspectos propriamente militares envolvidos na questão de gênero nas Forças Armadas.

A construção de um discurso sobre a mulher no âmbito de um saber médico e sua assimilação às armas, quadros e serviços técnicos, que são menos valorizados na instituição militar, que desfrutam de menor poder simbólico, manifesta um modo específico de pensamento doutrinário.

Uma visão doutrinária que se recusa a pensar o EB na perspectiva das novas hipóteses de emprego e do avanço tecnológico atual.

O regime de gêneros se entrelaça aqui a uma compreensão da atividade militar redutora e anacrônica, e a uma recusa inconsciente de aceitação das novas hipóteses de emprego que definem melhor a instituição militar no mundo contemporâneo, quando reconhece apenas a realidade do combate convencional:

E a questão das missões de paz, os locais que têm missão de paz são muito precários. Então, a gente falar de Haiti hoje, tá acabando a missão de paz. Se for pegar os primeiros contingentes, até o sexto contingente, que foi ali com o marco do “final da violência”, era uma situação que a gente vê que não tem nada a ver com o que a gente vê hoje. Os primeiros contingentes eram corpos na rua, porcos comendo corpos na rua (...). Aí, quando chega no sétimo e oitavo contingente, isso já não é mais fator de estresse. Na verdade, porque não existe mais. Então, missão de paz não é tranquilo. (Oficial intermediário de Infantaria)

Acontece o mesmo com as operações de segurança pública, que se aproximam de outra hipótese de emprego atual, as operações de GLO, que são avaliadas à luz do combate convencional, sendo reduzidas e igualadas a ele.

O combate convencional continua como a referência para a atividade militar apesar de a última guerra convencional em que atuou o EB ter acontecido há 60 anos, a Segunda Guerra Mundial:

Mas a questão policial é menos problemática que o combate. Questão policial é muito menos problemática, porque ela tem um turno de trabalho e o combate é contínuo, indeterminado. Se você acionar ela, e ela tiver com alguma coisa, ela não vai. Simplesmente, não vai. É tranquilo, isso. Substituo ela. No combate, não, vai tá isolado. É tranquilo. Policial é tranquilo. Agora, no combate, não (...) Pode ter mulher no Bope, ela pode ser uma *snniper*, ela pode ser campeã olímpica no mundial. Ela vai acertar o tiro, ela vai conseguir calcular toda parte técnica. Ela pode até ser, mas é uma função limitada. Pode. Ela pode atirar melhor que qualquer atirador de *snniper* do mundo. Fica complicado. (Oficial intermediário de Infantaria)

Em suma, a dificuldade em aceitar as novas formas de emprego militar se associa a um *habitus* de gênero que se caracteriza por ter uma atitude desfavorável à inserção plena da mulher na linha bélica.

Este fato não é exclusivo da Força Terrestre, e reproduz aspectos típicos do processo de inserção da mulher nas polícias militares.

A rejeição à inserção da mulher foi associada à defesa de uma forma de atuação policial que tem sido contestada no contexto do Estado Democrático de Direito, em que a polícia é instada a realizar algo mais do que simples ações repressivas.

A concepção atual de atividade policial afasta a polícia das formas de atuação militar do Exército, que a formataram nas últimas décadas:

Aqui, prevalece ainda a cultura policial tradicional, de viés bélico, com foco quase exclusivo na ação reativa e repressiva, com baixíssimo investimento em inteligência, pouco ou nenhum treinamento dos agentes do ponto de vista das técnicas de mediação de conflitos, pouca ou nenhuma ênfase no uso comedido da força e de autoridade, pouca ou nenhuma preocupação com a legalidade e a legitimidade do trabalho da polícia. (Soares, 2005: 82)

Esta rejeição da inserção da mulher nas atividades de policiamento de rua pode ter sido favorecida pelo próprio modelo de inserção feminina das polícias militares do País, que foi gradual e em pequena escala (como está sendo o do Exército).

Este modelo se caracteriza pela inserção das mulheres nas atividades preventivas, que não definiam, na época, como não definem ainda hoje, a essência da identidade policial, pois são caracterizadas pelo caráter educativo e pelas estratégias de negociação e persuasão.

Apesar disso, as atividades preventivas não são valorizadas:

Neste contexto, as atividades cotidianas de preservação da ordem pública, embora ocupem grande parte do tempo e dos recursos da polícia militar, não gozam do mesmo *status* que as ações repressivas, sendo muito pouco valorizadas, inclusive para efeito de avaliação de desempenho dos batalhões e dos policiais individualmente. (Soares, 2005: 82)

Desta forma, as mulheres, desde o início, teriam desempenhado cargos e funções relacionados ao policiamento de trânsito e de terminais marítimos, rodoviários, ferroviários e aereviários, sendo canalizadas, em sua maioria, com o tempo, para as atividades burocráticas:

O espaço que se reservou originalmente às mulheres em grande parte dos estados foi o desempenho de funções condizentes com a imagem social tradicional do papel feminino, ao abrigo de riscos maiores e longe das atividades associadas à “guerra”, cuidar dos idosos e crianças, revistar mulheres, patrulhar aeroportos e rodovias, atuar em serviços de relações públicas, e, quando muito, apoiar o policiamento masculino em grandes eventos como jogos, festivais etc. Elas operariam essencialmente no contato da PM com a população, representando uma polícia mais sociável, dócil, humana e amigável. (Soares, 2005: 96)

Na verdade, embora desvalorizadas, as atividades desempenhadas pelas mulheres integram o modelo de atuação policial que é considerado mais adequado, atualmente: a polícia cidadã.

Esta ultrapassa o modelo punitivo e coercitivo da polícia, inadequado para lidar com os problemas sociais mais recorrentes nos conturbados espaços urbanos.

Mas esse modelo da polícia cidadã, “feminino”, seria contraposto a um modelo masculino, muito mais forte na construção da identidade do policial militar:

Apesar de formalmente assentada na missão de “proteger e servir”, o que se privilegia na identidade policial militar são, sobretudo, as virtudes “másculas” e “guerreiras”: “bravura”, “heroísmo”, força física, aptidão para o risco – virtudes de que as mulheres estariam, por hipóteses, desprovidas. O “verdadeiro policial” é aquele empenhado no enfrentamento do “inimigo”. É aí que se expressa a essência idealizada da profissão de polícia, de uma polícia que subverte sua missão básica de promover a paz e preservar a ordem pública, encontrando na guerra a fonte de seus valores identitários. (Soares, 2005: 87)

Paradoxalmente, a entrada das mulheres não se fez acompanhar, e, teria sido, talvez, dificultada pelo conservadorismo doutrinário da corporação policial:

O ingresso das mulheres, vale insistir, não foi acompanhado de nenhuma mudança substancial neste conceito de policiamento ou nas noções dominantes sobre o papel das polícias na previsão de segurança pública. E é justamente a permanência deste modelo um dos grandes obstáculos à incorporação mais efetiva das policiais femini-

nas e ao aproveitamento das vantagens que sua presença poderia trazer para a modernização dos serviços de policiamento, entre outras razões, como veremos, porque ele sanciona os valores machistas tradicionalmente inscritos na cultura profissional. (Soares, 2005: 83)

Existe até hoje uma oposição entre a perícia e a atividade burocrática das delegacias, consideradas como femininas, porque são próximas da esfera privada (“da casa”, no dizer de Roberto DaMatta [1988]), e a atividade policial, em campo, considerada masculina, próxima da esfera pública (da “rua”), que se caracteriza pela impessoalidade e possibilidade de violência.

O EB reproduz o mesmo modelo de inserção da mulher da polícia militar, apegando-se a formas mais antigas de atuação militar, a guerra convencional.

Esse apego à guerra convencional por parte do EB deve-se, parcialmente, à ausência de guerra nos últimos 60 anos e à manutenção de um material de emprego militar relativamente obsoleto, com pouco valor tecnológico agregado.

Esses aspectos tornam a Força Terrestre refém de um processo de burocratização egocêntrico e, até mesmo, autista, porque desvinculado da atividade-fm.

São mantidos modelos datados de adestramento militar que utilizam exclusivamente a repetição de técnicas e o uso de mecanismos de punição e recompensa, gestados nos Exércitos do passado onde, tradicionalmente, as mulheres estiveram ausentes, e que teriam mais dificuldade de suportar, devido ao esforço físico extremo.

Esses aspectos que interferem diretamente na construção da cultura organizacional do EB, a saber, os equipamentos militares, a burocratização e a ausência de guerras, funcionam como fatores que formatam a maneira atual dos militares de pensar e realizar a guerra.

De fato, tais vetores estruturam uma cultura militar hegemônica no corpo de tropa, uma vez que as novas hipóteses de emprego, relacionadas à não guerra e à guerra não convencional,⁵⁴ impactam, atualmente, contingentes ainda muito restritos da Força Terrestre. Não são suficientes para gerar um arejamento doutrinário no que concerne à compreensão da instituição militar e da sua missão constitucional no mundo contemporâneo.

Curiosamente, esse descompasso entre o cotidiano, o modelo de adestramento e as formas contemporâneas de fazer a guerra é denunciado por um militar, na contramão de todos os outros, a propósito do TFM:

Então, a gente está falando sobre combate, a gente tá falando de quinta geração, terceira e quarta geração de combate. A primeira pergunta: o TAF que a gente faz hoje está adequado às necessidades que a gente tem para o conflito moderno? Não. Qual

54 A não guerra tem a ver com as ações militares desenvolvidas em um contexto de paz, como as operações de segurança pública, e as missões de paz; a guerra não convencional integra as operações da chamada 4ª geração de guerra, que se caracteriza por oponentes não estatais, o conflito ocorre mais nos níveis operacional, estratégico, mental e moral, em vez de nos níveis tático e físico. A guerra irregular é a forma de conflito armado mais típica da guerra da 4ª geração, e é conduzida por forças que não dispõem de organização formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica institucional.

a necessidade de um cadete ter de correr 5 mil pra dezenove e quarenta? A partir do momento em que você readequar o TAF para a realidade do combate, do combate que a gente vive hoje, não do que a gente pensa, você começa a perceber como você deve mensurar o TAF, e aí você entende por que organicamente homens e mulheres são diferentes e ponto. Isso não sou eu, é a ciência quem diz, organicamente. Não precisa nem ter a ciência pra entender isso, mas a questão é: a partir do momento em que você se readequa ao TAF, você pode criar um padrão mínimo em que o oficial, independente de homem ou mulher, vai atingir. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Na fala surpreendente deste militar, que antecipa algumas conclusões deste trabalho, a tendência generalizada dos militares de defender a equiparação dos índices do TAF para homens e mulheres provém, também, de uma injunção própria do sistema de ensino militar: realizar a classificação dos alunos por mérito ao término de um curso.

Esta injunção provém do sistema de pessoal, que desempenha papel fundamental na movimentação dos militares após a conclusão dos cursos de preparação militar:

Você jogava as mulheres na curva de Gauss e prosseguia na curva de Gauss, que não estava correta dentro do universo de mulheres. Então, naturalmente, a nota do TAF passou a influenciar a classificação no final, e, então, a questão é se nós temos uma variante que é a questão orgânica do corpo do homem e da mulher, a qual a gente não pode mudar, não pode fazer homens e mulheres terem a mesma composição orgânica, não que não tenha muitas mulheres que atingem um índice melhor que o homem, mas, organicamente, elas são diferentes (...). A gente não vai mexer no corpo (...). Na minha opinião pessoal, é desatrelar a questão do TAF de você necessariamente precisar dizer que Fulana é E (excelente), que Beltrana é MB (muito bom) ou a Fulana é R (regular), e, sim, você colocar pra seguir um padrão mínimo uma vez que ele é atingido. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Este depoimento revelador demonstra o quanto os dispositivos institucionais de gênero nas instituições militares são influenciados por estruturas de cunho administrativo, econômico e cultural que estabelecem limitações e apropriações específicas das demandas pela inserção da mulher que vêm da sociedade brasileira e do Estado.

No caso, o conservadorismo doutrinário, vinculado às formas usuais de emprego militar e às exigências do setor de pessoal, para movimentar os militares de acordo com critérios meritocráticos de desempenho, são refletidos no sistema de ensino.

São estes aspectos que balizam as estratégias e elementos normativos de inserção das mulheres na linha bélica que estão sendo determinados agora, para regular a sua inserção a partir de 2018.

Espaços “femininos” e “masculinos”

O corpo feminino é investido de pulsões, o que promove, paradoxalmente, apesar e por causa do tabu com a presença feminina, a própria “intensificação do corpo, de uma problematização de saúde e de suas condições de funcionamento” (Foucault, 1988: 134).

O resultado disso termina sendo a constituição de uma instituição militar cada vez mais máscula, porque sob a sombra ameaçadora de um corpo feminino que nele se insere a contragosto.

As mulheres são percebidas como uma presença veladamente ameaçadora, de uma alteridade que instala a desordem, a anarquia e o caos, que rondam sempre a instituição militar.

Por que este fenômeno acontece tão frequentemente no espaço militar?

As instituições militares são organizadas sob a influência de um *ethos* regulador, falocêntrico, funcionando por meio de homens-mônada sempre iguais, congregados para o cumprimento da missão: homens que foram equalizados constantemente por dispositivos institucionais de ordem unida, com o objetivo de eliminar as diferenças individuais.

Sendo assim, a inserção da mulher nas instituições militares desperta os espectros que assombram um Exército sem guerras há mais de meio século, que vive na expectativa permanente da desmobilização, que pode comprometer a capacidade operacional e o moral da tropa.

Ou seja: a inserção das mulheres – do “outro” – é sentida como uma ameaça à integridade da instituição militar, porque ela é assimilada ao “outro” – o “paisano” (civil).

Assim sendo, torna-se necessário delimitar espaços para represar e controlar a presença ameaçadora das mulheres.

Daí a preocupação com o esquadramento dos espaços arquitetônicos da instituição militar, obedecendo a um regime de sexualidade mais amplo que distingue, separa e especifica quando, como e onde a sexualidade deve operar.

Levanta-se então o problema da logística como um dos obstáculos à inserção da mulher.

Os espaços femininos são, então, criados, e se configuram como dispositivos arquitetônicos que isolam a mulher dos homens, em espaços tornados “tabu”, que são marcados pelo interdito, os alojamentos e banheiros:

Como é que vai ser a logística dela? Outro problema, também. O homem, a mulher, tudo separado. (Oficial intermediário de Infantaria)

A fala deste militar expressa ainda, apesar do temor e rejeição à mulher, uma experiência mal disfarçada de prazer e a fascinação.

Ou seja, a alusão repetida ao interdito da presença feminina no combate, que é percebido como um lócus de homens, e somente de homens, feita com base no determinismo biológico, encobre uma obsessão permanente pelo feminino, o polo passivo e minoritário, mas onipresente, a contrapartida e efeito-instrumento do poder masculino.

Em um depoimento apenas, o que revela o quanto tal ponto de vista é minoritário, um militar critica a intenção de demarcar os territórios do feminino, e defende as instalações unissex, a partir de uma mudança cultural que tem que ser forçada no Exército e na sociedade brasileira como um todo:

Todo mundo se dá ao respeito no seguinte sentido: eu não fico pelado dentro do banheiro, tiro minha roupa dentro do box, entro no box, tomo meu banho, depois boto minha roupa e saio do mesmo jeito que a tenente, de maiô por baixo e tomava

o banho dela, e acabou, Mas aí é uma questão cultural, esse paradigma a gente tem que quebrar, não é? Dentro do Exército, está sendo quebrado, como a gente já conversou até agora, já melhorou muito, mas ainda tem muito o que melhorar, que isso é um problema até mais social. (Oficial intermediário de Cavalaria)

O mesmo militar, a propósito do combate propriamente dito, contesta um dos principais receios dos militares, o da comunhão física com as mulheres, nas condições mesmas em que se desenrola o combate:

A mulher não pode ficar na toca com o homem. Bobagem! Primeiro, porque, no conflito moderno, a última guerra que se lutou em toca que foi travada foi a Guerra do Iraque. E mesmo assim, foi por causa da logística, o avanço da tropa foi muito rápido e a logística não conseguiu acompanhar e os caras chegaram na frente e a logística ficou pra trás (...) como é que vamos botar um homem e uma mulher dentro de uma toca? Vai botar um rádio operador e um tenente e acabou. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Essa obsessão de limitar os espaços de presença do feminino é a razão pela qual os militares considerem necessário que o comando de um grupamento feminino seja exercido por uma mulher ou que seja, pelo menos, assessorado por uma, que deve servir como mediadora:

Tem que ser uma mulher. É o contato direto e a proximidade. A tenente tem uma grande proximidade com seus cadetes. A questão ali de problemas pessoais que o cadete leva pro tenente. E a mulher também teria que ter ali a tenente pra ter esse vínculo muito próximo de confiança, também, e de exemplo. (Oficial subalterno de Intendência)

Acho que não precisa, assim, inicialmente, que tenha uma comandante de companhia feminino, mas é importante que tenham oficiais do segmento feminino acompanhando a formação, como militares ou como monitoras. Porque vão ocorrer determinadas situações que vão precisar de uma oficial feminina ali, próxima dela. Assim como tem um tenente comandante de pelotão que a gente fica próximo do cadete ali o tempo todo, a gente sabe tudo que tá acontecendo na vida dele, fica fazendo acompanhamento diariamente. (Oficial intermediário de Intendência)

Homens e mulheres são iguais ou diferentes?

Os militares defendem frequentemente um *ethos* igualitário que considera homens e mulheres como sujeitos jurídicos, portadores de direitos e deveres.

Este ponto de vista é expresso na reivindicação de que homens e mulheres sejam cobrados de modo idêntico, no cumprimento de suas obrigações militares:

O Exército tem que se colocar em entendimento que nós somos combatentes por origem, que quando eu dou instrução para ele, é soldado, e todo mundo tem que ser apto como combatente. Eu já tive algumas mulheres que se destacavam mais que os

Mulheres no Campo de Marte

homens, porque elas pediam para ser tratadas igual, tanto que na marcha, a maioria não ia e ela se aproveitava e ia, dizia, “eu quero fazer”. (Oficial intermediário de Material Bélico)

Eu já trabalhei com uma médica que era superior a mim e já saí em patrulha com ela no Haiti e eu tiro o chapéu porque ela é completamente atípica. Eu brincava com ela que ela era mais homem que muitos. Ela cobrava do soldado como eu cobrava. No terremoto, quando caiu, ela entrou e disse: “Alguém quer entrar comigo?” Ela foi a primeira a entrar e resgatou nove crianças. Ela foi a primeira a chegar com um fuzil nas costas. (Oficial superior de Material Bélico)

Quanto à postura militar, não são constatadas nem preconizadas muitas diferenças entre homens e mulheres militares:

Como tem homens que têm uma postura muito boa e conseguem se comportar bem em qualquer ocasião, conseguem identificar como têm que se comportar em cada ambiente, tem mulheres que também têm essa verdade e tem outras que não, não sabem diferenciar as coisas, então. Acho que a diferença é da pessoa, realmente. A questão de gênero, eu não vejo diferença nenhuma, não. (Oficial intermediário de Infantaria)

Esse discurso aparentemente favorável ao profissionalismo feminino no desempenho de atividades militares é atenuado pela constatação, por parte dos militares, de que as próprias mulheres utilizam o gênero para escamotear obrigações militares.

Nesse caso, os militares defendem o *ethos* da isonomia, que exige um tratamento igualitário de homens e mulheres:

Pessoal que se mostra incapaz, se diz incapaz, justamente para não pegar a missão. E fica se esquivando por ser segmento feminino ou por não ser daquela área de atuação (...). Pelo fato de nessa hora querer mostrar aquela figura do sexo frágil, de não ter sido formada pra isso, porque não passaram pela academia, que já tá acostumada a ralar e tá naquela situação ali. E em situações comuns, com os próprios serviços de escala. (Oficial subalterno de Intendência)

Este ponto de vista relativiza as concepções feministas, de que a cobrança de manutenção dos papéis sexuais patriarcais é exercida sempre pelo polo dominador, o masculino.

São os homens que protestam contra a invocação do “sexo frágil”.

Essa crítica à postura militar feminina se manifesta mais em relação às militares temporárias do que às de carreira.

A parte de temporárias tinha uma maior deficiência (...) porque sabe que o tempo dela é limitado, faz parte a técnica dela lá, mas se esquiva muito da parte militar. (Oficial subalterno de Intendência)

Mas o homem (temporário) não tem a figura do sexo frágil pra colocar esse algo lá mais. Também vai arranjar desculpas pra não cumprir a missão. É problema particular, rola uma faculdade, mas ele não tem essa. Mas ele não tem essa desculpa. (Oficial intermediário de Intendência)

Apesar da postura feminina de se eximir de cumprir plenamente as obrigações militares, constata-se que, quando a instituição militar fez valer procedimentos punitivos extremos, esta atitude foi apoiada por vários militares:

Tanto que teve uma figura de uma sargenta que, inclusive, teve um problema sério lá nessa parte de enquadramento (...) Teve uma situação com um general que era o comandante da brigada e ela acabou sendo presa. Depois foi, tomou outra punição e foi excluída via disciplina (...) É difícil, tem essa parte difícil de entender que ela também é militar. Ela é técnica, mas também tem a parte militar. Tem que tirar serviço, então sempre que pudesse fazer. (Oficial intermediário de Intendência)

Mas, em geral, os militares reconheceram que a exigência dos padrões disciplinares é maior para os homens:

Existem alguns militares que ainda têm receio de chegar e chamar atenção de uma maneira rígida, fala mais ou menos mais tranquilo do que falaria com um homem, de uma maneira mais ríspida. Então, ainda há essa diferenciação, ainda.” (Oficial intermediário de Intendência).

Alguns militares com experiência profissional em outros países reconhecem que esse padrão de tratamento social com as mulheres é próprio da cultura luso-brasileira:

Não adianta isso, é a nossa natureza, a natureza do latino, eu digo isso porque eu vi lá quando eu tava. Lá fora, entendem realmente os homens e mulheres de maneira diferente, não tô dizendo que lá fora seja certo. Por exemplo, lá no Canadá não se segura a porta pra mulher, se ela vem depois de você, não é falta de educação, é porque existe um entendimento de que a partir do momento em que o homem toma esse tipo de postura, ele tá de alguma maneira querendo subjugar a mulher, dizendo que ela precisa dele. (Oficial intermediário de Cavalaria).

Alguns militares criticam o tratamento não isonômico de homens e mulheres no contexto do Exército de paz e da atividade militar de rotina, que se baseiam na tiragem de serviço em condições adversas:

Se eu parto do princípio de que uma mulher não pode ver um cadáver porque ela é mulher, então ela não pode estar na mesma função do homem que tem que ver o cadáver, é uma questão funcional (...) Essa diferenciação entre a mesma função

Mulheres no Campo de Marte

por ser homem ou mulher, aí eu acho que é prejudicial, aí eu não concordo. (Oficial intermediário de Infantaria)

Os militares condenam também o tratamento não igualitário no contexto das novas hipóteses de emprego, como as missões de paz, quando as mulheres são utilizadas em atividades recreativas em hospitais e escolas, à paisana:

Qual é o objetivo de colocar ela fantasiada? Se tem finalidade para ela, tem finalidade para o médico também. Então o que eu vi nas operações de paz, por exemplo, colônia de férias para as crianças. Os homens se vestiam, tinha lá o mascote da missão de paz, aí ele se vestia, fazia o teatro para as crianças. (Oficial intermediário de Infantaria)

Eu acho que se tivesse uma atividade de serviço tendo que se descaracterizar, teria que ser pra ambos os segmentos. (Oficial intermediário de Intendência)

O *ethos* igualitário de gênero aparece também quando os militares avaliam o desempenho de homens e mulheres em atividades domésticas, quando eles acham que as mulheres não são mais dotadas para a culinária ou para a faxina:

Nós somos um casal atípico, realmente. A gente depende do Porcão, a gente depende do Bob's, a gente depende do Giraffa's. Porque senão é miojo. (Oficial intermediário de Infantaria)

Eu acho que o homem é mais dotado para o trabalho de casa. Faxina e comida. (Oficial intermediário de Infantaria)

São bem divididas, assim, as tarefas. Lá em casa, por exemplo, assim, né? Eu, como eu tô morando só agora, eu faço tudo (...) Minha mãe até hoje não cozinha nada, ela não gosta de cozinhar, mas a arrumação é com ela, ela gosta dessa parte de detalhe (...). Não tem muito essa questão de que é a mulher quem faz. (Oficial subalterno de Intendência)

Quanto à educação dos filhos, a mesma coisa: os militares exprimem a preocupação constante de eliminar quaisquer diferenças de tratamento relacionado com gênero, e desestruturam os papéis sexuais tradicionais.

Esse aspecto se reflete na ideia de tratar os filhos e filhas da mesma maneira em relação ao momento e à forma de sua iniciação sexual.

Esta atitude é curiosa.

Mesmo admitindo que se contrapõe ao padrão cultural predominante, a maior parte dos militares acha que mulheres e homens devem começar a vida sexual com a mesma idade ou nas mesmas circunstâncias:

Ambos, depois de casados. (Oficial intermediário de Infantaria)

A nossa cultura, a nossa cultura brasileira ainda coloca muita responsabilidade sobre a mulher nesse lado sexual, mas eu acho que me preocuparia se eu tivesse também um filho homem. Eu estaria preocupado com sua educação sexual também, dada à precocidade que tá acontecendo entre os adolescentes. (Oficial intermediário de Intendência)

Ninguém tem mais obrigação de ter que casar virgem e ter que se guardar para o casamento. (...) Acho que a pessoa tem que se conhecer, tem que conhecer sua vida sexual, tem que saber da sua vida sexual. (Oficial intermediário de Intendência)

Existe aí de novo a aversão platônica que os militares têm em relação à mudança social, que implica degradação ou piora das condições sociais ou dos costumes:

Então, eles têm uma iniciação sexual, vamos dizer assim, prematura. Então, uma garota de 15 já teve um relacionamento sexual e se ela teve um ou dois namorados, ela vai ter se relacionado com um ou mais parceiros, com uma idade muito nova, né? Então, cabe a nós orientar para que, quando eles venham a iniciar a vida sexual, eles o façam da melhor maneira possível, se preservando e se conhecendo, mas a idade, ela puxou bastante, ela antecipou. (Oficial superior de Material Bélico)

Em alguns casos, os militares admitem que existe uma diferença de tratamento entre homens e mulheres no que concerne à sua vida social, que eles não aprovam:

Não adianta se o filho chega e fala para o pai: “eu fiz e aconteci hoje” e o pai respira aliviado. Se a filha chegar e disser a mesma coisa, o pai vai botar a mão na cabeça (...) Não adianta, são processos sociais que estão diretamente ligados a cada vez mais você ter uma igualdade entre homens e mulheres em todas as áreas, política, econômica. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Em poucos depoimentos, são externadas opiniões diferentes quanto à iniciação sexual das mulheres, que deve ser mais tardia do que a dos homens:

Por que a menina amadurece mais rápido, a menina que entende e que é orientada o tempo todo. As meninas bem orientadas sabem que têm que se preservar e, consequentemente, a vida sexual de mulheres será um pouco mais tarde e os meninos, não, os meninos é sempre criação meio porra louca assim. (Oficial intermediário de Material Bélico)

Em alguns casos, a recusa parental, própria da sociedade patriarcal, de aceitar os relacionamentos sexuais femininos pré-conjugais, é manifestada abertamente:

Mulheres no Campo de Marte

Eu, como pai, a minha filha ia morrer virgem ou então ir para um convento, mas a gente sabe que ela vai ter, então. (Oficial superior de Material Bélico)

Apesar destas falas, predominam, no entanto, as opiniões ostensivamente igualitárias, que abolem as diferenças de expectativa social em relação a mulheres e homens.

É o que se nota quando os militares são igualmente indiferentes à opção pela carreira militar de combatente por parte de filhos e filhas:

Eu iria apoiar a vocação dele. (Oficial intermediário de Infantaria)

Não quero nem que seja nem que não seja. Pra mim, é indiferente. (Oficial intermediário de Infantaria)

A par do *ethos* igualitário e da obsessão com o tratamento isonômico, a atuação profissional das mulheres no Exército é considerada, também pelos militares, com base em um ponto de vista completamente diverso: na crença em determinados universais psicológicos subjacentes ao sexo, que funcionam de modo semelhante aos universais biológicos já analisados, pois determinam um modo de ser essencial da mulher:

São mulheres perfeccionistas, têm uma habilidade maior pra detalhes. (Oficial intermediário de Infantaria)

Vejo que ela tem algumas características de trabalho diferentes. A questão da impressão minha, de ser mais detalhista, de ser mais meticulosa, por outro lado tem uma influência de humor bem maior também (...) A mulher tem uma oscilação de humor. (Oficial intermediário de Infantaria)

A mulher é mais dedicada que o homem, ela mantém o foco e procura se empenhar mais, nessa parte é mais cuidadosa, é mais detalhista, em certos aspectos, do que é o homem. (Oficial superior de Material Bélico)

Os militares acham que as mulheres são mais difíceis no relacionamento no trabalho:

A questão dos problemas, entre os homens, é resolvida de forma mais simples. As mulheres, quando elas têm um problema entre mulheres no trabalho, geralmente, pra se resolver, isso é um pouco mais complicado (...) Elas têm um monte de problema pessoal, aquilo sai do pessoal e começa atrapalhar o trabalho. (Oficial intermediário de Infantaria)

Quanto à atuação técnica, os militares não consideraram que existem diferenças significativas entre homens e mulheres:

A parte técnica, a grande maioria não apresentou problema nenhum. São bem competentes nas suas áreas. A grande maioria das mulheres, quando tem algum trabalho, elas se dedicam por inteiro. Claro, existem algumas exceções negativas, mas com quem eu trabalhei, a grande maioria, sempre na parte técnica foram muito bem realizadas as atividades. (Oficial subalterno de Intendência)

Os homens militares têm a convicção dos universais psicológicos, quando dizem que as mulheres são mais dotadas para compreender os aspectos relacionados com a vida privada:

Sei lá, com a capacidade das mulheres de serem mais detalhistas, terem mais percepção dos sentimentos e tal. (Oficial intermediário de Infantaria)

A construção da ideia de universais psicológicos de gênero, entre os militares, apresenta-se, na verdade, como a contrapartida mental da ideia de que há diferenças físicas e orgânicas entre os sexos.

Deste modo, são buscadas explicações neurológicas das diferenças de comportamento de homens e mulheres:

Eu acho que a mulher tem estruturas tanto mentais, quanto sentimentais, quanto comportamentais que são mais voltadas a perceber nuances que os homens, às vezes, não percebem. Percebi isso claramente na minha casa, por exemplo. Eu, homem, resolvo problemas macros, mas eu tenho dificuldade de resolver pequenos problemas, então minha mulher tem a maior habilidade de falar “Seu filho... Aconteceu alguma coisa hoje com ele na escola (...)” o cérebro da mulher é um pouco diferente e tem algumas habilidades que o homem não tem. (Oficial intermediário de Infantaria)

A opinião segundo a qual existem universais psicológicos de gênero reforça os papéis sexuais tradicionais, que se baseiam nos aspectos biológicos:

Para cuidar dos filhos, é natural, pois a mulher já tem um vínculo afetivo, existe a maternidade e tudo contribui para ela exercer essa função. (Oficial superior de Material Bélico)

Eu acho que a mulher e o homem são muito diferentes em vários aspectos. E, para a formação da personalidade das crianças, os dois contribuem de formas diferentes. (Oficial intermediário de Infantaria)

Deste modo, apesar de a mulher ter ingressado no mercado de trabalho há um século, estes militares acham que ela possui *a priori* uma vocação determinante para a maternidade:

A mulher, ela já nasceu para isso, com esse instinto materno de cuidar. Não que ela nasceu pra ficar em casa, mas ela nasceu com esse instinto, né? De cuidar. (Oficial subalterno de Intendência)

Mulheres no Campo de Marte

Esta opinião se mantém, mesmo quando eles reconhecem a responsabilidade crescente dos pais em relação à educação e ao cuidado com os filhos:

Você vê que tem bastante pai hoje em dia com isso, pai bastante preocupado com a educação dos filhos, não só deixando isso a cargo da mãe. Já tá bem dividida essa história hoje em dia. (Oficial subalterno de Intendência)

A defesa dos papéis sexuais tradicionais é evidente também quando alguns militares reconhecem as contribuições distintas de cada progenitor na educação dos filhos, baseando-se, novamente, na crença nos universais psicológicos:

Então quando eu tô fora de casa, as crianças têm uma alteração de comportamento, quando eu tô com as crianças e eles não têm a mãe, eles têm um comportamento diferente. Não sei se quando as crianças ficam com o pai, elas ficam um pouco mais duras. Os dois contribuem para a criança, e não de forma melhor ou pior quanto ao cuidado. (Oficial intermediário de Infantaria)

Não sei se o homem é mais racional e a mulher é mais emotiva, não sei. Mas essa interação com a criança é diferente. (Oficial intermediário de Infantaria)

A defesa implícita dos papéis sexuais tradicionais é expressa também quando os militares consideram que a inserção das mulheres na instituição militar alteraria as formas de tratamento social entre os homens.

Esta opinião se baseia na ideia de que a feminilidade favorece a civilidade e uma maior humanidade no tratamento das pessoas, qualidades que são próprias da vida privada, uma vez que a presença da mulher militar evocaria as figuras femininas do círculo familiar dos militares, isto é, as mães, esposas, irmãs e filhas:

A mulher no ambiente, principalmente, no militar, ela serve muito de amortecedor de comportamentos (...) Quando você tem uma mulher no ambiente, você já mede mais suas palavras. (Oficial intermediário de Infantaria)

Às vezes, os papéis sexuais são invertidos no discurso dos militares, que não consideram problemático ganhar menos do que uma mulher:

Eu não tenho problema nenhum com isso aí (...) Eu poderia gerenciar tranquilamente. (Oficial intermediário de Infantaria)

Não vejo nada demais nessa questão aí de “é o cabeça da família”, tem que ganhar mais, tem que trabalhar menos, tem que tá sempre, né? Eu acho que isso daí tem que mudar e já está mudando. Acho que é outro paradigma também que tá caindo por terra. Outro mito. (Oficial intermediário de Intendência)

Há mesmo quem renuncie, abertamente, ao papel tradicional de chefe de família:

Lá em casa não é que quem ganha mais quem manda na casa, mas a gente encara lá em casa que quem ganha mais dá o rumo, que eu quero dizer, que se minha esposa ganhasse mais do que eu provavelmente eu ficaria naquele local trabalhando, eu não pedia transferência, que nem agora minha esposa teve que abrir mão do trabalho dela pra gente poder vir pra cá. (Oficial intermediário de Cavalaria)

Mas alguns militares consideram que esta situação não é adequada:

Eu acho que não daria muito certo, não. A nossa sociedade paternalista e machista como é hoje, o homem iria ter sérios problemas com ele mesmo. (Oficial intermediário de Infantaria)

A ambiguidade em relação à aceitação dos papéis tradicionais perdura quando os militares aceitam que uma mulher trabalhe 10 horas por dia e ganhe mais do que um homem:

Nos dias de hoje, normal. Hoje a carga horária, na verdade, dependendo da situação, é de 24 horas. Não para. Mas alguém vai ter que ter tempo pra família dela. Ela ou o marido, né? Alguém tem que cuidar das crianças. Se não for ela nem o marido, vai ser um terceiro elemento que pode ser. (Oficial intermediário de Infantaria)

A defesa dos papéis sexuais tradicionais, baseada na convicção em universais psicológicos, em relação a homens e mulheres, constitui-se como estigma, pois “estabelece um tipo especial de relação entre o atributo e o estereótipo” (Freitas, 2012: 151).

O estigma baseia-se na suposição de que determinadas características são exclusivas de uma determinada categoria social.

O estigma gera expectativas que restringem e reduzem uma pessoa, um grupo de pessoas ou uma instituição a alguns aspectos considerados negativos:

Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma (...) Os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais. (Goffman, 1988: 14)

A estigmatização funciona por meio do exagero de determinados atributos que são considerados socialmente inferiores ou negativos.

A estigmatização pode ser incorporada pelos atores sociais com diferenças de ênfase. Ou reproduzida ou rejeitada ativamente, seja por meio da ignorância ou da autoalienação, seja por tentativas de correção de comportamento e de maneiras de viver, tentando imitar as categorias sociais que são mais consensualmente aceitas.

Os indivíduos, em geral, costumam interpretar os atos e os aspectos físicos e morais dos entes estigmatizados em termos de erros, como expressão direta do atributo diferencial estigmatizado.

Os militares tendem a estigmatizar o segmento feminino da seguinte maneira: associam a condição feminina à incapacidade de realizar atividade física e operacional, enquanto consideram que elas revelam aptidão para realizar atividades de natureza oposta, de cunho intelectual ou que demandem habilidades interpessoais ou afetivas:

Aos homens caberiam tarefas que demandassem mais do físico, bem como atividades que requeressem tomadas rápidas de decisões. Às mulheres seriam indicadas as tarefas repetitivas e que exigissem minúcias (...) aos homens cabem as atividades mais importantes, o que inclui as esferas de decisão. (Freitas, 2012: 156)

É evidente o quanto a estigmatização se baseia numa concepção de masculinidade e de feminilidade, na crença em disposições inatas, compatíveis ou incompatíveis com a atividade militar de combate.

Como já foi dito acima, os homens militares são “os estabelecidos”, porque possuem um estilo de vida específico – uma tradição constituída – e que lhes confere acesso às posições de poder.

Por esta razão, os homens militares repudiam os *outsiders* – as mulheres.

Os *outsiders* são sempre tidos como anômicos, e assimilados ao “outro”, o “paisano”, que paira constantemente sobre as instituições militares, ameaçando a sua sobrevivência e integridade (Elias, 2000: 26).

Inserir o diferente equivaleria a difundir o caos, destruindo-se a tradição constituída, que confere aos homens um local de poder.

O fenômeno da estigmatização de gênero também é encontrado em estudos sobre a inserção da mulher na polícia militar, que precede e tem maior abrangência do que nas Forças Armadas.

Os homens policiais também acham que “as mulheres tendem a focar-se nos detalhes enquanto os homens elaboram o mapeamento do local como um todo, sob o ponto de vista do levantamento de vestígios” (Cavedon, 2012: 156).

A estigmatização aqui se apoia, como já foi analisado, na correlação que é estabelecida entre a vida privada e a feminilidade, enquanto a vida pública é associada à masculinidade.

Esta concepção está presente ao longo do processo de integração das mulheres no mercado de trabalho, e não somente nas Forças Armadas, e contraria a noção intuitiva, mas equivocada, de que, por serem instituições totais, e, no caso brasileiro, mais isoladas em relação à sociedade civil, não compartilhariam da maioria de seus códigos e valores.

Desse modo, são irradiadas no espaço militar concepções sexistas reconhecíveis que são associadas às mulheres

Os estereótipos mais comuns, que são o da “professora” e o da “enfermeira”, profissões que são endereçadas a um gênero específico para encenarem, na dinâmica

da atividade profissional, traços estereotipadamente associados ao gênero feminino, como paciência, delicadeza, organização, higiene, presteza. (Freitas, 2012: 156)

As reações femininas à estigmatização, que não foram abordadas diretamente neste estudo, que enfocou o *habitus* de gênero de homens militares, são variadas.

A literatura especializada reporta, por exemplo, atitudes femininas de adesão aos papéis sexuais e a manipulação destes para obter a concessão de privilégios.

Esta postura foi denunciada pelos próprios militares, como foi analisado acima, e convive também com a adoção, por algumas mulheres, de comportamentos “masculinos”, de uma “masculinidade subordinada”, na qual a mulher termina “assumindo o referencial masculino e assim colocando a diferença à margem. [Neste caso] a ênfase no rigor em relação à hierarquia e às normas é exacerbada pelas mulheres que procuram com isso reforçar a homogeneização pela via da cultura masculina hegemônica” (Cavedon, 2012: 156).

Essa ambiguidade de homens e mulheres militares em relação à adesão aos papéis sexuais sugere que há a necessidade de ultrapassar as análises clássicas da literatura feminista.

Esta estabelece uma dicotomia entre o polo feminino e o polo masculino, e descortina sempre vieses unilaterais de jugo e submissão⁵⁵ e relações de conflito, no sentido de preconizar que mecanismos de empoderamento sejam instaurados na vida privada, na política, no mundo do trabalho, para que as mulheres tenham o controle “de sua própria vida, de seu destino, em que tomam consciência de suas habilidades, competências para produzir, criar e gerir.”⁵⁶

A concepção sexista de apego aos papéis tradicionais aparece no discurso dos militares de um modo pleno de contradições e hesitações, e, por que não dizer, de pudores, pois se apoia às vezes numa opinião igualitária “civil”.

Esse aspecto revela o nível crescente de confluência do campo militar e do campo ideológico da sociedade mais ampla.

Na sociedade brasileira, o campo político civil funciona sob a influência do governo federal, e da opinião pública, formada pela ação da mídia e da imprensa.

O Estado produz capital simbólico em relação a direitos e deveres de sujeitos jurídicos, detendo o monopólio das ações de nomear as coisas, assim como o da violência simbólica, por meio das suas instituições jurídicas e policiais, no interior do qual, movimentam-se

⁵⁵ É o caso da obra de Simone de Beauvoir e do texto seminal de gênero, *A dominação masculina*, de Pierre Bourdieu.

⁵⁶ As mulheres estabelecem maneiras diversas de fazer as mesmas atividades e de gerenciar as relações no ambiente de trabalho, que são diferentes dos códigos formatados pela tradição militar. Os aspectos da cultura profissional ou da sua pertença social e regional a estes códigos **são então recodificados**, alterados. Não se pode dizer mais com tanta clareza o quanto as mulheres seriam sempre oprimidas no espaço militar e doméstico, uma vez que “mesmo existindo dominação masculina, está presente a atuação feminina, estruturada por meio de complexos superpoderes, como o poder material, o poder social, o poder sobre outras mulheres, como ainda as compensações dos jogos de sedução. Destaca-se ainda que, em algumas situações, algumas mulheres preferem submeter-se a jornadas duplas e triplas, pela preservação de espaço no domínio doméstico e nas suas relações de poder familiares” (Melo, 2012: 348).

atores institucionais que lutam pelo direito de nomear as coisas, determinando quando, como e quem, por exemplo, tem acesso à carreira das armas no País.⁵⁷

É o Estado brasileiro, portanto, que entretém relações com uma comunidade de Nações e com uma mídia globalizada. É dele que nasce um ponto de vista dominante e legítimo para a sociedade brasileira, um verdadeiro mundo de linguagem que descortina opiniões sobre gênero e papéis sexuais diversos.

Estas opiniões são expressas em documentos, falas e práticas institucionais que circulam nos órgãos dos três poderes, alcançando, no interior do poder executivo, mesmo as instituições militares mais herméticas e até hostis.

Ou seja, o Estado estabelece pressões sobre as instituições militares e disponibiliza para estas determinadas premissas sobre os modos de ser e de agir de homem e de mulher. É ele quem proporciona à instituição militar “na concorrência e no conflito, os instrumentos do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o campo do pensável politicamente, ou, se quisermos, a problemática legítima” (Bourdieu, 2011: 372).

Atualmente, no Brasil, a problemática legítima, determinada pelo mundo social, sob a influência do Estado, consiste em buscar a isonomia de tratamento entre homens e mulheres. Este ponto de vista se concretiza em estabelecer, para as mulheres, o direito de ingresso na carreira de armas, direito esse conquistado a partir de lutas e gestões dos próprios órgãos estatais e de movimentos sociais feministas.⁵⁸

Mas esta convergência entre o campo civil e militar favorece também o acionamento de mecanismos de supressão e disfarce de um genuíno discurso institucional militar, que, na verdade, rejeita veementemente a inserção da mulher na linha bélica. Este discurso é subliminar e inconfesso e circula nas fissuras, nos interstícios do discurso institucional “civil” que permeia as falas de todos os militares.

Os militares evitam então avaliações e opiniões que reforcem ou apoiem os papéis sexuais tradicionais que relacionam as mulheres aos afazeres domésticos e os homens às atividades próprias do mundo do trabalho. São também evitadas as afirmações de desconforto com a superioridade financeira de uma mulher ou seu extremo engajamento na vida profissional, em moldes, por assim dizer, “masculinos”.

57 “O que nós chamamos Estado, o que nós queremos dizer confusamente quando nós pensamos no Estado, é uma espécie de princípio de ordem pública, compreendida não somente nas suas formas simbólicas inconscientes, aparentemente evidentes. Uma das funções mais gerais do Estado é a produção e a canonização das classificações sociais” (Bourdieu, 2014: 56).

58 Pode-se citar, por exemplo, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, que foram estruturados a partir dos anos 1980. Eles são categorias oriundas do movimento feminista, que visava a reivindicar garantias legais e políticas de igualdade, liberdade e justiça social no exercício da liberdade e da função reprodutiva: “A expressão tem forte caráter de contestação às leis e modelos autoritários e restritivos de assistência à saúde da mulher. As principais reivindicações femininas estão relacionadas aos direitos ao aborto seguro e legal, à igualdade entre os gêneros no que diz respeito às responsabilidades contraceptivas e reprodutivas, ao acesso à informação e aos meios para o controle da própria fecundidade e à liberdade sexual e reprodutiva sem discriminação, coerção e violência” (Ventura, 2006: 307).

Sob a influência do discurso igualitário, alguns militares se recusam, por exemplo, a admitir a diferença de desempenho entre homens e mulheres militares:

Existem bons profissionais homens e bons profissionais mulheres (...) quando eu estava no DCT, existiam engenheiras excepcionais e outras muito fracas, do mesmo jeito que existem homens excepcionais e mulheres fracas (...). Você não tem como comparar, existe aquele profissional, ora ele atinge, ora ele não atinge. Isso não é uma questão de sexo, entendeu? (Oficial intermediário de Cavalaria)

Esse discurso institucional toma, portanto, emprestado temas típicos das configurações discursivas em voga na sociedade contemporânea, de cunho também racional-legal e jurídico, que, de modo, insistente, falam sobre a sexualidade, desmontam e invertem os papéis sexuais tradicionais para formatá-los de outra forma, no sentido de uma androginia progressiva, que aproxima o comportamento sexual masculino e feminino, no dizer de Antony Giddens (2013).

Convém admitir, no entanto, que o discurso igualitário em relação a homens e mulheres, concernente à vida privada, que transparece na fala dos militares, evidencia uma maior permeabilidade das instituições militares à sociedade brasileira, em um contexto de um Estado Democrático de Direito.

Em suma, pode-se concluir que, em relação ao *habitus* de gênero, os militares oscilam entre os valores igualitários, de cunho racional-legal, considerados válidos para a vida privada e para a atividade militar no que concerne ao cumprimento das obrigações militares, e a crença em universais psicológicos, que distinguem homens e mulheres, quando se reportam à atividade profissional militar.

Esse discurso isonômico não se estende à compreensão das atividades militares e à opinião sobre as formas de inserção da mulher nas instituições militares.

Neste caso, os militares hesitam e se contradizem: enfatizam a necessidade de exigir das mulheres as mesmas obrigações militares que os homens, como tirar o serviço em idênticas condições, mas excluem as mulheres das armas de combate.

Há, contudo, uma atitude que destoia desse *habitus* de gênero baseado no discurso psicológico/médico.

É quando os militares consideram que a atuação das mulheres em missões de paz tem que levar em conta o gênero como uma realidade culturalmente construída:

ENTREVISTADO 1: Muçulmano mesmo, a mulher não pode dar ordem para o homem, por exemplo. Então, se eu tiver numa missão de paz, eu preciso tratar com um muçulmano, por exemplo, mesmo que a minha superior seja coronel e eu seja o major, quem vai ter que intermediar aquilo ali é um homem. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: Por exemplo, numa cultura muçulmana mesmo, a mulher fantasiada, eu acho que não ficaria muito bem.

ENTREVISTADO 1: É. (Oficial intermediário de Infantaria)

ENTREVISTADOR: É o contrário, deveriam fantasiar o homem.

ENTREVISTADO 1: Aí teria que ver qual foi a situação que levou a isso. É complicado falar assim estante, porque aí a gente pode falar/dá a impressão que... É complexo, né? (Oficial intermediário de Infantaria)

Os militares abandonam o enfoque ontológico de gênero, próprio da visão determinista, positivista, médico/psicológica/jurídica, e veem o gênero como função e performatividade, ou seja, como uma realidade que é construída nos discursos e na ação dos sujeitos, em uma situação social específica.

Para estes militares, o gênero funciona, então, no sentido de realizar uma “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser” (Butler, 2012: 59).

Ainda nessa perspectiva, alguns militares reportaram também a opinião segundo a qual o modo de atuação profissional das mulheres provém da sua forma de inserção nas Forças Armadas, e não de universais psicológicos.

Ou seja, os fatores que influenciam o tipo de conduta profissional das mulheres são a amplitude da inserção, o tempo decorrido desde o início do processo de inserção e quantitativo do efetivo feminino incorporado.

A esse respeito, um dos militares analisou a situação das mulheres aviadoras na Aeronáutica, que teriam desenvolvido atitudes hostis e defensivas em relação aos subordinados homens, com receio de serem retaliadas:

Elas tinham muito medo de ser mal assessoradas pelo fato de serem mulheres, com medo de o cara que estava abaixo dela estabelecer certa desconfiança pelo fato dela ser mulher, não que isso acontecesse efetivamente, mas pelo fato dela ser mulher, ele não fosse assessorar como assessoraria um homem, por desconfiar da capacidade profissional dela, aí elas recrudesceram e se protegeram mais. Aí, o subordinado era mais cobrado, ele era mais questionado no sentido de que elas estavam sempre checando se aquilo era verdade (...). Isso foi um fenômeno muito notado no início. (Oficial intermediário de Cavalaria)

A adoção, pelos militares, de um enfoque pragmático das questões de gênero, afastando-se do ponto de vista essencialista, valorizando os aspectos funcionais, relacionados às circunstâncias e fatores a serem ponderados para o cumprimento adequado da missão, parece sugerir que as novas hipóteses de emprego, como as missões de paz, ensejaram a atenuação das dicotomias de gênero.

Isto ocorreu, talvez, pois elas obrigam o militar a se relacionar com atores institucionais impensáveis no âmbito dos Exércitos nacionais – ONGS, mulheres, movimentos sociais, minorias étnicas e religiosas e mídia.

As novas hipóteses de emprego modelam uma nova sensibilidade militar menos apegada a ortodoxias e a uma visão monolítica do mundo, pois nelas os militares são instados a

transitar e a negociar com esferas valorativas diversas. Este contato com outras lógicas de vida social repercute na estruturação de seu *habitus* de gênero, que passa a se afastar das referências essencialistas herdadas da tradição.

A guerra de todos contra todos

Os militares apresentaram, portanto, contradições nas suas opiniões de gênero, defendendo concepções igualitárias e não igualitárias sobre os papéis sexuais.

É o que se nota quando o mesmo militar considera adequado que a mulher ganhe mais do que o homem, mas admite que elas são mais vocacionadas para as atividades domésticas.

Ao mesmo tempo em que ele admira militares de “linha-dura”, que se opõem ao controle civil.

A que se devem estes paradoxos?

Intervêm aqui, com certeza, fatores diversos, um dos quais tem a ver com os níveis variados de assimilação de referências culturais externas, dos discursos institucionais da mídia e do próprio Estado.

Mas talvez haja algo mais, que se encontra no imaginário profundo da própria instituição militar e que se relaciona com a sua atividade-fim – a guerra – que é, não esqueçamos, uma atividade de administração da violência.

Por esta razão, a guerra configura as relações interpessoais no cotidiano da instituição militar, além do próprio modelo educativo.

Ambos são atravessados por um *ethos* das pulsões de morte e de vontade de poder, que são indissociáveis da ação de comando, que consiste precisamente em impor a sua vontade a outrem para atingir determinados objetivos.

Desse modo, a instituição militar funciona por meio de lógicas contrárias e complementares: une os militares, através do espírito de corpo, devido aos vínculos estabelecidos entre eles no interior das corporações profissionais (círculos de pares, quadros, armas, serviços e especialidades), o que é necessário em uma atividade que é essencialmente coletiva, a guerra, que exige a congregação de esforços com metas comuns.

Ao mesmo tempo, a instituição militar fomenta um *ethos* voluntarista e das pulsões de morte, um espírito de confronto e embate.

Sob a influência deste estado de espírito, o militar é estimulado a enfrentar os seus próprios limites, as suas fraquezas físicas e morais, e a lutar contra outros homens, para vencê-los numa situação de combate.

Essa atitude de enfrentamento se mostra na competição esportiva, que ocupa um lugar importante na vida militar.

Mas as pulsões de morte e a vontade de poder não podem ser extravasadas plenamente nas práticas esportivas, devido ao *modus operandi* de um exército sem guerras, em que a paz favorece a conversão da atividade de combate em rituais burocráticos e em minuciosos e estéreis protocolos de respeito e cerimônia.⁵⁹

59 A esterilidade e o vazio existencial de um Exército sem guerras são admiravelmente abordados no romance *O deserto dos tártaros* (1940), obra-prima de Dino Buzzati, que conta a história de jovens

Essa característica da instituição militar, de estar em *stand-by*, no aguardo de um conflito que é sempre adiado, é encarnada na tiragem de serviço, que funciona com rituais de prontidão, em que, em geral, nada acontece, de forma alguma, ou na maior parte do tempo.⁶⁰

No contexto do Exército de paz, onde não há como canalizar as pulsões de morte e a vontade de poder, pois não existe combate, estabelece-se um cenário hobbesiano de luta de todos contra todos, nas entrelinhas das práticas de congregação e de subordinação aos imperativos da hierarquia e da disciplina.

A luta de todos contra todos aparece, por exemplo, na forma de retaliações e fofocas. Na manipulação pessoal dos mecanismos institucionais de controle em relação à realização das obrigações militares, tais como a frequência e o desempenho nas formaturas e TFM, no cumprimento dos horários de início e término do expediente.

Estas atitudes o contrastam com um discurso institucional que valoriza o espírito de corpo – os vínculos de pertença às organizações militares.

É a atmosfera de embate permanente entre os militares que permeia as estratégias discursivas dos militares entrevistados, confrontando-os, sem que se apercebam, com o próprio entrevistador, pois este representa aqui a autoridade da pesquisa científica, além de um ponto de vista “civil”. Uma atitude e mentalidade que se contrapõem à cultura militar e ao universo da caserna...

Os militares alternam então as opiniões “politicamente corretas” e a defesa intransigente de valores militares tradicionais, que, frequentemente, são incompatíveis.

As contradições do discurso dos militares são, portanto, reações à alteridade, formuladas em razão da presença do pesquisador, que é percebido como um “corpo estranho” à organização militar, que é inserido, a contragosto, na arena de lutas da instituição militar.

A isto se deve talvez esta fala cheia de paradoxos e ambiguidades.

Ela reflete as divisões internas da própria instituição militar e o entrechoque de superiores, subordinados e pares.

Todos suspensos num tempo próprio, que é o do vácuo cronológico, existencial, de anulação de si, do seu tempo pessoal, de seus interesses, em prol do tempo e espaço da Pátria, o único que conta e que importa, esperando, sempre aguardando que algo aconteça, para que se sacrifique...

Mulheres sedutoras ou vestidas de homem?

Quando questionados sobre o tema da apresentação pessoal em uniforme militar, os militares exprimem o chamado *eidós* corporal, que inclui alguns aspectos do *habitus* de

oficiais que passam a vida toda servindo em uma solitária fortaleza de fronteira, esperando em vão o ataque dos tártaros, que nunca vêm. Esta obra trabalha os aspectos existenciais da profissão militar, como metáfora da condição do homem, a sua angústia, resignação e solidão, sendo incapaz de escapar a seu próprio destino.

60 A tiragem de serviço utiliza os rituais da parada, que congrega, em uma formatura, os militares responsáveis no início do serviço, com o intuito de estabelecer ordens e orientações, o hasteamento de bandeira de manhã, o desasteamento da bandeira às 18h e o pernoite, à noite, que antecede as rondas noturnas.

gênero, relativos aos usos prescritos e não prescritos do corpo, que discriminam um modo correto de vestir, de lidar com as vestimentas e adornos e de se ornamentar.

O *eidós* corporal coletivo se manifesta também na moda: um “uso passageiro que regula a forma de vestir, calçar, pentear” (Freyre, 2009: 28).

No caso do EB, a moda militar é determinada, em seus aspectos formais (tipo de roupa e ocasiões de uso) nas prescrições do Regulamento de Uniformes do Exército (RUE) (Brasil, 1998).

De um modo geral, os militares expressaram um *eidós* corporal que nivela homens e mulheres a partir das necessidades funcionais, relativas à natureza da atividade profissional a ser realizada.

Esta atitude encobre outra, a de recusa do feminino, que é análoga à reivindicação de um TFM padronizado para homens e mulheres:

Acho que tudo parte do objetivo. Por exemplo, vai fazer alguma mudança, mas qual seria o objetivo da mulher? Ela ficar mais bonita? Sem finalidade. Seria adequar o uniforme a alguma necessidade fisiológica da mulher? Positivo. A questão de objetivo. É a mesma coisa que eu falei da funcionalidade. (Oficial intermediário de Infantaria)

Mas o que ainda se admite de uma mulher que exerce atividades administrativas e intelectuais, isto é, mais assimiladas à feminilidade, não se admite nas mulheres militares da linha bélica.

Neste caso, alguns militares rejeitam qualquer marca ou indício da moda que seja associado à feminilidade:

Atualmente, a mulher, como foi falado, nas Forças Armadas, ela tem uma função administrativa, não é combatente. Quando a gente parte para o combate, aí já entram outras táticas, técnicas e procedimentos que justificariam você uniformizar o adereço. (Oficial intermediário de Infantaria)

Por exemplo, nos cursos operacionais, a gente não usa aliança, porque não tem como usar (....) pode machucar, pode arrancar, pode quebrar o sigilo (....) não é uma questão de vaidade, é uma questão de segurança da atividade. (Oficial intermediário de Infantaria)

Ou seja, quanto mais próximas da atividade masculina por excelência, a guerra, mais se exige que sejam apagadas as marcas da feminilidade.

O *eidós* masculinizante que predomina, na verdade, no discurso desses militares, considera e valoriza, em nome de um *ethos* isonômico, as especificidades do corpo masculino.

O *eidós* masculinizante aparece, por exemplo, quando a anatomia feminina é revelada, em roupas mais justas:

Mulheres no Campo de Marte

A mulher coloca o uniforme mais justo. Daí, eu falei pra ela: “Tem recruta na quadra e passam ali.” As duas passaram e todos os soldados olharam porque elas estavam com a farda ajustadinha. Elas tinham um corpo bonito e eu falei: “Olha aí, os soldados estão olhando. E você, e se o soldado assoviar, você vai falar o que para ele?” Não que você não está se dando o respeito, é que à medida que você coloca o uniforme mais justo, você está modelando o seu corpo, e o soldado, o sargento, o oficial... Se ele olhar, ele não tem o direito de falar e de assoviar, mas o fato dele ficar olhando já é uma coisa errada, não é certo eu chegar para um capitão e ficar falando da roupa dele, olhar se ele está bonito. Não é normal (risos), você está me entendendo? (Oficial superior de Material Bélico)

Nesse caso, a rejeição do corpo feminino, que tem que ser coberto com roupas frouxas, é similar à recusa de colocar homens e mulheres em espaços militares claustrofóbicos, como as tocas, e à preocupação constante de separar alojamentos e banheiros para as mulheres.

Por essa razão, entre os militares, também aparece a tendência de estabelecer idênticos parâmetros para uniformes femininos e masculinos, contrariando o prescrito no RUE, que os distingue de certo modo, quando autoriza as mulheres a pintar as unhas e a arrumar os cabelos de diversas maneiras.

Os militares consideram os uniformes femininos e masculinos a partir dos mesmos critérios, acrescentando apenas detalhes mínimos, que são aplicáveis somente aos homens:

Cabelo cortado, barba feita, farda limpa e passada e nova. (Oficial subalterno de Infantaria)

Essa recusa das marcas de feminilidade é atenuada em alguns militares, em um discurso que legitima as especificidades da cultura brasileira:

Ela não vai passar a ser um homem porque ela é militar, ela continua sendo mulher. Então, ela continua tendo as vaidades de mulher, que a cultura brasileira tem. Então, aí eu acho que você também não pode pegar só porque é mulher e ela colocou a farda que ela não vai poder usar o anel, não vai poder usar esmalte. (Oficial intermediário de Infantaria)

Estes militares alegam que o EB deve respeitar os padrões culturais do País que estabelecem que a mulher deve se adornar e ser vaidosa, para ter uma boa aparência perante si mesma e os outros.⁶¹

61 Esse ponto de vista dos militares alinha-se com concepções de gênero da cultura brasileira, desde o Período Colonial, e que, mesmo sendo modificadas de modo considerável, deixaram vestígios significativos na sociedade e na cultura. Estas concepções interferem, por exemplo, no gosto excessivo que a mulher brasileira tem por joias e bijuterias e na expectativa masculina de que as mulheres portem adereços: “mas a essa mulher passiva, ante o marido, tocava a distinção de ser uma espécie de objeto quase religiosamente ornamental dentro da cultura da qual fazia parte, especialmente como esposa e como mãe. E esse objeto religiosamente ornamental inspirador de toda uma série de modas

Deste modo, quando os militares legitimam e autorizam o uso de adornos parecem legitimar uma concepção da moda feminina que realça o papel sexual tradicional do sexo feminino de se embelezar para atrair a atenção do sexo oposto, um ponto de vista fundamentado sobre as referências culturais do patriarcalismo.⁶²

Essa concepção da moda feminina, do enfeite e do adorno, que serve para realçar atributos físicos próprios das mulheres, contrapõe-se a uma tendência da moda, influente ao longo do século XX, de estabelecer uma convergência crescente entre mulheres e homens, que, mais do que masculinizar as mulheres, como aconteceu nos anos 1920, estabeleceu uma moda unissex, que permutou cores, formas e peças femininas e masculinas.

Este tipo de moda foi a contrapartida da confusão dos papéis sexuais de homens e mulheres no século XX, que resultou em um comportamento social e numa moda mais andrógena, na expressão de Antony Giddens, como já foi assinalado.

A par da androginia, a moda contemporânea acentuou também a exibição de partes mais erógenas do corpo feminino, sob a influência de uma cultura da pornografia, que

vem correspondendo a toda uma ética de relações entre sexos e, mais do que isso, a uma nova moralidade relativa a comportamentos sexuais tanto de um sexo como do outro (...). Daí, em grande parte, desvarios em modas de mulher, com acentuadas libertinagens, além de compreensíveis liberdades, de trajos nos quais vêm se admitindo – em suas modas ou vogas em excessos – provocações de caráter sexual que vêm tendendo a extremos. (Freyre, 2009: 35)

Os militares, quando consideram a moda militar, não consideram nem os aspectos andrógenos, nem os acentuadamente sexuais e eróticos da moda no final do século XX e início do século XXI. Predominam entre eles ora a negação do feminino, em nome de um *eidós* masculinizante, ora a defesa dos padrões patriarcais de feminilidade.

Os aspectos propriamente eróticos relacionados aos uniformes femininos são omitidos: não reportam nada sobre as reações que as mulheres ou os homens despertam na instituição militar, provocadas pelo seu modo de se trajar.

Os militares entrevistados limitaram-se a externar prescrições relativas à higiene. Mas a preocupação de não deixar aparecerem as marcas anatômicas é evidente:

de vestir, de calçar, de pentear, que, concorrendo para o embelezamento de suas pessoas aos olhos de pais, maridos, filhos, passaram a constituir testemunho do apreço dos homens, seus senhores, por suas graças físicas que deviam merecer o máximo de aperfeiçoamentos, através de artifícios que enfatizassem artisticamente os encantos naturais de condições especificamente femininas. Daí, em civilizações patriarcais, as modas de embelezamento de mulheres terem chegado a requintes artísticos que constam das histórias de modas femininas sob aspectos, no Brasil, de consagrações, além de éticas, estéticas, de sinhazinhas nada insignificantes em suas expressões consagradoras de feminilidades” (Freyre, 2009: 69).

62 O “patriarcalismo” é um sistema social, econômico, político. Ele está presente também nas relações de gênero, e modela as relações amorosas, a instituição do casamento e a educação doméstica, estabelecendo a supremacia do homem sobre as mulheres. Embora o conceito de patriarcalismo tenha sido criado por Max Weber, inserido na tipologia de formas tradicionais de poder, foi Gilberto Freyre quem o utilizou para compreender a sociedade brasileira.

De maneira correta no corpo. Não é nem tão apertada e nem tão solta. Esteja vestida de uma maneira que caia bem ao corpo, vamos dizer assim. Apertado não é o caso e sobrando também não é o caso. Por isso que existem diversos tamanhos de fardamento, porque cada corpo tem que se adaptar ao tamanho específico. (Oficial subalterno de Infantaria)

Embora não seja a intenção deste trabalho realizar uma espécie de antropologia da moda militar, faz-se aqui esta breve incursão no domínio dos uniformes devido ao fato de a moda revelar, como já foi dito, aspectos éticos do *habitus*, além de um modelo de relações entre sexos.

Convém ressaltar que o silêncio sobre os incidentes relacionados aos uniformes femininos é congruente com a orientação subjacente ao RUE, que tentou sistematicamente disfarçar as marcas da feminilidade nos uniformes militares. Isto inclui: cabelos presos em coque, simulando o cabelo curto masculino; o desenho masculinizante dos uniformes, como o 4ª B1, com gandola, que consegue ocultar completamente os aspectos anatômicos propriamente femininos, como seios e quadris, enquanto realça os masculinos, como os ombros largos e os quadris estreitos.

Estes aspectos do RUE preservaram um padrão de sexualidade própria do século XIX, que floresceu na Inglaterra vitoriana e se propagou pelos países ocidentais. Baseava-se em uma visão da existência que trazia

Uma mensagem de moderação, de economia, de administração dos instintos. É preciso adquirir uma técnica específica de autocontrole, a fim de mostrar existir o domínio de um papel público e privado. O código obrigatório é o do segredo, e há a necessidade de se vigiar constantemente a fim de mostrar o comportamento esperado pelos outros. (Lins, 2012: 111)

Por essa razão, a sexualidade foi removida de áreas inócuas, tais como os móveis: “As cadeiras eram construídas com ombros largos e cinturas de vespa, as pernas do piano eram cobertas por capas pelas damas embaraçadas, para não excitar os homens por sua semelhança com as pernas femininas” (Lins, 2012: 110).

Eram consideradas belas as mulheres frágeis fisicamente, sem vitalidade e de aparência mais espiritual. Essa ocultação da sexualidade e do feminino se fez acompanhar, como já vimos acima, pela sua proliferação em discursos e práticas, que concorriam, não para destruir, mas para intensificar o corpo. É o caso dos trajos femininos de noite, que eram extremamente decotados, enquanto a cintura da saia de crinolina acentuava as curvas.⁶³

Da mesma forma, nas instituições militares, que obedecem a esse regime de sexualidade, os uniformes femininos e seu uso revelam o quanto a feminilidade permeia a vida cotidiana e as relações sociais na caserna, justamente porque é insistentemente encoberta por subterfúgios e silêncios.

⁶³ “No século XIX, o espartilho retornava ao uso cotidiano para compensar uma silhueta de ancas cada vez mais destacadas. Seu uso dificultava a respiração, fazia mal à coluna, deformava os órgãos internos, tornava difícil se sentar ou subir escadas” (Lins, 2012: 119).

Conclusão

Mulheres militares ainda não mandam

HÁ POUCAS MULHERES EM POSIÇÃO DECISÓRIA NO EB HOJE: 1,9% DE MULHERES COM O posto de tenente-coronel e nenhuma com o posto de coronel ou general.

Essa situação do segmento feminino evidencia as suas limitações quanto ao exercício do poder institucional uma vez que elas têm mais obstáculos para ocupar, por exemplo, o cargo de chefe de seção, que é habitualmente de tenentes-coronéis e coronéis.

Essas limitações não são decorrentes apenas do tempo passado desde a sua inserção, que, de fato, é recente, pois, salvo para as oficiais do quadro de engenheiros militares e o de médicos, ainda é interdita às mulheres a promoção ao generalato.

Esta situação institucional exclui as mulheres das esferas de maior poder decisório das instituições militares.

Esse fato evidencia a existência do fenômeno do “teto de vidro” no âmbito do EB, que também é encontrado no universo corporativo de muitos países, que consiste “numa barreira que impede o alcance de algumas mulheres ao topo da hierarquia organizacional” (Melo, 2012: 350).

Na verdade, a lógica da inserção feminina na instituição militar parece operar por meio de um gestão do desconforto produzido em face da diferença, estabelecendo mecanismos de represamento da minoria, que, no caso, são as mulheres, que são assimiladas ao “outro” da instituição militar, que ameaça constantemente a sua integridade e autenticidade – o civil.

Por isto, a inserção das mulheres no EB ocorreu principalmente, em caráter majoritário, nos quadros de assessoria técnica.

Por esta mesma razão, os homens militares rejeitam a inserção da mulher nas chamadas armas de combate, que são a Infantaria, a Cavalaria e a Artilharia, que atingem os mais altos postos de comando, e que representam a identidade mais profunda da profissão militar.

Este ponto de vista foi institucionalizado quando o EB decidiu inserir as mulheres somente na Logística.

Este fato revela o quanto o *habitus* de gênero dos homens militares reflete o conflito, no campo militar, entre as armas, quadros e serviços da linha bélica em torno ao exercício do poder efetivo e simbólico na instituição militar, que é inseparável “das localizações estratégicas, dos lugares a defender e conquistar em um campo de lutas” (Bourdieu, 2011: 229).

Nessa arena de lutas, o modo de ser e de agir militar das armas de combate passou a ser considerado mais importante e significativo para a instituição militar. Ou seja, a atividade de educação física, o pentatlo militar, a marcha para o combate, o exercício de tiro e os

exercícios no terreno são considerados como atividades mais relevantes do que as atividades de preparação ou execução de caráter técnico-doutrinário.

Ou seja, atualmente, para o modelo militar-viril, as armas de combate corporificam um polo masculino, superior, enquanto as armas, quadros e serviços de apoio, das atividades técnicas (a Logística e as Comunicações), encarnam o polo feminino, inferior.

Esse modelo platônico invertido que opõe polo feminino e masculino, com base numa espécie de hierarquia de capacidades e faculdades, que concede a superioridade às atividades físicas e um estatuto inferior às atividades intelectuais, funciona, na verdade, para manter a hegemonia histórica das armas de combate, de caráter operacional.

No Brasil, as armas de combate triunfaram somente a partir da primeira metade do século XX, quando foram superados os modelos do engenheiro e o do bacharel à Benjamin Constant, que não são dignificados pela luta, pelo confronto físico ou pelo “olho no olho do inimigo”.

Nessa perspectiva, o EB negou às mulheres, então assimiladas como “técnicas” – o polo fraco do campo militar – as possibilidades de posse de bens culturais valorizados institucionalmente, a saber, o preparo físico adequado para o desempenho das atividades operacionais, pois a distribuição do bem cultural ameaçaria a distinção dos antigos detentores, por diminuir a sua raridade.

Por essa razão, os homens militares propõem que a inserção das mulheres deve ser realizada somente em armas, quadros e serviços de natureza técnica.

Esses militares inferiorizam, então, os sistemas operacionais de apoio ao combate, em que mesmo o corpo masculino dos homens das Armas, Quadros e Serviços de Comunicações, Intendência e Material Bélico é negado e feminilizado, porque é excluído da situação de combate.

Os homens militares aceitam, então, o exercício da autoridade da chefia e da liderança das mulheres quando fundamentadas no conhecimento técnico, próprio do trabalho administrativo ou do apoio ao combate, relutando em aceitar a chefia e a liderança relacionadas à atividade operacional.

Quase a metade dos homens é favorável à inserção da mulher somente em funções administrativas, enquanto apenas 10,5% das mulheres têm a mesma opinião.

Para os homens militares, é preferível até aceitar um homem sem o poder de referência das armas de combate devido à incapacidade física ou a aspectos comportamentais do que aceitar uma mulher com desempenho físico excepcional, que deveria, em tese, “emancipá-la da sua condição de mulher”, considerada incompatível com a atividade militar propriamente dita.

Os homens militares seguem o modelo da família patriarcal

Embora não tenham as mesmas possibilidades de ascensão na carreira, os oficiais homens e mulheres não se diferenciam quanto ao nível de maturidade pessoal, quanto às responsabilidades de uma pessoa adulta, relacionadas com a constituição de uma família, e com o engajamento na sua qualificação profissional.

Mas predomina entre os homens militares o modelo patriarcal de família, com prole mais numerosa e maior número de dependentes.

Conclusão

Por outro lado, as mulheres demonstraram um maior vínculo ao capital familiar do que o homem, na escolha da carreira: 39,7% das mulheres têm militares na família, enquanto apenas 5,6% dos homens parecem seguir uma tradição familiar na escolha de sua carreira profissional.

Esse fato se deve, talvez, ao estranhamento das mulheres em relação ao universo militar, pois somente as mulheres com parentes militares seriam de algum modo “apresentadas” à instituição antes do ingresso na carreira, sentindo-se motivadas, portanto, para escolher essa profissão.

Este fato não se repete para os homens, que são iniciados na cultura militar no serviço militar obrigatório, que funciona, para eles, como uma espécie de rito de passagem. Além disso, os homens dispõem de uma tradição milenar que estabelece um modo masculino de ser soldado, que as mulheres não têm.

Os homens militares são mais conservadores

Devido à influência desta tradição militar, que é masculina, os homens estabelecem mais o Exército como base para o seu sentimento patriótico e cívico.

Além disso, eles reproduzem de forma mais acabada e perfeita o discurso institucional que “inventa” uma história do Exército, relacionada à história da Nação, com o intuito de legitimar a instituição militar dentro e fora da caserna.

Este discurso institucional é expresso nos materiais de imprensa ou nos eventos cívicos, nomeando-se, por exemplo, o golpe militar de 1964 como “o movimento democrático de 1964”.

As razões do maior alinhamento dos militares, em especial, dos homens, com o discurso institucional, podem ser encontradas no *modus operandi* do sistema de ensino do Exército, que, nas últimas décadas, teria formatado as atitudes dos oficiais a respeito da instituição militar, estabelecendo uma ruptura dos militares com a sociedade brasileira, despolitizando a caserna e intensificando a oposição entre militares e civis, o que não era a tônica das relações entre militares e civis até 1964.

Como a socialização militar dos homens é mais precoce do que a das mulheres, que já possuem, em sua maioria, o nível superior, eles são mais influenciados do que as mulheres.

A atitude de endosso ao discurso institucional dos oficiais homens se manifesta ainda nos percentuais significativos de aprovação da censura ideológica em bibliotecas públicas.

Em relação à imagem de si mesmos, enquanto militares, os homens militares ratificam novamente o discurso institucional, pois associam mais a profissão militar à ideia de sacerdócio.

Em relação à moral sexual, que se relaciona com as transformações da família tradicional, manifesta-se a mesma tendência de maior apego dos homens ao modelo tradicional, e a seus papéis sexuais típicos, enquanto uma quantidade menos significativa de mulheres rejeita as mudanças sociais, que incluem, por exemplo, a emancipação sexual e profissional feminina.

Por exemplo: 52,4% dos homens são a favor da exclusão da biblioteca pública de livros favoráveis ao homossexualismo, enquanto apenas 26,9% das mulheres apoiam tal medida.

Quais as razões do maior conservadorismo masculino em relação aos temas da moral sexual?

Por que as mulheres se inclinam a uma atitude de maior respeito à liberdade de expressão, a uma atitude mais desprendida em relação aos códigos culturais constituídos?

Por que os homens se distinguem das mulheres mesmo na ausência de uma doutrinação sistemática desses temas nas instituições militares?

A profissão militar funcionou sempre a partir de uma imposição da vontade de poder, no sentido nietzschiano, que é importante na condução de homens em situações de extremo risco, que são próprias dos conflitos armados.

Na vontade de poder, acham-se subsumidos ainda dois outros conceitos complementares: o apolíneo e o dionisíaco.

Haveria, mesmo nas instituições militares, uma alternância de períodos de fúria e conquista, de afirmação de um poder carismático, de caráter dionisíaco, e de fases mais burocráticas e militares, de criação e repetição de rotinas, de cunho apolíneo.

A partir do século XIX, impôs-se mesmo no Exército nacional uma tendência gradual de contenção dos princípios dionisíacos, por meio da ênfase dos aspectos normativos e disciplinares, isto é, apolíneos.

Em que sentido podemos relacionar as mulheres ao *ethos* militar, marcado pela dualidade do princípio dionisíaco e apolíneo?

As mulheres inclinam-se mais ao princípio dionisíaco do que os homens, quando valorizam mais a liberdade na expressão dos instintos no lugar da ordem e do controle social.

Como não foram enquadradas ainda pela cultura militar e não há, a bem dizer, uma tradição militar de mulheres guerreiras, a mulher não teria incorporado os aspectos apolíneos que triunfaram no Exército atualmente.

Além disso, as mulheres pendem, no contexto militar, ao dionisíaco, pela limitação histórica de seus aspectos apolíneos, uma vez que, até o século XX, desempenhavam exclusivamente os papéis sexuais tradicionais, de esposa e mãe, que as relacionavam mais estreitamente à natureza e, portanto, à dimensão do dionisíaco.

Os homens que admiro são militares e as mulheres que admiro são homens

Os homens que os oficiais admiram são os que partilham os valores de voluntarismo, autossuperação e sacrifício pessoal, como os atletas e os políticos assertivos.

Este ponto de vista demonstra o quanto a cultura militar ainda se distingue e se aparta da sociedade civil, mesmo tanto tempo depois da Abertura.

E as mulheres admiráveis são aquelas... que se parecem com os homens.

Quando surge alguma, pois é mais frequente que não sejam declinados nomes de mulheres admiráveis.

Neste ponto, percebe-se o quanto o discurso de gênero funciona por meio de silêncios e cesuras, isto é, versando sobre aquilo de que não se fala, que se omite ou o que se situa no reverso da fala explícita.

Esse fato demonstra que, no imaginário profundo, as mulheres não são relacionadas à vida pública, mas somente à vida privada, o que demonstra que os militares mantiveram o *habitus* de gênero da sociedade tradicional, que estabelece as divisões rígidas de papéis sexuais.

Mulheres doentes e homens são

Os homens militares basearam-se num discurso médico positivista, enquadrando o feminino a partir de categorias de fisiologia, anatomia, ginecologia e educação física, os principais referenciais da compreensão e das práticas de sexualidade/gênero.

Os homens militares reduziram a feminilidade à reprodução, à região genital, de um modo que a incompatibiliza com o combate, como se constata na alusão recorrente à infecção urinária e às funções corporais relacionadas diretamente à maternidade.

É uma feminilidade vista como falha, latência ou desvio, que se insere na tradição ocidental que tem estabelecido para o sexo feminino modelos díspares e complementares: a mãe, com a sua imagem em negativo da “mulher nervosa”, e a histérica, que se difundiu de modo superlativo no século XIX.

Em contraponto, coloca-se o corpo masculino como predestinado biologicamente ao esforço físico requerido.

Não se defende, no entanto, um modelo diferenciado de TFM, com o intuito de obter resultados semelhantes em corpos distintos. Ao contrário, defende-se insistentemente a isonomia de tratamento no TFM, tomando o corpo masculino como referência exclusiva, considerado sempre saudável.

Os entrevistados aí claramente se esquivam de admitir as implicações das premissas de que partem: de que corpos absolutamente distintos, com desempenhos diferentes, deveriam ser submetidos a treinamentos específicos, otimizadores, com atividades físicas de natureza compensatória, para atingir resultados similares.

Os homens e as mulheres são iguais e diferentes

Os corpos são diferentes, e hierarquizados, mas o tratamento tem que ser isonômico.

Esta é a visão dos homens militares. Os homens e as mulheres são sujeitos jurídicos, portadores de direitos e deveres.

Também na vida privada, os homens militares contestam diferenças de tratamento relacionado com gênero, e desconstroem os papéis sexuais tradicionais: são igualmente indiferentes à opção pela carreira militar de combatente por parte de filhos e filhas ou à idade adequada para a sua iniciação sexual.

Esse ponto de vista se deve à influência, no âmbito do campo militar, do discurso isonômico, que é hegemônico no âmbito do Estado e da sociedade civil, e que formata os discursos dos militares, segundo o que é considerado hoje “politicamente correto”.

Isto acontece porque o Estado brasileiro, configurado enquanto campo político e cultural, exerce, desde 1985, o chamado controle civil, estabelecendo pressões sobre as instituições militares, disponibilizando para elas determinadas premissas sobre os modos de ser e de agir de homens, em conformidade com o gênero, baseadas em um *ethos* racional-legal.

A presença do discurso igualitário entre os militares revela, portanto, alguma congruência entre o campo militar e o civil.

Mas a dinâmica institucional androcêntrica continua presente, daí as contradições no discurso dos homens militares.

Assim sendo, permanece, embora disfarçado, nas fissuras e interstícios do discurso institucional “civil”, o genuíno e autóctone discurso institucional militar, que, na verdade, rejeita veementemente a inserção da mulher na linha bélica.

Uma das contradições se mostra na convicção dos homens militares em determinados universais psicológicos, que funcionam de modo semelhante aos universais biológicos já analisados, estabelecendo um modo de ser psíquico, que é inerente à mulher: uma disposição inata para lidar com a sensibilidade, com a vida privada.

A ideia de universais psicológicos de gênero apresenta-se, na verdade, como a contrapartida da crença em diferenças físicas entre os sexos, mas que para elas convergem, uma vez que são buscadas explicações neurológicas para as diferenças de comportamento de homens e mulheres.

Deste modo, apesar do reconhecimento do fato da entrada da mulher no mercado de trabalho, defende-se que ela possui uma vocação para a maternidade, mesmo quando se aceita a responsabilidade dos pais em relação à educação e ao cuidado com os filhos.

Apesar dos universais psicológicos que distinguem homens e mulheres, ambos se submetem igualmente às obrigações militares, como o TFM e a tiragem de serviço.

Os militares oscilam, portanto, entre o igualitarismo, relacionado à vida privada e à atividade militar, no que concerne ao cumprimento das obrigações militares, e a convicção em universais psicológicos e biológicos, que distinguem *a priori* homens e mulheres, excluindo-as da possibilidade de inserção nas armas de combate.

A entrada das mulheres é o fim do Exército

As limitações físicas da mulher, a sua morbidez constitutiva, assumem, para os homens militares, a dimensão de um verdadeiro problema militar, que pode comprometer o cumprimento da missão constitucional, por ameaçar a eficiência no plano das operações militares.

Aparece frequentemente nas falas dos militares o temor de que a inserção das mulheres destrua os pilares da instituição militar, pois o gênero se constitui aqui, então, como um “poder causal inesgotável e polimorfo” (Foucault, 2003: 75), que pode dilacerar as estruturas fundantes da instituição militar, os pilares da hierarquia e a disciplina, porque contrapõe o militar ao “outro”, que, no caso, é a mulher, então assimilada ao “paisano” ou ao civil.

Não há mulheres na guerra convencional

Os homens militares absolutizam as formas de atuação militar da guerra convencional e, em nome desta, recusam as possibilidades de inserção das mulheres.

Nesse caso, o regime de gêneros se liga a uma compreensão da atividade militar que é redutora e anacrônica, à recusa inconsciente das novas hipóteses de emprego que definem melhor a instituição militar no mundo contemporâneo, em que é mais fácil e até necessária a inserção das mulheres.

De fato, se é mais difícil, embora não impossível, inserir as mulheres na marcha para o combate, é bastante plausível imaginá-las atuando nas operações de GLO ou nas missões de paz, em que a força e a resistência física são substituídas pela destreza e pelas habilidades de negociação com militares de outras Forças, de outros países, e com populações civis, onde há também mulheres.

Considerações finais

Inserir as mulheres é construir um novo Exército

QUANDO OS MILITARES ABANDONAM O REFERENCIAL DA GUERRA CONVENCIONAL, ABANDONAM também a lógica dos papéis sexuais tradicionais, enfatizando os aspectos funcionais vinculados às circunstâncias e os fatores a serem ponderados para o cumprimento adequado da missão.

Esse fato parece sugerir que as novas hipóteses de emprego, como as missões de paz, podem atenuar a divisão rígida dos papéis de gênero. Ou seja, o arejamento doutrinário favoreceria a reconstrução dos papéis sexuais tradicionais, em conformidade com o que está acontecendo na sociedade contemporânea.

Este aspecto tem sido ignorado na literatura especializada, que se detém nos fatores exógenos, políticos, que geraram *inputs* para a inserção das mulheres nas Forças Armadas, a reboque da democratização política e social ao longo do século XX.

Nesta perspectiva, este trabalho demonstrou também o peso das lógicas internas à instituição militar, das tradições militares das suas corporações, os quadros, armas e serviços, das formas de emprego da atividade militar, que podem ser, em si mesmas, mais ou menos refratárias à inserção das mulheres ou de outras “minorias”, porque se fundamentam em relações de maior ou menor distância com as população civis ou com outros atores institucionais.

Deste modo, mesmo que as políticas afirmativas sejam instauradas no âmbito das Forças Armadas, podem ser refratadas e até rechaçadas pela cultura organizacional militar, em todas as suas nuances: locais administrativos, com interface técnica, inserindo mais efetivamente as mulheres, do que os locais de operações, considerados “sagrados” segundo o ideal tarimbeiro.

Pode-se ainda inferir daí que a inserção exitosa das mulheres dependeria também da iniciativa de ampliar a execução das novas hipóteses de emprego, da guerra não convencional e da não guerra, e de diminuir a parte da Força Terrestre ainda imersa no preparo e emprego para a guerra convencional.

Dito de outro modo, pode-se supor que a modernização cultural do Exército, traduzida na aceitação das diferenças culturais dentro da instituição militar, está estreitamente subordinada à modernização das suas formas de atuação militar.

Este trabalho se encerra na convicção de que, para além dos papéis sexuais tradicionais de homem e mulher, que a sociedade brasileira formata e empresta ao *habitus* de gênero dos oficiais, os resultados da inserção das mulheres podem resultar não precisamente na plena

Mulheres no Campo de Marte

aceitação das mulheres como soldados, mas em processos conflituosos, de luta cotidiana por posições no campo militar, com avanços e recuos das mulheres na direção dos “tetos de vidro”.

Além dos conflitos, supõe-se que serão construídas formas complexas de consenso que nada têm a ver com a aceitação passiva da diferença por parte dos homens e mulheres militares.

Ao contrário, considera-se que o confronto das mulheres com o modelo masculino de soldado, que é milenar, poderá favorecer a reconstrução dos papéis sexuais tradicionais de um modo que podemos imaginar, pois já existem na sociedade contemporânea: identidades de gênero que são múltiplas, plurais, que se afastam consideravelmente do modelo dual de homem e mulher, da tradição judaico-cristã.

Deste modo, este estudo considera que os papéis sexuais de soldado serão redimensionados não para tornar as mulheres iguais aos homens, com base no primado de um discurso iluminista, liberal, mas no sentido de reinventar novos gestuais e formas de comportamento militar. Uma nova maneira de marchar, de se dirigir à tropa, de tratar os subordinados, de enfrentar o estresse das atividades operacionais, de realizar a preparação física. Serão talvez instauradas trocas, inversões e combinações de concepções e práticas militares de mulheres e homens que recriarão o Exército do século XXI, alterando profundamente o *ethos* do Exército moderno, e a paisagem de gênero da sociedade brasileira como um todo.

Referências bibliográficas

- ABRUCIO, F. L.; PEDROTI, P.; PÓ, M. V. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: ABRUCIO F. L.; LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. *Manual escolar de História Militar do Brasil*. Resende, 2011.
- ALMEIDA, M. V. *Do feminismo à Judith Butler*. In: *Le Monde Diplomatique*. Curso Pensamento crítico contemporâneo. Fábrica Braço de Prata, 2008.
- ANDERSON, B. As promessas do Estado-Nação para o início do século. In: HELLER, A. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ARIÈS, Phillipe. História social da infância e da família. Rio de Janeiro: Cortez, 1981.
- AUDAIN-ROUZEAU, S. Exércitos e guerras: uma brecha no coração do modelo viril? In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. *História da virilidade: A virilidade em crise, séculos XX e XXI*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: A experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- BARRENECHEA, M. A. (2008a). Nova era trágica e grande política: para além do niilismo. In: SUSSEISIND, P. et al: (Org.). *O cômico e o trágico*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERTAZZO, *Papéis militares no Pós-Guerra Fria: a perspectiva do EB*. Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH - junho, 2009.
- BERTAUD, J. P. O Exército e o brevê da virilidade. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. *História da virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOEIRA, N. Friedrich Nietzsche. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. Trad. Aparecida Joly Gouveia. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 10, p.3-15, dez.1989.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.
- _____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

- _____. *A distinção: crítica social de julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- BRASIL. Decreto nº3182, de 23 de setembro de 1999.
- _____. Lei nº12075, de 8 de agosto de 2012.
- _____. Instruções Gerais para o Fundo de Saúde do Exército - IG 3032.
- _____. Portaria nº 806, de 17 de dezembro de 1998. Aprova o Regulamento de Uniformes do Exército (R-124).
- BUTLER, J. *Problemas de gênero*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- CAIRE, R. *A mulher militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, C. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na academia militar das agulhas negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- _____. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CAVEDON, N. R. Gênero, trabalho e morte violenta. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (ORGS.). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- CHIRIUS, M. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na Ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COELHO, E. C. A instituição militar no Brasil. In: BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. São Paulo, n. 19, p. 3-19, 1976.
- COSTA, R. Multiculturalism and Peace Studies: the need of a dialogue in/for multicultural/peace education. In: *Internacional Peace Research Association (IPRA) at the Peace Education Commission*. University of Leuven-Belgium, 15-18 July 2008, p. 3.
- COUTINHO, N. Sociedade civil e democracia no pensamento liberal e marxista. Juiz de Fora: *Revista Libertas*, v.3, n.1, p.69-81, 2008.
- D'ARAÚJO, M. C. Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. *Security and Defense Studies Review*, vol. 3, n. 1, 2003. Disponível em: <HTTP://www3.ndu.edu/chds/journal/index. Acesso em: 7 mar. 2009.
- _____. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. *Ainda em busca da identidade: desafios das Forças Armadas na Nova República*. (Texto CPDOC, nº 36, Fundação Getúlio Vargas).
- D'ARAÚJO, M. C. ; CASTRO, C. (Orgs.) *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- DAMATTA, R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- _____. *Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina*. In: CALDAS, D. HOMENS. São Paulo: Editora Senac, 1997.
- DEL PRIORI, M. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Senac, 2000.
- DOMINGOS, Manoel. *Acerca da Modernização do Exército*. Disponível em www.cedela.org.br. Acesso em 8 jun 2014.

Referências bibliográficas

- DREVILLON, H. Do guerreiro ao militar. In: VIGARELLO, G.; COURTINE, J. J. A virilidade: da Antiguidade à Modernidade. In: *História da virilidade: a invenção da virilidade da antiguidade às luzes*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- DUBET, F. As desigualdades multiplicadas. Curitiba: *Revista Brasileira de Educação*, n.17, 2001.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*, vol I, Rio de Janeiro: Zahar, s/d.
- _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*, vol II, Rio de Janeiro: Zahar, s/d.
- _____. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- FIORIN, J. L. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, D. P.; FIORIN, J. L. (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin Mikhail*. São Paulo: Edusp, 1994.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- _____. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (orgs.). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage: Learning, 2012.
- FREYRE, G. *Modos de homem & modas de mulher*. São Paulo: Global, 2009.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- GOLDENBERG, M. *Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GOMES, J. C. *O ensino Fundamental na Formação do Oficial da Academia Militar das Agulhas Negras: um Embate Histórico*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Instituto de Geografia e História Militar – IGHM – Pós-Graduação em História Militar. Rio de Janeiro, 2005.
- GOFFMANN, E. *Conventos, manicômios e prisões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.
- _____, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988, p. 14.
- HAYES, Robert A. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.
- HEILBORN, M. L. Gênero e hierarquia: A costela de Adão revisitada. *Revista Estudos Feministas*. UFSC, 1993.
- HEILBORN, M L; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS|Capes, São Paulo: Editora Sumaré, 1999, pp. 183-221.
- HIRST, P. Q. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- KELLETT, A. *Motivação para o combate: o comportamento do soldado na luta*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1987.

- LINS, R. N. *O livro do amor. Vol 2: do Iluminismo à atualidade*. Rio de Janeiro: Bestseller, 2012.
- LUDWIG, A. C. W. *Democracia e ensino militar*. São Paulo: Cortez, 1988.
- MARTON, S. *Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2000.
- MELO, M. C. DE O. L. Mulheres gerentes entre o empoderamento e o teto de vidro. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (Org.). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOSKOS, C. C.; WILLIAMS, J. A.; SEGAL, D. R. *The Postmodern military: armed forces after the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- MUSUMECI, B. S; MUSUMECI, L.. *Mulheres policiais: presença feminina na PM do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NAPOLITANO, M. 1964: *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia, ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Editora Escala, 2007.
- NOGUEIRA, C. M. *A feminização do mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- PEDRA, J. A. *Currículo, conhecimento e suas representações*. Campinas: Papirus, 1997.
- PERROT, M. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. (Prismas).
_____. Práticas de memória feminina. *Revista Brasileira de História*. vol. 9, n 18, São Paulo, ago/set p.10,1989.
- PERROT, M.; DUBY, G. *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. São Paulo: Editora Afrontamento, 1991.
- PESSANHA, J. O sentido dos museus na cultura. In: *O museu em perspectiva*. Série Encontros e estudos. Rio de Janeiro: Funarte, 1996.
- PINTO, L. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- PUPPIN, A. B. *Do lugar das mulheres e das mulheres fora do lugar: um estudo das relações de gênero na empresa*. Niterói: Eduff, 2001, p. 40.
- RODRIGUES DA SILVA, C. *Gênero, hierarquia e Forças Armadas: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis*. Disponível em: www.abant.org.br.
- SAINT-PIERRE, H.; WINAND, E. O legado da transição na Agenda Democrática para a Defesa: os casos brasileiro e argentino, In: Saint-Pierre, Héctor Luís. *Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai*. São Paulo: Unesp, 2007.
- SANTOS, E. A. *O carisma do comandante: um estudo das relações pessoais dos militares do EB sob o enfoque do poder simbólico, dos corpos dóceis e das instituições totais*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2012.

Referências bibliográficas

- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n 2, jul.dez., 1995, pp.71-99. Tradução de Guacira Lopes Louro.
- _____. O enigma da igualdade, In: *Estudos feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, jan-abr|2005, pp. 11-30.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão, tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- SILVA, C. R. *Gênero, hierarquia e Forças Armadas: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis*. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/000noticias/premios/levistrauss/cristina.pdf>. Acesso em 4 out. 2009.
- SILVA, M. A. Nietzsche e a educação: da crítica à educação moderna a uma educação para a criação. In: GOUVEIA, G. (ORG.). *Pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p.117.
- SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. *Mulheres policiais: presença feminina na polícia militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SODRÉ, N. W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SOUZA PIRES, J. C. de S.; MACEDO, K. B. Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil. In: *RAP*. Rio de Janeiro 40 (1); 81-105, jan/fev, 2006.
- STEPAN, A. *As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. s/d.
- _____. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STRATHERN, M. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.
- VENTURA, Miriam. *Saúde feminina e o pleno exercício da sexualidade e dos direitos reprodutivos. O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília/Df: Unifem/Ford Foundation/Cepia, p. 212-39, 2006.
- VENTURI, G.; GODINHO, T. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Perseu Abramo; Edições Sesc, São Paulo, 2013.
- VIGARELLO, G. A virilidade, da Antiguidade à Modernidade. In: *História da virilidade: a invenção da virilidade da antiguidade às luzes*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- TAKAHASHI, E. E. *O segundo guerreiro*. Disponível em: <http://www.abet-defesa.org/page4/page8/page9/page14/files/emiliatakahashi.pdf>. Acesso em 4 de outubro de 2009.
- WEBER, Max. As origens da disciplina In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- _____. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTX, 1982.



ANEXO

Perguntas das Entrevistas

- 1- Qual a sua patente, arma ou serviço?
- 2- Qual a sua patente?
- 3- Qual foi a sua trajetória profissional no EB? Onde serviu?
- 4- Indique uma personalidade pública de homem que seja admirável. Justifique a sua resposta.
- 5- Indique uma personalidade pública de mulher que seja admirável. Justifique a sua resposta.
- 6- Quando entrou em contato com mulheres no Exército ou em outras Forças Armadas e Auxiliares?
- 7- O que achou da atuação profissional, de caráter técnico, das mulheres, no EB?
- 8- O que acha de um filho seu ser militar do EB? Em caso positivo, o senhor prefere que seja técnico ou da linha bélica?
- 9- Prefere comandar ou ser comandado?
- 10- Analise esta história: “Na OMX, em região de risco, com desova constante de cadáveres, o cmt, o cel. Peixoto, retirou as mulheres da escala de serviço. Como avalia esta atitude do cmt.?”
- 11- Na Missão de Paz, no País Y, foram enviadas mulheres militares a um hospital, com o intuito de realizar atividades com as crianças, vestindo fantasias diversas. Como considera essa forma de atuação do segmento feminino na Força Terrestre?
- 12- Se tivesse um filho, com quantos anos ele deveria começar a sua vida sexual?
- 13- O que o senhor acha desta frase: “As mulheres são mais dotadas para as atividades relacionadas ao cuidado e à orientação dos filhos do que os homens.”
- 14- Se tivesse uma filha, com quantos anos ela deveria começar a sua vida sexual?
- 15- Descreva a apresentação pessoal de um homem bem fardado.
- 16- Comente esta história: “Maria Costa é casada e tem dois filhos, de seis e oito anos. É advogada e trabalha em uma firma de renome. Trabalha 10 horas por dia.”
- 17- Descreva a apresentação pessoal de uma mulher bem fardada.
- 18- Comente esta história: “Paulo e Joana são casados há 10 anos e têm dois filhos. Joana é contadora e ganha 13 salários-mínimos. Paulo é professor e ganha cinco salários-mínimos.”
- 19- Comente esta frase: “As mulheres são mais dotadas para os serviços domésticos do que os homens.”
- 20- Depois dos 16 anos, quem decide sobre o aborto de uma criança...
- 21- Como deve ser o TFM de homens e mulheres, realizado durante o curso de linha bélica, no EB?
- 22- Como devem ser as atividades de campanha, para homens e mulheres, realizadas durante o curso de formação de militares da linha bélica, no EB?
- 23- De que forma deve ocorrer o ingresso da mulher na linha bélica quanto aos prazos e limites?

Impressão e acabamento

